



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NÚCLEO DE ESTUDOS TRANSDISCIPLINARES EM EDUCAÇÃO BÁSICA – NEB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA
BÁSICA – PPEB

FABIOLA KARLA VALENTE DA SILVA

**PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO DA REDE
MUNICIPAL DE BELÉM:** por uma concepção de educação para os povos do campo, das
águas e das florestas



BELÉM-PA

2024

FABIOLA KARLA VALENTE DA SILVA

**PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO DA REDE
MUNICIPAL DE BELÉM:** por uma concepção de educação para os povos do campo, das
águas e das florestas

Dissertação de Mestrado para apresentar ao
Programa de Pós-Graduação em Currículo e
Gestão da Escola Básica (PPEB/NEB), da
Universidade Federal do Pará (UFPA), Linha
de Pesquisa História da Educação Básica, como
requisito para a obtenção de título de Mestre em
Currículo e Gestão da Escola Básica.

Orientador: Prof. Dr. Renato Pinheiro da Costa.

BELÉM-PA

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S586p Silva, Fabiola Karla Valente da.
PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS ESCOLAS
DO CAMPO DA REDE MUNICIPAL DE BELÉM : por uma
concepção de educação para os povos do campo, das águas e das
florestas / Fabiola Karla Valente da Silva. — 2024.
XIV, 86 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Renato Pinheiro da Costa
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo
de Estudos Transdisciplinares em Educação Básica, Programa de
Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica, Belém,
2024.

1. história da educação. 2. escolas de educação do campo.
3. educação do campo. 4. povos do campo, das águas e das
florestas. I. Título.

CDD 379.209

FABIOLA KARLA VALENTE DA SILVA

**PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO DA REDE
MUNICIPAL DE BELÉM:** por uma concepção de educação para os povos do campo, das
águas e das florestas

Dissertação de Mestrado para apresentar ao
Programa de Pós-Graduação em Currículo e
Gestão da Escola Básica (PPEB/NEB), da
Universidade Federal do Pará (UFPA), Linha de
Pesquisa História da Educação Básica, como
requisito para a obtenção de título de Mestre em
Currículo e Gestão da Escola Básica.

DATA DE AVALIAÇÃO: 17/12/2024.

CONCEITO: Aprovada.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Renato Pinheiro da Costa (Presidente)
Universidade Federal do Pará – UFPA/PPEB/NEB

Profª. Dra. Clarice Nascimento de Melo (Membro Interno)
Universidade Federal do Pará – UFPA/PPEB/NEB

Prof. Dr. Tiese Rodrigues Teixeira (Membro Externo)
Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA)

Profª. Dra. Maria José Aviz do Rosário (Suplente)
Universidade Federal do Pará – UFPA/PPEB/NEB

BELÉM

2024

Dedicatória especial a mim por superar os momentos mais difíceis desse trabalho e aos profissionais de Educação do Campo que movimentam a comunidade escolar, resgatam a escola como espaço público e lugar de diálogo vinculado com a realidade dos povos que nele vivem.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela minha vida, por me permitir ter saúde física e mental para não desanimar e ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho.

Ao meu pai Fernando Pereira da Silva (*in memoriam*) e minha Mãe Eliana Valente da Silva que sempre me incentivaram aos estudos, sendo minhas referências.

Às minhas irmãs Fernanda Valente e Flávia Valente pela amizade incondicional e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período em que me dediquei a este trabalho, por estarem sempre ao meu lado.

Ao meu orientador Renato Pinheiro da Costa por ter desempenhado essa função com cuidado e amizade, pela paciência com a qual guiou o meu aprendizado e pelos ensinamentos que me permitiram apresentar um melhor desempenho nesse processo de formação acadêmica ao longo do curso.

Aos professores do Curso de Mestrado que contribuíram, de forma significativa para minha formação, em especial as professoras Maria José Aviz do Rosário e Livia Sousa da Silva que direta ou indiretamente contribuíram para o desenvolvimento deste trabalho de pesquisa, enriquecendo o meu processo de aprendizado.

Aos meus colegas da turma de Mestrado 2022 que convivi ao longo desse curso que, de alguma forma, me incentivaram e certamente tiveram impacto na minha vida acadêmica e profissional. Em especial as companheiras Neide, Shirley, Aida e Maria Paula, gratidão pelos nossos sorrisos que deixaram a caminhada mais leve.

À Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) por autorizar minha pesquisa e ter fornecido dados importantes para o andamento da mesma.

A equipe da Coordenação de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (COECAF) do município de Belém, que desde o início dessa jornada me apoiou e contribuiu com o fornecimento de dados e materiais que foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa possibilitando a realização deste trabalho. Agradeço especialmente a Lucilene, Odaléia e Valeria.

Aos professores membros da banca, Clarice Nascimento de Melo, Mara Regina Martins Jacomeli, pelo aceite ao convite, pelo tempo dedicado à leitura do meu texto e por contribuírem com apontamentos fundamentais para o aprimoramento desta pesquisa.

Agradecer a quem esteve ao meu lado, me apoiando de alguma forma e incentivando a continuar e não desistir. A vida, é feita de esperança.

Gratidão sempre!

“[...] O território educa,
A Amazônia educa,
As Amazonas educam:
Com as matas,
Com as águas,
Com a terra,
Com o ar,
E com as gentes.

Ao educar as Amazonas afirmam nossas:
Amazonidades,
Ribeiridades,
Quilombolidades,
E indianidades pluriversas.

As Amazonas educam com a Convivência,
com a amorosidade e com a dialogicidade.

As Amazonas educam pra
Resistência e Transgressão.

Professor e Professora
Amazonas são convivência em plenitude:
Com os estudantes,
Com a comunidade,
E com a Natureza.

Que as Amazonas nos eduquem!

Que possamos aprender
Com as Amazonas o Bem
Viver! [...]”

(Hage, 2024).

RESUMO

Esta pesquisa tem como tema o "Processo de Institucionalização das Escolas de Educação do Campo da Rede Municipal de Belém: por uma concepção de educação para os povos do campo, das águas e das florestas". O objetivo geral da pesquisa é analisar o processo institucional e legal das escolas de educação do campo no município de Belém, com foco nas mudanças ocorridas nessas unidades escolares ao longo do tempo, considerando a realidade social e cultural nas quais estão inseridas. A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa (Gil, 2007; Minayo, 2010; Severino, 2013), com o objetivo aprofundar a compreensão sobre grupos sociais ou organizações, explicando as questões sociais e sugerindo ações relevantes para a sociedade. Foi realizado também um levantamento bibliográfico com obras de autores como Arroyo (2007; 2011), Caldart (2003; 2009; 2011), Hage (2005; 2008; 2015), Molina (2011; 2015) e Saviani (2004; 2008; 2010; 2021), cujos estudos têm contribuído significativamente para a reflexão sobre a história da Educação, da Educação do Campo e dos direitos políticos e sociais. Além disso, foi feito um levantamento de leis, resoluções, decretos e portarias, com o objetivo de compreender a evolução histórica da Educação do Campo no Brasil e em Belém do Pará. Concluiu-se que o processo de institucionalização das Escolas de Educação do Campo da Rede Municipal de Belém está em contínuo desenvolvimento, sendo diretamente influenciado pelo protagonismo dos sujeitos do campo, das águas e das florestas. A pesquisa destaca as dificuldades enfrentadas pelas Escolas nas regiões das ilhas de Belém até a conquista da nomenclatura “Escola Municipal de **Educação do Campo**”, assim como as melhorias observadas ao longo do tempo e a resistência à permanência dessas unidades em seus territórios.

Palavras-chave: história da educação; escolas de educação do campo; educação do campo; povos do campo, das águas e das florestas.

ABSTRACT

This research has as its theme the "Process of Institutionalization of Rural Education Schools of the Municipal Network of Belém: towards a conception of education for the people of the countryside, waters and forests". The general objective of the research is to analyze the institutional and legal process of rural education schools in the municipality of Belém, focusing on the changes that have occurred in these school units over time, considering the social and cultural reality in which they are inserted. The research adopted a qualitative approach (Gil, 2007; Minayo, 2010; Severino, 2013), with the aim of deepening the understanding of social groups or organizations, explaining social issues and suggesting relevant actions for society. A bibliographic survey was also carried out with works by authors such as Arroyo (2007; 2011), Caldart (2003; 2009; 2011), Hage (2005; 2008; 2015), Molina (2011; 2015) and Saviani (2004; 2008; 2010 ; 2021), whose studies have contributed significantly to reflection on the history of Education, Rural Education and political and social rights. Furthermore, a survey of laws, resolutions, decrees and ordinances was carried out, with the aim of understanding the historical evolution of Rural Education in Brazil and in Belém do Pará. It was concluded that the process of institutionalization of Rural Education Schools of the Municipal Network of Belém is in continuous development, being directly influenced by the protagonism of the subjects of the countryside, waters and forests. The research highlights the difficulties faced by schools in the regions of the islands of Belém until achieving the name "Municipal School of Rural Education", as well as the improvements observed over time and the resistance to the permanence of these units in their territories.

Keywords: history of education; rural education schools; rural education; peoples of the countryside, waters and forests.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	–	Localização geográfica das Escolas do Campo de Belém	52
Figura 2	–	Frente da EMEC Ângelus Nascimento	64
Figura 3	–	Frente da EMEC Maria Clemildes	67
Figura 4	–	Frente da EMEC Madalena Travassos	70

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	– Busca no catálogo de teses e dissertações do portal CAPES.....	37
Quadro 2	– Busca na base de dados <i>Scielo</i> – Brasil	37
Quadro 3	– Busca no <i>Google Acadêmico</i>	37
Quadro 4	– Resumo de teses e dissertações (Portal Capes).....	38
Quadro 5	– Resumo de artigos (<i>Scielo</i> - Brasil)	39
Quadro 6	– Resumo de artigos (<i>Google Acadêmico</i>)	40
Quadro 7	– Documentos Oficiais.....	43
Quadro 8	– Distritos e número de escolas atendidas no município de Belém-PA	44
Quadro 9	– Total de Matrículas da Educação Básica da RME de Belém (2012-2022).....	44
Quadro 10	– Localização das UPs na Região Insular de Belém-PA (2011).....	49
Quadro 11	– Distritos que atendem Educação do Campo no município de Belém-PA (2022).....	60
Quadro 12	– Processo de Regularização das Escolas Municipais de Educação do Campo de Belém	76

LISTA DE SIGLAS

AEE	Atendimento Educacional Especializado
AMAPACC	Associação dos Moradores, Agricultores, Pescadores e Artesões da comunidade do Caruarú
APA	Área de Proteção Ambiental
AREQUIS	Associação Remanescentes de Quilombo de Sucuriçuara
ASG	Auxiliar de Serviços Gerais
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior
CEB	Câmara de Educação Básica
CESV	Centro de Ensino Superior de Vitória
CFPF	Centro de Formação Paulo Freire
CICAN	<i>Colleges and Institutes Canada</i>
CME	Conselho Municipal de Educação
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNEBC	Conferência Nacional Por uma Educação do Campo
CODERER	Coordenação de Educação para Relações Étnico-Raciais
COEC	Coordenação de Educação do Campo
COECAF	Coordenação de Educação do Campo, das Águas e das Florestas
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CPN	Comissão Pedagógica Nacional
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DABEL	Distrito Administrativo de Belém
DABEN	Distrito Administrativo do Benguí
DAENT	Distrito Administrativo Entroncamento
DAGUA	Distrito Administrativo do Guamá
DAICO	Distrito Administrativo de Icoaraci
DAMOS	Distrito Administrativo de Mosqueiro
DAOUT	Distrito Administrativo de Outeiro
DASAC	Distrito Administrativo da Sacramenta
DIED	Diretoria de Educação
EA	Escola Anexa
EF	Ensino Fundamental

EFA	Escolas de Famílias Agrícolas
EI	Educação Infantil
EJAI	Educação de Jovens, Adultos e Idosos
EMEC	Escola Municipal de Educação do Campo
EMECAF	Escola Municipal de Educação do Campo, das Águas e das Florestas
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
EMEIF	Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental
ENERA	Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária
FEE	<i>Foundation for Environmental Education</i>
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FONEC	Fórum Nacional de Educação do Campo
FPEC	Fórum Paraense de Educação do Campo
FUNBOSQUE	Fundação Escola Bosque
GEPECART	Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Região Tocantina
GEPERIM	Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo da Ilha de Marajó
GEPERUAZ	Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia
GT	Grupo de Trabalho
IAR	Instituto Ambientes em Rede
IM	Instituição Municipal
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
JK	Juscelino Kubitschek
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
MZAN	Macrozona do Ambiente Natural
MZAU	Macrozona do Ambiente Urbano
NEB	Núcleo de estudos transdisciplinares em Educação Básica
NUSP	Núcleo Setorial de Planejamento
OSC	Organização da Sociedade Civil
PDMB	Plano Diretor do Município de Belém
PMB	Prefeitura Municipal de Belém

PME	Plano Municipal de Educação
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
PNE	Plano Nacional de Educação
PPEB	Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica
PPP	Projeto Político Pedagógico
PPPQ	Projeto Político Pedagógico Quilombola
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura do Campo
PRONACAMPO	Programa Nacional de Educação do Campo
PRONERA	Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária
PSD	Partido Social Democrático
RME	Rede Municipal de Ensino
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e diversidade
SEMEC	Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Belém
SEMED	Secretaria Municipal de Educação de Parauapebas
SNUC	Sistema Nacional de Unidade de Conservação
SOME	Sistema de Organização Modular de Ensino Médio
UEI	Unidade de Educação Infantil
UEPA	Universidade Estadual do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Rural da Amazônia
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UP	Unidade Pedagógica

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Os caminhos da infância ao desenvolver da pesquisa.....	15
1.2	Materialismo histórico da educação do campo: do Brasil a Belém do Pará.....	19
2	AS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DE BELÉM: da origem a contemporaneidade	35
2.1	Contextualização metodológica da pesquisa.....	35
2.2	Refletindo territórios do campo, das águas e das florestas	45
3	PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DE BELÉM: escolas das ilhas ou escolas do campo?	64
3.1	EMEC Professor Ângelus Nascimento.....	64
3.2	EMEC Professora Maria Clemildes	67
3.3	EMEC Madalena Travassos	69
4	Perspectiva sobre o Processo de Institucinalização das Escolas de Educação do Campo do município de Belém.....	73
4.1	Discussão e resultados da pesquisa.....	73
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
	REFERÊNCIAS	83
	ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DEFINITIVA DE FUNCIONAMENTO 1ª A 4ª SÉRIE/CICLOS (2000).....	91
	ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DEFINITIVO DO EF, CICLOS DE FORMAÇÃO III E IV (2012)	92
	ANEXO C – ALTERAÇÃO DE NOMENCLATURA PARA EMEC ÂNGELUS NASCIMENTO (01/2020)	93
	ANEXO D – EXTINÇÃO DA EMEC PROF. ÂNGELUS NASCIMENTO E CRIAÇÃO DA 1ª ESCOLA DE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA DO SUCURIJUQUARA “ARLINDA GOMES” (22/05/2024)	94
	ANEXO E – CROQUI DE ALINHAMENTO DA EMEC MARIA CLEMILDES (1989).....	95
	ANEXO F – AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA UNIDADE PEDAGÓGICA MARIA CLEMILDES DOS SANTOS E ESCOLA SEDE EMEIEF PROF. REMÍGIO FERNANDEZ (02/2011).....	96

ANEXO G – DOCUMENTO DE DOAÇÃO DO TERRENO DA EMEC MARIA CLEMILDES (2015)	97
ANEXO H – DECRETO DE CRIAÇÃO DA EMEC MARIA CLEMILDES	98
ANEXO I – ALTERAÇÃO DE NOMENCLATURA PARA EMEC (08/01/2020)	99

1 INTRODUÇÃO

Nesses primeiros apontamentos, apresento um breve memorial da minha trajetória educacional, que abrange desde a infância até a vida acadêmica e profissional. Destaco momentos essenciais que influenciaram meu amadurecimento como estudante e educadora, até me tornar pesquisadora, refletindo sobre a realidade social, política, econômica e cultural do lugar onde vivo. Essa compreensão e vivência me conduzem ao tema deste estudo e à pesquisa bibliográfica sobre o materialismo histórico e social na Educação do Campo, que se consolida ao longo do tempo, levando-me à aproximação e definição do problema e dos objetivos desta pesquisa.

1.1 Os caminhos da infância ao desenvolver da pesquisa

Minha infância e boa parte da vida foram passadas entre os bairros do Guamá e da Pedreira, na Cidade das Mangueiras — ou Mangueirosa¹, como é carinhosamente chamada de cidade de Belém do Pará. Do bairro Guamá, trago lembranças das brincadeiras de rua, como pira-se esconde, pira alta, queimada e tantas outras, além da constante lembrança da minha mãe sobre a importância de estudar para um futuro melhor. Já no bairro da Pedreira, gravei um quintal que parecia não ter fim, pelo menos para mim na época. Ele era a extensão da casa dos meus avós paternos, com balanço na árvore, árvores frutíferas, banho de cuia, pintinhos, patos e até pavões.

Durante o Círio de Nazaré², o que reinava era o cheiro da maniçoba, cozido a carvão durante sete dias e saboreado no domingo do Círio, após a passagem da santinha pelas ruas de Belém e a alegria de ganhar um brinquedo de miriti na Praça da República. Afirmo que esse período de brincadeiras de rua, do quintal das minhas avós e dos brinquedos de miriti são lembranças afetivas que contribuem de alguma forma para minha formação humana. A respeito dessa formação, Severino (2006, p. 621) afirma que “[...] a formação é processo de devir humano como devir humanizador, mediante o qual o indivíduo natural devém um ser cultural”.

Nesse processo de formação humana, em meio às brincadeiras tradicionais da infância e vivências culturais, estudei em uma escola católica conveniada com o Estado. O ensino era

¹ As mangueiras fazem parte da história da cidade de Belém. Por isso, a capital paraense é chamada carinhosamente de “cidade das mangueiras” ou “mangueirosa”.

² O Círio de Nazaré é uma grandiosa manifestação de fé e devoção à Nossa Senhora de Nazaré. Foi reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial pelo Iphan e declarado Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

tradicional, com um convívio rígido entre professores e alunos. O educador tem o conhecimento e os estudantes devem assimilar o que era passado sem questionamentos. No entanto, foi nessa escola que comecei a desenvolver o gosto pela leitura, aprendi sobre danças folclóricas, conheci autores paraenses e apresentei meus primeiros trabalhos em seminários. Mesmo com falas decoradas, fui aprendendo a me expressar. “Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos” (Freire, 1991, p. 126).

A serviço dos meus sonhos, fiz leituras de livros sem obrigações, nem imaginava que existiam, conheci autores como Paulo Coelho, Arthur Conan Doyle e outros que fizeram-me mergulhar em um mundo literário sem fim, foram bons momentos. Reconheço o significado que essa escola teve para mim, assim como sei que não foi a única responsável pela minha formação escolar, mas foi minha base e onde concluí o Ensino Fundamental.

Concluí o Ensino Médio em uma escola particular com bolsa parcial. Diferentemente da escola anterior, a relação entre alunos e professores era menos determinista, havia uma interação de ideias e os educandos possíveis se expressarem ao longo do processo educativo. Mas, mesmo nesse contexto, a educação era bancária, com a preocupação voltada mais para o número de aprovados no vestibular do que para a aprendizagem em si. Não passei logo no vestibular e, então, busquei o mercado de trabalho, sem desistir da universidade, que para mim seria e foi a mudança da minha realidade. Nesse contexto, eu me identifico com Freire (2021) quando afirma:

[...] gosto de ser gente porque, mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais, políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam (Freire, 2021, p. 53).

No percurso da vida, as dificuldades não me impedem de avançar; tornei-me sujeito ao meu próprio desenvolvimento. Finalmente, passei no vestibular e ingressei na vida acadêmica na Universidade do Estado do Pará (UEPA), no curso de Formação de Professores, que depois foi alterado para Pedagogia. Apesar de ter sido uma boa aluna — modéstia à parte —, considero que passei pela universidade, mas não a vivi como gostaria ou sonhei, pois tive que conciliar estudo, estágio e trabalho.

Concluí minha graduação em março de 2006 e, no mesmo ano, prestei concurso para a Secretaria Municipal de Educação de Parauapebas (SEMED), onde fui aprovada e nomeada em janeiro de 2007. No município, dei meus primeiros passos na prática docente, lecionando em diferentes etapas e modalidades da Educação Básica, incluindo Educação Infantil (EI), Ensino

Fundamental (EF) e Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), cada turma apresentada a mim, era um novo desafio e o desejo de aperfeiçoar-me cada vez mais.

O exercício da práxis deve estar intrínseco ao processo de formação do educador/a, tendo presente que ensinar não é transferir ou depositar conhecimento. É por meio da relação comunicativa entre teoria e prática que construiremos conhecimento, logicamente, em constante processo de atualização (Fortuna, 2015, p. 69).

A relação entre teoria e prática me ajudou a compreender a realidade em que estava inserida, abrindo caminhos que nortearam minha formação como professora. Em 2012, prestei concurso para a Secretaria Municipal de Educação de Belém (SEMEC), sendo aprovado e nomeado em agosto do mesmo ano. Fui lotado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Professor Remígio Fernandez durante nove anos. A escola está localizada no bairro do Maracajá, na ilha de Mosqueiro, em Belém do Pará.

Durante esses anos, estive envolvido em práticas curriculares voltadas para a alfabetização, buscando me aprimorar como profissional. Participei de formações continuadas oferecidas pela SEMEC e do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), um programa do Ministério da Educação que visava apoiar os professores que atuam no ciclo de alfabetização. Também cursei Especialização em Política de Promoção da Igualdade Racial da Escola pela UNIAFRO, na Universidade Federal do Pará (UFPA), confirmando a importância da Lei nº 10.639/2003, que trata do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana. Destaque para a diversidade étnica, cultural e social das diversas identidades amazônicas.

Neste sentido, em 2019, conclui a Especialização em Atendimento Educacional Especializado (AEE) pelo Centro de Ensino Superior de Vitória (CESV). O meu interesse surgiu da necessidade de atender ao público de educadores com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, superdotação ou altas habilidades, que vinham aumentando e sendo incluídos nas turmas regulares. A importância dessa formação contribuiu para o processo de inclusão e permanência desses alunos em sala de aula durante o ano letivo.

Freire (2021) afirma que, em determinados momentos, chegamos ao ponto do inacabado, mas que esse inacabado é necessário para a vida:

[...] como professor crítico, sou um “aventureiro” responsável, predisposto à mudança, à aceitação do diferente. Nada do que experimentei em minha atividade docente de necessariamente repetir-se. Repito, porém, como inevitável a *franquia* de mim, radical, diante dos outros e do mundo. Minha *franquia* ante os outros e o mundo mesmo e a maneira radical como me experimento enquanto ser cultural, histórico, inacabado e consciente do inacabamento (Freire, 2021, p. 49-50, grifo do autor).

Em 2019, tive a honra de estar entre os 100 professores selecionados, em nível nacional, para o Programa de Formação de Professores da Educação Básica no Canadá, promovido pela

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em parceria com o *Colleges and Institutes Canada* (CICAN). Realizar esse curso foi uma imersão a cultura e ao sistema educacional canadense. Foram dias intensos, repletos de aprendizados e trocas de experiências profissionais, durante os quais os educadores brasileiros tiveram a oportunidade de apresentar seus projetos desenvolvidos no Brasil.

No final de 2019, um relatório com resultados positivos foi enviado à CAPES. O projeto estava programado para ser reiniciado na segunda quinzena de março, com novas turmas da mesma escola; no entanto, ficou paralisado devido à pandemia de Covid-19, assim como toda a instituição. Durante esse período, aceitei assumir a Coordenação da Unidade Pedagógica Bacabeira, que era um anexo da Escola Municipal de Educação do Campo Maria Clemildes, ambas localizadas na Ilha de Mosqueiro, no entanto, em comunidades diferentes.

Em 2021, fui lotada na Diretoria de Educação (DIED)/SEMEC, integrando a equipe da Coordenação de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (COECAF). Fazer parte desse coletivo despertou meu interesse em conhecer a realidade das escolas do campo. Trabalhar por nove anos em uma escola que atende alunos ribeirinhos, coordenar uma unidade escolar do campo durante a pandemia e conhecer de perto as diferentes realidades das escolas do campo no município de Belém aumentou meu interesse em estudar a história e o processo de institucionalização das escolas de Educação do Campo desse município.

Na busca por novas aprendizagens que reforcem minha formação e me permitam contribuir de forma mais eficaz na coordenação das escolas do campo, onde trabalho, inscrevi-me para o mestrado no Programa de Pós-Graduação em Currículo e Gestão da Escola Básica (PPEB/NEB/UFPA), na linha de pesquisa História da Educação Básica por considerar que pesquisar a História da Educação do Campo seria o caminho de interesse e para a minha aprovação. O que era possibilidade tornou-se realidade, fui aprovada.

Ingressando no PPEB em agosto de 2022, cursei as disciplinas oferecidas pelo programa e, com a orientação do meu professor, defini e delimito o tema da pesquisa: "Processo de Institucionalização das Escolas de Educação do campo da Rede Municipal de Belém: por uma concepção de educação para os povos do campo, das águas e das florestas". Com isso, na subseção seguinte, apresento o conceito de Educação do Campo a partir de documentos e leis que tratam a respeito dessa modalidade de ensino, e como é evidenciada no município de Belém, também apresento o problema e objetivos da pesquisa.

1.2 Materialismo histórico da educação do campo: do Brasil a Belém do Pará

A educação do campo, por sua constituição histórica, é uma estrutura que está intrinsicamente ligada a dinâmica da mobilização social das populações que vivem no campo e embora nos sistemas de ensino assumam uma estrutura formalizada denominada como modalidade de ensino, observa-se que sua dinâmica de desenvolvimento vai muito além dos aspectos formais, ou seja, a educação do campo se tornou um campo de discussões teóricas, com apropriações epistemológicas por estar conectada ao modo de vida das populações e povos dos territórios onde se encontram.

Esse conceito, Educação do Campo, nasceu de uma base coletiva que vem se definindo historicamente desde os primeiros debates sobre esse tema no final da década de 1990, e tem contribuído para dar visibilidade às lutas políticas, de classe, de ideologia, de identidade e por território. Mas isso não significa que ele dê conta da realidade dos territórios rurais do Brasil em sua totalidade, até porque a totalidade do território não é uma, mas multiterritorial (Fernandes, 2008b). Territórios têm diferentes projetos em disputa (Vasconcelos, 2017, p. 244).

Vendramini (2007, p. 97) afirma que a Educação do Campo “[...] não emerge no vazio e nem é iniciativa das políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social”. A visão de Borges (2012, p. 97) salienta que não basta reconhecer as lutas fomentadas que propuseram os debates na ordem do dia, mas é preciso que se reafirme que as políticas são resultadas de mortes e massacres, ademais, foi na Constituição de 1946 “[...] que se levantou a discussão sobre a reforma agrária, mas nenhum projeto foi aprovado. Posteriormente na década de 1950, os debates intensificaram-se, envolvendo a participação popular”.

Para Silva (s.d.a), o final da década de 1950 foi marcado pela presidência de Juscelino Kubitschek (JK), descrito por uma política desenvolvimentista que resultou em um expressivo crescimento industrial no país. Esse desenvolvimentismo, entretanto, mascarou problemas graves que afetaram a sociedade brasileira, como a alta inflação, o aumento da dívida externa e as dificuldades nas áreas do campo e da educação.

Segundo Silva (s.d.b), com a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural no governo de João Goulart, no início da década de 1960, foram assegurados aos trabalhadores rurais os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos, frutos das diversas lutas populares mobilizadas pelos camponeses. Apesar das dificuldades enfrentadas pelas organizações do campo em 1962 e 1963, surgiram sindicatos e federações estaduais, cujas contribuições foram essenciais para a

consolidação da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares (CONTAG)³.

Essa confederação nasceu em um momento crítico da movimentação política no Brasil, as forças conservadoras estavam preparando uma ofensiva contra o governo do Presidente João Goulart que foi marcado por grandes tensões políticas. Os obstáculos encontrados por João Goulart surgiram antes de sua presidência e permaneceram quando ele tentou implantar no Brasil as Reformas de Base⁴.

Entre as pautas reformistas defendidas por essas reformas foi a reforma agrária, debatida exaustivamente fizeram com que o governo perdesse sua base de apoio entre os parlamentares do Partido Social Democrático (PSD), que passaram para oposição. O entrave aconteceu porque os parlamentares que defendiam os interesses dos grandes proprietários não se entenderam com o governo em relação à forma como a indenização para os lotes desapropriados aconteceria.

Desse modo, entre 31 de março e 2 de abril de 1964⁵ o presidente da República foi deposto por um Golpe Militar e seu governo encerrou antes do imaginado. Com a deposição de João Goulart realizada pelo golpe parlamentar, os militares, então, apresentaram à nação o Ato Institucional nº 1, que criava mecanismos jurídicos para justificar a tomada de poder. Pouco tempo depois, por meio de eleição indireta, foi eleito presidente o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco.

Como consequência a CONTAG sofreu intervenção militar, o presidente Lyndolpho Silva e outros diretores foram presos imediatamente, o mesmo aconteceu com várias lideranças sindicais rurais em diferentes estados e municípios do país, algumas inclusive foram brutalmente torturadas e assassinadas. A luta pela redemocratização no Brasil e resistência à ditadura se estenderam por décadas.

³ A CONTAG foi fundada em 20 de dezembro de 1963. Coordena um sistema composto por 27 Federações estaduais e mais de 4.000 Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais, que representa e luta pela garantia, manutenção e ampliação de direitos de mais de 15 milhões de trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares, distribuídos em mais de 4,3 milhões de estabelecimentos rurais por todo o País (Censo Agropecuário 2017).

⁴ As Reformas de Base eram um conjunto de medidas que objetivavam reestruturar as instituições políticas, jurídicas e econômicas do país. Pretendia-se, por meio dessas reformas, atenuar o quadro de desigualdade social do país, contudo, sem ultrapassar os marcos do liberalismo político e econômico. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/primeira-fase-governo-joao-goulart.htm>. Acesso em: 20 dez 2023.

⁵ A Ditadura Militar no Brasil iniciou-se em 1964, por meio de um golpe civil-militar contra o presidente João Goulart e estendeu-se até 1985, sendo marcada pela repressão. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/ditadura-militar-no-brasil.htm>. Acesso em: 12 dez 2023.

Entretanto, em 1968 os trabalhadores rurais voltaram a assumir a CONTAG sem a interferência do regime militar, avançando nos debates sobre legislação. Nesse período a entidade avançou nos debates sobre legislação rural, educação, previdência, saúde, reforma agrária, desenvolvimento agrícola e direitos trabalhistas, cobrou o cumprimento do Estatuto do Trabalhador Rural e do Estatuto da Terra e participou da discussão sobre a criação de uma Central Sindical Única, das campanhas pela Anistia Política e da Assembleia Nacional Constituinte.

Segundo Borges (2012, p. 93), o II Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, realizado em 1973, contou com a participação dos trabalhadores do campo a convite da CONTAG que defenderam a proposta do Estatuto da Terra, mesmo sabendo que essa proposta não seria a melhor alternativa. A defesa da aplicação do Estatuto fora “[...] em função do aspecto legal que oferecia, passando a desenvolver lutas em defesa dos direitos trabalhistas, pela permanência na terra e pela retomada dos sindicatos [...]”, que haviam sido integrados ao projeto de governo dos militares transformando-os em ferramenta de assistencialismo para atender os interesses do capital internacional e ao modelo de desenvolvimento do país.

Na década de 1970, também surge a Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁶, organização da Igreja Católica, que conta com a participação de igrejas de outras religiões, em defesa dos posseiros, na luta pela reforma agrária e pela permanência na terra. Vale ressaltar, que com o apoio da CPT, na década de 1960, surgiram as primeiras Escolas de Famílias Agrícolas (EFA), trabalhando com a Pedagogia da Alternância na terra no Ensino Fundamental, em 1976, se dá início a primeira experiência EFA de Ensino Médio (Segundo Grau, na época).

Esse movimento social e político do final da década de 1970, marcado pelas “[...] lutas e resistências coletivas, em busca do resgate de direitos da cidadania cassada e contra o autoritarismo vigente [...]” (Gohb 2001, p. 53-54), foi uma época de organização dos movimentos sociais e de luta pela democracia. Na área educacional, destacou-se as iniciativas de educação popular por meio da educação política, da alfabetização de jovens e adultos, formação de lideranças sindicais, populares e comunitárias.

Apesar do controle pelos militares na década de 1970, a luta pelos direitos sociais permanece em foco. Esses direitos sociais só foram assegurados no âmbito jurídico com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. São direitos sociais a “[...] educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança,

⁶ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) é uma instituição civil, sem fins lucrativos, criada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) em outubro de 1975 para atuar nas questões agrárias. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>. Acesso em: 13 dez 2023.

a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” conforme consta no cap. II, art. 6º (Brasil, 1988).

Com a transição política em 1985, a eleição indireta de Tancredo Neves e o fim da ditadura militar, inicia-se um novo período na história brasileira. Os trabalhadores rurais, que protagonizaram as lutas pela democracia da terra e da sociedade, convergiram no 1º Encontro Nacional, realizado em Cascavel, no Paraná, em 1984. A partir dessa articulação, foi fundado o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)⁷. Esse movimento social e político estudado, em 1986, resultou na criação do Setor de Educação do MST, que ficou “[...] responsável pela articulação e coordenação nacional, tanto das lutas quanto das formulações político-pedagógicas, que, aos poucos, vêm constituindo uma proposta de educação para as áreas de reforma agrária” (Caldart; Kolling, 1997, p. 224).

Quando o MST cria em sua organização o Setor Educacional, abandona-se uma visão ingênua de que a luta pela Reforma Agrária se dá somente pela luta por um pedaço de terra. Na realidade o objetivo também é a garantia dos direitos sociais e dentre eles o direito à educação que fora negado historicamente à população do campo (Rossi, 2014, p. 47).

Para Rossi (2014, p. 47), o tema da educação começou a despertar a atenção do movimento pelo fato de ter sido realizada nos assentamentos e acampamentos uma pesquisa nos anos de 1994 e 1995. O resultado da pesquisa apresentou que: “[...] 29% da população era analfabeta; 1,6% das crianças terminavam o ensino fundamental e 70% dos jovens e adultos não tinham condições acessíveis à escola”.

Fernandes (2011, p. 136) afirma a importância de se destacar as ideias que fundamentam a Educação do Campo. Ressalta que os sem-terra defendem que é possível construir uma escola nos territórios rurais conquistados. Uma escola da terra, que “[...] desenvolveria uma educação aberta para o mundo deste campo”. E quando muitos diziam que era impossível de se construir essa escola, persistiram em seguir em frente com a mesma obstinação em que resolveram entrar na terra.

Para Caldart (2003), o direito à escola passou a fazer parte da luta do MST, “[...] especialmente quando começaram a se multiplicar os desafios dos assentamentos, ficou mais fácil de perceber que a escola poderia ajudar nisso, [...] *uma escola não move um assentamento, mas um assentamento também não se move sem a escola*” (p. 65, grifo da autora). A Educação do Campo se fortaleceu a partir da conscientização dos movimentos sociais da importância da

⁷ O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social, de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil. Disponível em: <https://mst.org.br/nossa-historia/84-86/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

Escola do Campo para a educação dos seus filhos na caminhada de reivindicação dos seus direitos sociais.

A origem da Educação do campo foi efetivamente processada na década de 1990, quando diversas organizações da sociedade e movimentos sociais do campo promoveram eventos que resultaram em debates sobre a educação dos Povos do Campo. Um marco importante foi a Lei nº 9.394, de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que embora use o termo “rural”, esclarece o direito à educação dos povos do campo (Silva; Barros; Garbelini Neto, 2015). O Art. 28 da LDB, estabelece:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I- Conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II- Organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III- Adequação à natureza do trabalho na zona rural (Brasil, 1996, p.16)

A aprovação da LDB foi uma conquista para aqueles que estavam lutando por uma educação igualitária, embora a associação entre teoria e prática fosse um desafio. “Conhecendo essa história de luta que faz a lei, sabemos também que a luta faz vigorar a lei. Por essa razão, sem a organização dos povos do campo, as Diretrizes correm o risco de ser letra morta no papel” (Fernandes, 2011, p. 144). Santos (2011) destaca que, apesar do avanço em relação ao art. 28, uma referência à adaptação do sistema educacional para a população rural sugere uma concepção urbanocêntrica. Rossi (2014, p. 46) considera que “[...] com a LDB houve uma desvinculação da escola no campo num entendimento precário como sendo somente reflexo da escola urbana, exigindo um planejamento diferenciado”.

No final dos anos 1990, uma mobilização em favor da educação para a população camponesa ganhou força, envolvendo mais entidades do setor da educação. Segundo Borges (2012, p. 101), pela primeira vez, discutiu-se não apenas uma educação para o campo, mas a Educação do Campo. Os movimentos sociais, especialmente o MST, reivindicaram políticas específicas junto aos governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) e Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) para atender às necessidades do campo. Diversos espaços de debate sobre a Educação do Campo foram criados, como o I Encontro Nacional de Educadores da Reforma agrária (ENERA), organizado pelo MST com o apoio da Universidade de Brasília (UNB) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), entre outras instituições não governamentais.

Em 1998, durante o governo FHC, foi criada a Articulação Nacional por Uma Educação do Campo, promovendo ações de escolarização para os povos do campo em nível nacional. Nesse ano, também ocorreu a I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo (CNEBC), que, segundo a Articulação Nacional, foi preparada a partir de encontros estaduais que abordaram as principais questões relacionadas à educação do campo (Articulação..., 2011, p. 207). Essa conferência foi um marco histórico para o reconhecimento da educação e dos sujeitos do campo, que reivindicavam autonomia e emancipação. Nessa conferência o termo “Educação do Campo” passou a ser oficialmente utilizado em vez de “Educação Rural”.

Utilizar-se-á a expressão campo, e não a mais usual, meio rural, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do trabalho camponês e das lutas sociais e culturais dos grupos que ali vivem hoje [...] quando se discutir a educação do campo se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural (Kolling; Nery; Molina, 1999, p. 26).

A mudança na terminologia foi uma estratégia das entidades sociais para ressignificar e dar novo sentido a uma estrutura que o Estado havia criado, mas que não representava as necessidades da população do campo. Isso abriu espaço para bandeiras de luta por mais investimentos públicos e pela promulgação de leis que garantissem direitos, como a educação e currículos voltados para cada realidade campesina.

Diante dessa pressão, o Estado iniciou experiências e desenvolver políticas específicas para o campo, destacando-se o Programa Nacional de Educação da Reforma Agrária (PRONERA), criado a partir dos debates ocorridos no I ENERA e previsto pela Portaria Ministerial nº 10, de 16 de abril de 1998, durante o governo FHC. Entretanto, foi com a Lei nº 11.947/2009 e o Decreto nº 7.352/2010, no governo Lula, que o programa se tornou uma política pública regular e adquiriu a dimensão que tem.

O PRONERA foi inicialmente orientado pelo gabinete do Ministério Extraordinário da Política Fundiária e, em 2001, passou a fazer parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), integrando-se ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Hage (2011) afirma que, ao ser incorporado ao INCRA, o Programa passou a depender do apoio das instâncias superiores e não mais do setor de projetos especiais.

Segundo o INCRA, de 1998 a janeiro de 2024, o PRONERA ofereceu cerca de 545 cursos, em parceria com mais de 45 instituições de ensino, atendendo 192.764 beneficiários. As formações vão desde a alfabetização e escolarização de jovens e adultos no ensino fundamental e médio até a formação em nível superior e pós-graduação. O PRONERA foi extinto pelo Decreto nº 20.252, de 20 de fevereiro de 2020, durante o governo Bolsonaro (2019-

2022), que desmantelou a Coordenação responsável pela Educação do Campo, inviabilizando a continuidade do programa. No entanto, no governo Lula (2023), o programa foi restabelecido pela Portaria nº 186, de 10 de outubro de 2023, e a Comissão Pedagógica Nacional (CPN) do PRONERA foi reinstaurada.

No primeiro mandato de Lula, ocorreu a II Conferência Nacional Por Uma Educação do Campo, e foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) vinculada ao Ministério da Educação. Por meio dessa secretaria, a Coordenação Geral da Educação do Campo foi instituída, resultando na elaboração e aprovação das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002 (Brasil, 2002). Essas ações produziram resultados concretos, fortalecendo a luta dos movimentos sociais organizados pela Educação do Campo e culminando na Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008, que estabelece Diretrizes Complementares para o desenvolvimento de políticas públicas de educação básica do campo (Brasil, 2008).

Para Fernandes (2011), todo ponto de chegada é também um novo ponto de partida. Com a aprovação da Resolução CNE/CEB nº 2/2008, os sujeitos do campo iniciam uma nova busca pelo direito “Por Uma Educação do Campo”. Diversos âmbitos influenciaram a concepção e a elaboração de novas políticas públicas, evoluindo o desenvolvimento do campo por meio de ações educativas.

Nesse contexto, foi criado o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO) em 2007, por iniciativa do Ministério da Educação e da SECAD. Segundo o MEC, o programa apoia a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior do país, envolve a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais (Brasil, 2012).

De acordo com Silva e Santos (2016, p. 140):

[...] o PROCAMPO reconhece e defende a necessidade de formação inicial para os educadores/as que atuam nas escolas do campo. Este programa, enquanto política pública, contribui para o debate em torno das questões educacionais que devem ser, com seriedade, amplamente discutidas pelo governo brasileiro. Como verificado na história do país, a política educacional, até então destinada ao campo, considerou tal espaço, apenas a extensão da cidade, de modo que, a instituição escolar, os currículos, as histórias, identidades e memórias de educadores/as foram constantemente desconsideradas.

Portanto, é fundamental considerar as relações sociais que se estabelecem na busca pela autonomia, valorizando as formas de vida e as trajetórias dos habitantes do campo, não apenas como extensão da cidade. A formação deve ser compreendida na perspectiva de valorização

dos saberes da comunidade, especialmente dos educadores, que reflita sobre práticas que lhes permitem entender a realidade atual do campo.

Posto isso, em 2012, a presidente Dilma Rousseff lançou o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), criado pelo Decreto nº 7.352 e instituído por meio da Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013, tendo como propósito oferecer apoio financeiro e técnico para viabilização de políticas públicas do campo. Conforme o seu Documento Orientador, o programa tem como objetivo geral:

[...] disponibilizar apoio técnico e financeiro aos Estados, Municípios e Distrito Federal para a implementação da Política de Educação do Campo, visando à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da Educação Básica e Superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombolas, em todas as etapas e modalidades de ensino (Brasil, 2013, p. 6).

Entretanto, o PRONACAMPO precisa ser mais bem planejado para garantir uma infraestrutura física adequada e recursos tecnológicos às escolas do campo e quilombolas assegurando assim educação de qualidade, para que isso ocorra de fato, a restrição ao protagonismo dos movimentos sindicais e sociais na elaboração das ações dessa política deve ser revista considerando que foram identificadas ações que envolvem o agronegócio na disputa por recursos públicos. Como exemplo, o Pronatec Campo que nada mais é que a incorporação da formação profissional concebida pela agricultura industrial.

O Fórum Nacional de Educação do Campo, em seu posicionamento, apresenta críticas ao formato e à lógica de formulação do Pronacampo, indicando que em certa medida, ele encarna historicamente a forma convencional de pensar a política educacional para os trabalhadores do campo em nosso país, distanciando-se das ações e dos sujeitos que historicamente constituíram a prática social identificada como Educação do Campo; entretanto, reconhece que algumas ações previstas no Programa podem vir a ter impactos significativos nos rumos da Educação do Campo, como por exemplo: Educação Profissional, Construção de Escolas do Campo e Formação de Educadores (FONEC, 2012 *apud* Hage, 2014).

Como visto por Fernandes (2011), os debates sobre Educação do Campo se intensificaram, pressionando o Estado brasileiro a considerar a perspectiva da comunidade escolar rural. Em 27 de março de 2014, foi criada a Lei nº 12.960, que alterou a LDB. O art. 28 agora exige que,

[...] o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar (Brasil, 2014b).

A institucionalização da educação do campo por meio de legislações e com a criação de políticas públicas deu mais subsídios para o movimento das entidades que atuam nas áreas

campesinas, fazendo com que a luta pela implantação de escolas do campo ganhasse mais força. Com isso, os municípios passaram a desenvolver política de criação de escolas do campo, cumprindo as determinações do MEC e ao mesmo tempo as reivindicações das comunidades ribeirinhas, quilombolas, de assentados rurais etc.

A educação do campo é uma concepção que compreende a possibilidade de mudanças da sociedade por meio do trabalho pedagógico, seja nas escolas do campo, seja nos ambientes não formais. Essa concepção é resultado da práxis dos movimentos sociais, que vem aos longos das duas últimas décadas sendo gestada com ações para disputar uma nova sociedade, com a intenção de fazer que os sujeitos do campo se vejam como sujeitos da própria vida, sem a tutela do Estado (Borges; Silva, 2012, p. 208).

As Escolas do Campo possuem políticas públicas educacionais que se constituem ao longo dos anos, no entanto, na maioria das vezes, suas particularidades que constituem local de pertencimento da área rural são esquecidas. O direito de ter uma educação com um olhar e filosofia educacional diferenciada voltada para realidade específica de cada comunidade, na maioria das vezes não ocorre. A conexão inerente que existe entre a escola e a comunidade onde ela se encontra desenvolvida, no contexto da educação do campo, introduz a observação que o Brasil é um país com imensa extensão territorial, com uma grande diversidade de povos e etnias.

Nesse viés, cada região do país apresenta especificidades do modo de viver de cada povo, o que conduz a reflexão que a educação do campo para valorizar a riqueza cultural de saberes e vivências dessas populações, deve ser desenvolvida apropriando-se desses elementos e expressando-se na sua estrutura formalizada. Ademais, chamo a atenção para o estado do Pará, composto por 22 (vinte e duas) microrregiões, sendo elas: Almeirim; Altamira; Arari; Belém; Bragantina; Cametá; Castanhal; Conceição do Araguaia; Furos de Breves; Guamá; Itaituba; Marabá; Óbidos; Paragominas; Parauapebas; Portel; Redenção; Salgado; Santarém; São Félix do Xingu; Tomé-Açu, e; Tucuruí. Cada uma dessas microrregiões tem uma população com características culturais peculiares, o que demanda que ao se pensar em uma educação do campo, se considere as riquezas sociais, históricas e simbólicas, que têm em cada uma dessas populações.

Nessa mesma perspectiva, a cidade de Belém do Pará pode ser vista como uma região essencialmente urbanizada, no entanto, por estar situada geograficamente no território amazônico, tem uma população rural diversa com complexas formas de organização social, o que requer uma educação do campo que corresponda a demanda de cada uma dessas singularidades. Desse modo, em cada canto do país, sejam nos estados, municípios,

mesorregiões e microrregiões distritais, deve ser pensada uma estrutura educacional do campo que assimile, represente e expresse a realidade de seu povo.

O Movimento Paraense por uma Educação do Campo vem se consolidando ao lado do Fórum Paraense de Educação do Campo (FPEC) que concentra entidades da sociedade civil, movimentos sociais, instituições de ensino, pesquisa e extensão a exemplo GEPERUAZ, pertence ao Centro de Educação da UFPA desde 2002 e vem realizando estudos sobre a realidade da educação do campo no Estado do Pará e na Região Amazônica sob a coordenação do Prof. Dr. Salomão Antônio Mufarrej Hage.

A criação do grupo remonta a aprovação em 2001 de sua primeira pesquisa, financiada através do Edital do Programa Norte de Pesquisa e Pós-Graduação (PNPPG/ CNPq) denominada “Classes Multisseriadas: Desafios da educação rural no Estado do Pará/ Amazônia”. Essa pesquisa foi desenvolvida no biênio 2002-2004, diagnosticou a realidade educacional do meio rural no Estado do Pará, tomando como foco de estudo as classes multisseriadas e as dificuldades que os educadores e educandos enfrentam no cotidiano de suas atividades educativas. Ela teve como intenção, de apresentar indicadores que possam referenciar a elaboração e implementação de políticas educacionais que garantam o sucesso escolar no espaço rural da Região Amazônica (Hage, 2005, p. 22).

Segundo Hage (2005), a pesquisa também oportunizou ao GEPERUAZ contribuir com a criação de dois grupos de pesquisas: o Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo da Ilha de Marajó (GEPERIM) e o Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Região Tocantina (GEPECART). Assim, o GEPERUAZ busca compreender os desafios enfrentados pelos sujeitos de diferentes realidades campesinas.

O GEPERIM é constituído por docentes, ex-docentes, discentes e egressos do Campus Universitário de Breves da UFPA e foi criado com o objetivo de desenvolver estudo e pesquisa em educação do campo na meso-região Marajó. O grupo discute a educação do campo no Marajó e como resultado dos seus primeiros debates em Portel foram criadas 2 (duas) turmas do programa Saberes da Terra.

O GEPECART é uma iniciativa desenvolvida por alunos, ex-alunos e professores do Campus Universitário do Tocantins/Cametá da UFPA que apresentam em comum com o GEPERUAZ e o GEPERIM o interesse em investigar a Educação do Campo na Amazônia, tendo a Região Tocantina como lócus de pesquisa. O grupo realiza pesquisas sobre a educação do campo analisando as políticas públicas de formação, currículo e trabalho para a juventude do campo, além de investigar como o Sistema de Organização Modular de Ensino Médio (SOME) funciona nas escolas do campo.

Nesse viés, O GEPERUAZ vem realizando estudos na tentativa de compreender os desafios enfrentados pelos sujeitos do campo para garantir na prática os seus direitos à

educação, visto que nos marcos regulatórios vigentes, a Educação do Campo se encontra reconhecida enquanto política pública de Estado, devendo ser assegurada às populações do campo desde a educação básica até o ensino superior e a educação profissional.

O GEPERUAZ participa ativamente das atividades do Fórum Paraense de Educação do Campo, movimento que aglutina entidades da sociedade civil, movimentos sociais, instituições de ensino, pesquisa, órgãos governamentais de fomento ao desenvolvimento e da área educacional da sociedade paraense, que compartilhando princípios, valores e concepções político-pedagógicas buscam defender, implementar, apoiar e fortalecer políticas públicas, estratégias e experiências de educação do campo e desenvolvimento rural com qualidade social para todos/as cidadãos/as paraenses, sobretudo para as populações do campo, aqui entendidas como: agricultores/as familiares, indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos e pescadores (FPEC, 2004 *apud* Hage, 2005, p. 25).

O FPEC, criado em 2003, tem se esforçado para manter e consolidar o Movimento Paraense por uma Educação do Campo. O GEPERUAZ e outras entidades que participam do FPEC, objetivando a efetivação de ações de intervenção que possam colaborar com a melhoria das condições de ensino oferecidas nas escolas do campo dos territórios da Amazônia Paraense vem “[...] buscando implementar, apoiar e fortalecer políticas públicas, estratégias, experiências de educação do campo e desenvolvimento rural com qualidade social para todos os cidadãos paraenses, sobretudo para as populações do campo” (FPEC, 2004 *apud* Hage; Cruz, 2017).

Segundo Hage e Cruz (2017):

[...] as origens desse Movimento no Estado do Pará remontam ao ano de 2003, quando em reunião na antiga Escola Agrotécnica Federal de Castanhal, um conjunto de atores, entre eles movimentos e organizações sociais e sindicais do campo, universidades e instituições da sociedade civil, decidiram pela organização de um evento mais ampliado para pautar os desafios enfrentados pelos sujeitos para acessar a escolarização no meio rural do Estado. Meses depois, em fevereiro de 2004, em um evento realizado na Universidade Federal Rural da Amazônia surge a carta de criação do FPEC, cuja coordenação geral deveria assumir a mobilização do coletivo de movimentos, organizações e instituições que aderiram a esse processo e construir coletivamente a arquitetura e a dinâmica de articulação da rede (FPEC, 2004 *apud* Hage; Cruz, 2017, p. 3).

O Fórum Paraense de Educação do Campo realizou o I Seminário de Educação do Campo do Pará na Universidade Rural da Amazônia (UFRA). Nesse seminário, é criado o documento Carta de Belém, pode-se dizer que esse documento é histórico por registrar o movimento em curso e contribuir à formulação de políticas educacionais do campo. Nessa perspectiva e com a junção de interesses de diferentes sujeitos sociais, governamentais e universidades constitui-se a realização dos Seminários Estaduais de Educação do Campo do Estado do Pará abrangendo número significativo de sujeitos do campo, das águas, das florestas e da cidade que discutem, propõem e elaboram ações afirmativas para o campo da Amazônia.

Entre os marcos importantes da caminhada do Fórum são destaques: o I, II, III e IV Seminário Estadual de Educação do Campo e o I e o II Seminário Estadual de

Juventude do Campo, realizados entre 2004 a 2010; o I e o II Encontro de Pesquisa em Educação do Campo do Estado do Pará, realizados em 2008 e 2010 na Amazônia Paraense; o I Seminário Estadual das Licenciaturas em Educação do Campo do Pará e Amapá e III Encontro de Pesquisa em Educação do Campo, realizados em 2012; o IV Encontro Nacional dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo, em 2014, assim como os Tapiris Pedagógicos⁸ e as plenárias⁹ realizadas pelo FPEC, onde se reflete e se planeja a intervenção em questões específicas demandadas pelos seus integrantes (Hage; Cruz; Silva, 2015, p. 4).

Nesse contexto, é importante ressaltar o II Seminário Estadual de Educação do Campo, realizado em 2005, que visava consolidar os princípios e metas do I FPEC. Esse seminário preparatório antecedeu o II FPEC e funcionou como um instrumento de debate, construção e articulação para formular uma política educacional pretendida, sinalizando diretrizes, proposições e encaminhamentos para a Educação do Campo.

O FPEC se compromete a construir uma política educacional que sirva como norte para a participação e a articulação em torno da gestão democrática institucional; “[...] ao todo, foram realizados 11 (onze) eventos preparatórios ao II Seminário Estadual de Educação do Campo, envolvendo mais de 1.500 (mil e quinhentos) participantes de 40 (quarenta) municípios do Estado do Pará [...]” resultando na elaboração do documento intitulado “Manifesto” que esclarece a importância da luta constante por políticas públicas pela educação do campo (Hage, 2005, p. 26).

Os documentos Carta de Belém e Manifesto representam concepções e ações desse movimento, expressando a luta pela garantia dos direitos sociais e envolvendo membros de movimentos sociais, instituições, profissionais, lideranças, jovens, adultos e idosos que defendem a inclusão da educação do campo, águas e florestas. O compromisso contido nesse documento propõe-se, lutar para que as políticas públicas, na prática, sejam transparentes, universalizadas e tenham gestão controlada socialmente, perante os muitos desafios e adversidades que populações camponesas, ribeirinhas e indígenas sofrem com as condições políticas e de vida nos espaços territoriais do Estado do Pará.

A FPEC, enquanto movimento social, busca promover o engajamento político por uma educação do campo de qualidade, integrando saberes locais e um conjunto de ações que vão além da dimensão pedagógica, vinculando-se a um conceito amplo de educação. Essa abordagem considera a educação como uma referência de trabalho não material, essencial para

8 O “Tapiri Pedagógico” é uma das atividades organizadas semestralmente pelo Fórum Paraense de Educação do Campo que objetiva o diálogo entre a academia, representantes do Estado, como Secretarias Municipais de Educação, professores, lideranças Locais, estudantes e Movimentos Sociais, sobre questões/demandas por políticas sociais, seus reflexos na legislação e contextos do ensino dos Povos do Campo, Águas e Floresta.

9 As plenárias são espaços importantes onde reúnem-se seus integrantes individuais e institucionais, parceiros e convidados para tratar de diversas temáticas que direta ou indiretamente afetam a educação dos povos do campo no Pará.

a produção e reprodução do conhecimento sobre a totalidade da produção humana (Saviani, 2004).

O FPEC precisa estar atento ao debate, às concepções e às estratégias que atravessam os modelos de políticas públicas, incluindo a gestão, financiamento e formação de professores, nas esferas da União, Estados e Municípios. Atualmente, estão vinculados à FPEC os seguintes Fóruns Regionais de Educação do Campo:

[...] no período mais recente o protagonismo do movimento e a necessidade de atuação em todo o território paraense têm motivado os atores que constituem e participam do Fórum Estadual a criar Fóruns nas regiões de integração do Estado do Pará, aproximando o processo de mobilização e organização dos diferentes sujeitos coletivos, instituições e sujeitos do campo do espaço local, de modo a fortalecer o alcance e intervenção do movimento nos territórios do campo da Amazônia paraense. Na atualidade vinculam-se ao FPEC os seguintes Fóruns Regionais de educação do Campo: do Sul e Sudeste do Pará, da Região Tocantina, da Região do Baixo Tocantins, do Nordeste Paraense, da Transamazônica e Xingu, e da Região do Baixo Amazonas (Hage; Cruz; Silva, 2015, p. 4-5).

Nessa ótica, é importante ressaltar que o FPEC, juntamente com o Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC)¹⁰, com a participação de movimentos e organizações sociais e sindicais do campo brasileiro e instituições de ensino superior, está em constante movimento. Na última década foram destaques os seguintes eventos: o Seminário Nacional de Educação do Campo (2012), o VI Seminário Nacional das Licenciaturas em Educação do Campo (2016), Carta-Manifesto 20 Anos da Educação do Campo e do PRONERA (2018), a Carta FONEC e a Nota sobre a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (2019), a Nota pela reorganização do Calendário Escolar sem Ensino Remoto (2020), a Nota em Defesa das Instituições Federais (2021) e o Congresso Internacional de Educação em Territórios Rurais (2022), realizado em Barcelona, com a participação de 17 (dezesete) países, incluindo o Brasil.

Desta forma, é importante destacar que a realização de seminários estaduais e municipais, congressos regionais, internacionais e outros eventos que discutem a Educação do Campo representa um avanço significativo na reafirmação de meios de discussão e proposições de políticas que atendem à diversidade dos temas relacionados ao campo. Essa é uma grande tarefa nos dias atuais, reiterando os compromissos e metas contidas nos documentos “Manifesto”, configurando-se como um desafio permanente para os membros do FONEC perante os poderes públicos, não apenas para a Amazônia, mas para todo o Brasil.

¹⁰ Em agosto de 2010, o FONEC nasce com o objetivo de fortalecer a autonomia, o debate, a elaboração e sobretudo, a consolidação de políticas públicas voltadas para a educação no campo. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/08/18/criado-ha-10-anos-fonec-segue-como-instrumento-de-luta-e-defesa-da-educacao/>. Acesso: 09 dez 2023.

Segundo Molina (2015):

[...] temos presenciado um incrível aumento das ações de Educação do Campo, com uma profusão de cursos; de eventos e de pesquisa sobre ela, sem falar das questões que são estruturantes desse conceito - especialmente aquelas organizadas por Secretarias de Educação, tanto municipais quanto estaduais, que têm buscado reduzir a Educação do Campo meramente a uma questão escolar, isolando as contradições do campo da escola (Molina, 2015, p. 381-382).

Sob o ponto de vista de Molina (2015), a educação do campo é um movimento que surge pela terra, da luta de classes e as escolas de Educação do Campo precisam ser desenvolvidas como um instrumento de apoio necessário para a história, formação e emancipação de seus sujeitos considerando-se a importância de compreender como essa política pública tem se desenvolvido nos municípios, para que realmente seja efetivada.

Tal como Molina (2015), Caldart (2009) defende a necessidade e a importância, política, teórica de compreender a Educação do campo em sua historicidade, o que implica buscar apreender as contradições e tensões de concepções teóricas entre os sujeitos envolvidos com a Educação do Campo, mas sempre lembrando que

[...] os parâmetros do debate das ideias devem ser dados pela análise do movimento da realidade concreta, sob pena de não participarem dele ou, pior, ajudarem a fortalecer posições políticas conservadoras, sobre o campo e sobre a educação dos trabalhadores (Caldart, 2009, p. 37).

Arroyo (2007, p. 160) reconhece que a educação é um direito de todos e dever do Estado significou um grande avanço, no entanto, deixa claro crises a concepção de direito, de educação, de cidadania, de políticas públicas: “[...] ver e defender esses direitos como generalistas sem o reconhecimento das diferenças as políticas públicas e os ordenamentos legais passaram a ser inspirados nessa concepção de direitos”.

Nesse contexto, as universidades e outras instituições públicas que atuam em pesquisa e formação de professores realizam diversas ações de comunicação, tecnologia e inovações aos sujeitos e comunidades do campo realizam discussões e análises acerca da política e práticas em educação do campo, no entanto, não se destaca o registro da história, do surgimento e processo de institucionalização das escolas do campo. Muitas dessas escolas são extintas e com elas suas histórias.

Diante dessas singularidades enfatizo a importância de deixar registrado o processo de institucionalização das escolas de Educação do Campo de Belém, considerando que esse estudo servirá de embasamento para futuras pesquisas e considerando que uma escola extinta nesse município não será mais apenas um número, terá um registro de que existiu.

Noal (2014) aponta que a realização de eventos e a ação de deixar registrados documentos pelos movimentos sociais e organizações do campo ao longo da história fundamentaram os debates e definições dos princípios que passaram a alicerçar a Educação do Campo. Nesta instância, este trabalho pretende investigar e deixar como forma de registro o processo de institucionalização das Escolas de Educação do Campo da Rede Municipal de Ensino (RME) de Belém do Pará, deixando um alicerce para que essa modalidade de ensino se fortaleça e seja cada vez mais valorizada a partir de registros documentais e não apenas através da oralidade.

Nessa perspectiva, o problema central desse trabalho constituiu-se em saber: como ocorreu o processo de institucionalização das Escolas de Educação do Campo da Rede Municipal de Ensino de Belém do Pará, esse processo dialoga com a realidade e diversidade sociocultural dos povos das terras, das águas e das florestas? Esse estudo foi encaminhado pelas seguintes questões: quais evidências legais contribuíram para o processo de criação das Escolas de Educação do Campo desse município? Quais vivências os movimentos sociais, sindicais, organizações populares e instituições públicas manifestaram sobre a Educação do Campo em Belém do Pará?

A partir desses questionamentos, este trabalho tem como objetivo geral analisar o processo institucional e legal das escolas de educação do campo do município de Belém com foco nas mudanças ocorridas nessas unidades escolares no decorrer do tempo considerando a realidade social e cultural que estão inseridas. De forma mais específica a pesquisa tem como objetivos: a) compreender a materialização da educação do campo e as legislações que foram se constituindo ao longo dos anos até sua consolidação nas primeiras décadas do século XXI; b) Explorar o processo pelo qual se deu a origem, o surgimento das escolas de educação do campo na RME de Belém; c) Investigar o processo de organização das EMEC's diante de seus territórios; d) Analisar o processo de reconhecimento dessas unidades escolares junto a Rede Municipal de Ensino de Belém.

Entende-se que, no contexto acadêmico, esta pesquisa pode contribuir para a construção de subsídios teóricos que ajudem a universidade a participar e contribuir ainda mais com as políticas públicas voltadas para populações camponesas da Amazônia. Será um registro material e científico, servindo como referencial teórico para corroborar para o desenvolvimento de novas pesquisas voltadas para a educação do campo.

Este estudo está estruturado em cinco seções. Na primeira seção temos a “Introdução” dividida em 2 (duas) subseções: “Os Caminhos da Infância ao Desenvolvimento da Pesquisa”, onde relato minhas vivências que me levaram à pesquisa sobre o processo de institucionalização

das escolas de Educação do Campo em Belém, e “Materialismo Histórico Dialético da Educação do Campo: do Brasil a Belém do Pará”, que reflete a materialização da Educação do Campo como um espaço que envolve questões históricas, políticas, econômicas e culturais (Brandão, 2012). Levando-me ao problema e aos objetivos da pesquisa.

A segunda seção, intitulada “As Escolas de Educação do Campo da Rede Municipal de Ensino de Belém: da origem à contemporaneidade”, está dividida em 2 (duas) subseções. Na subseção “Contextualização Metodológica da Pesquisa”, analiso o estado da arte e a definição de estudos que fundamentaram este trabalho, além de documentos legais e autores relevantes que refletem sobre o tema até a definição do objeto e lócus da pesquisa. Na subseção “Refletindo Territórios do Campo, das Águas e das Florestas”, discuto o processo de institucionalização das unidades educacionais, que eram conhecidas como Escolas das Ilhas e na última década tornaram-se Escolas de Educação do Campo do município de Belém.

A terceira seção, intitulada “Processo de Institucionalização das Escolas de Educação do Campo da Rede de Ensino de Belém: Escolas das Ilhas ou Escolas do Campo?”, está dividida em 3 (três) subseções. Cada subseção conta o processo de criação de uma escola de educação do campo da Rede de Ensino de Belém, considerando suas transformações com o tempo. Na subseção “EMEC Ângelus Nascimento” conta o processo de conquista de uma escola localizada em território quilombola. A subseção intitulada “EMEC Maria Clemildes” retrata o processo de um Anexo Escolar que se tornou Escola de Educação do Campo e a última subseção conta sobre a criação de uma escola que não tinha alunos. O poder público pensou apenas no espaço, não lembrou que tinha um público a ser atendido.

Na quarta seção, intitulada “Perspectiva Sobre o Processo de Institucionalização das Escolas de Educação do Campo de Belém”, temos a subseção “Análise e interpretação da pesquisa” diálogo entre fontes documentais e a perspectiva histórica, faço reflexões e ponderações sobre o Processo de Institucionalização das escolas de Educação do Campo da Rede de Ensino de Belém.

Na quinta seção, intitulada “Considerações Finais”, respondo aos questionamentos do início da pesquisa destacando a realidade e diversidade sociocultural dos povos das terras, das águas e das florestas para embasar novos estudos e conhecimentos da área, evidenciando a contribuição desta pesquisa para o processo de institucionalização e memória das escolas e comunidades camponesas.

2 AS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DE BELÉM: da origem a contemporaneidade

Esta seção está dividida em duas subseções. Na primeira, apresento a contextualização metodológica da pesquisa, começando pelo estado da arte e pela definição dos estudos (teses, dissertações e artigos) que, de alguma forma, corroboram este trabalho. Baseio-me em documentos legais e em autores que refletem sobre o tema, até chegar à definição do objeto e do lócus da pesquisa. Na segunda subseção, discorro sobre o processo de institucionalização das escolas das Ilhas, que, na década passada, foram constituídas como Escolas de Educação do Campo do município de Belém.

2.1 Contextualização metodológica da pesquisa

Educação do Campo é um tema que estimula o pensamento reflexivo sobre diversos significados e conhecimentos históricos, políticos e culturais do povo campesino, promovendo um olhar dialógico entre o global e o local na pesquisa sobre o processo de institucionalização das escolas de Educação do Campo no Município de Belém do Pará. Nesse contexto, a escolha dos métodos para realizar a pesquisa foi fundamental, exigindo a definição das técnicas a serem adotadas para desenvolver a proposta desta dissertação.

É importante ressaltar que a pesquisa se baseou na abordagem qualitativa (Gil, 2007; Minayo, 2010; Severino, 2013), que busca aprofundar a compreensão de um grupo social ou organização, explicando o porquê das questões sociais e sugerindo ações relevantes para a sociedade. Assim, a pesquisa qualitativa se concentra em aspectos da realidade que não podem ser quantificados, focando na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais.

Para Minayo (2010, p. 14):

[...] a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação. A pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador.

Na percepção de Severino (2013) é mais adequado a utilização do termo “abordagem qualitativa” para englobar um conjunto de metodologias que envolvem diversas referências epistemológicas. O autor argumenta que “[...] são várias metodologias de pesquisa que podem

adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas” (Severino 2013, p. 103). Dessa forma, a pesquisa se fundamenta na complexidade das relações históricas, políticas, econômicas e socioculturais, que contribuem para o desenvolvimento dialógico e do pensamento crítico.

Baseando-se nessa abordagem, o propósito geral deste trabalho foi desenvolvido a partir de uma pesquisa bibliográfica, com o objetivo de investigar e definir de forma clara o objeto estudado. Segundo Gil (2007), as pesquisas exploratórias são flexíveis e buscam considerar diversos aspectos do fenômeno em questão. Essa flexibilidade dificulta a definição precisa dos estudos exploratórios, mas é possível identificar pesquisas bibliográficas, estudos de caso e levantamentos de campo.

Na visão de Severino (2013), a pesquisa exploratória busca levantar informações sobre um objeto específico, delimitando o campo de trabalho e mapeando as condições de manifestação desse objeto. Assim, o caminho investigativo deste estudo será fundamentado na perspectiva dialógica e histórica documental, com levantamentos bibliográficos e documentais prévios relacionados ao tema da pesquisa.

A pesquisa bibliográfica é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (Severino, 2013, p. 106).

Para garantir maior relevância acadêmica à pesquisa, foi realizada uma busca no catálogo de teses e dissertações do portal CAPES, no banco de dados SciELO e no Google Acadêmico. A revisão bibliográfica teve como objetivo identificar dissertações, teses e artigos que abordassem o tema da Educação do Campo no período de 2018 a 2022, priorizando pesquisas mais recentes e buscando compreender as produções mais recentes sobre o tema.

Buscando alinhar as pesquisas ao objeto de estudo, foram utilizadas diversas combinações de descritores (educação do campo, ribeirão, território educativo, educação das águas, educação das florestas, entre outros) e termos booleanos (AND, palavras entre aspas, ponto e vírgula). A combinação de expressões através de aspas, como "Educação do campo no Pará", "educação do campo, educação ribeirinha", "educação das águas e das florestas", possibilitou reflexões sobre a Educação do Campo, os processos legais e a institucionalização das escolas, além de conceitos e peculiaridades da realidade do campo, das águas e das florestas, conforme exposto nos Quadros 1, 2 e 3.

Quadro 1 – Busca no catálogo de teses e dissertações do portal CAPES

EXPRESSÕES	RESULTADO DA PESQUISA	REFINAMENTO DO RESULTADO DA PESQUISA	DISSERTAÇÃO E TESES SELECIONADAS
Educação do Campo no Pará	Não houve registro para o termo	_____	_____
Educação do Campo	2.871	303	4
Educação Ribeirinha	26	11	1
Educação das águas e das florestas	Não houve registro para o termo	_____	_____

Fonte: Organizado pela autora com base no portal da CAPES (2023).

Quadro 2 – Busca na base de dados Scielo – Brasil

EXPRESSÕES	RESULTADO DA PESQUISA	REFINAMENTO DO RESULTADO DA PESQUISA	ARTIGOS SELECIONADAS
Educação do Campo no Pará	Não houve registro para o termo	_____	_____
Educação do Campo	161	55	4
Educação Ribeirinha	3	2	1
Educação das águas e das florestas	Não houve registro para o termo	_____	_____

Fonte: Organizado pela autora com base no portal da Scielo (2023).

Quadro 3 – Busca no Google Acadêmico

EXPRESSÕES	RESULTADO DA PESQUISA	REFINAMENTO DO RESULTADO DA PESQUISA	ARTIGOS SELECIONADAS
Educação do Campo no Pará	106	53	2
Educação das águas e das florestas	5	2	0
Educação do Campo, das águas e das florestas	129	54	2

Fonte: Organizado pela autora com base no Google Acadêmico (2023).

A partir da pesquisa do Estado da Arte, observa-se no Quadro 1 e 2 que as expressões “Educação do Campo no Pará” e “Educação das águas e das florestas” não houve resultados. Em contrapartida, a partir dos termos “Educação do Campo” e “Educação Ribeirinha” foram selecionados um total de 10 (dez) trabalhos entre teses, dissertações e artigos considerados significativos para esse estudo. Devido a esses resultados e considerando a importância das expressões que não obtiveram resultados para pesquisa, continuei a busca por esses termos no *Google Acadêmico* e acrescentei mais uma expressão “Educação do Campo, das águas e das florestas”, como mostra o Quadro 3, selecionando mais 4 (quatro) artigos, totalizando assim, 14 (quatorze) trabalhos.

Esse banco de dados forneceu elementos para definir o modo de organização para chegar em 14 (quatorze) trabalhos, havendo a necessidade de realizar uma triagem de temas. A partir da leitura de títulos e resumos selecionei dissertações, teses e artigos que se aproximavam ou distanciavam-se do tema desta pesquisa, descartei alguns que estavam voltados para formação de professores da educação do campo, por não ser o foco da minha pesquisa, outros discorriam a respeito da educação do campo na área de licenciatura em história, também foram descartadas pesquisas que não tinha como foco a história e o processo de implementação de escolas voltadas para a educação do campo.

Dessa forma, foram selecionados para os quadros de resumos, as dissertações, teses e artigos com temáticas relacionadas, como: saberes do território amazônico, saberes culturais, marcos históricos e Educação do Campo dos povos das águas, do campo e das florestas. Trazendo a luz 2 (duas) teses, 1 (uma) dissertação e 4 (quatro) artigos considerados relevantes para essa pesquisa que discorre sobre memória, saberes e história da Educação do Campo que abrange diferentes territórios do Brasil e da Amazônia Paraense.

Quadro 4 – Resumo de teses e dissertações (Portal Capes)

AUTORES	ANO	TÍTULO	PROGRAMA
Cardoso, Maria Barbosa da Costa	2020	Tese: Saberes do território amazônico: perspectivas de uma epistemologia das águas na interrelação ribeirinhos-quilombolas	Programa de Pós-graduação em Educação da UFPA
RESUMO			
Cardoso (2020) discorre em sua tese sobre a proposta de discussão do território educativo das águas da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro do rio Acaraqui, Abaetetuba, PA, trazendo como foco os saberes que circulam e se articulam na interação ribeirinhos-quilombolas e que configura o território em que se conformam experiências no cotidiano social, educacional, econômico, político, cultural e espiritual. Como problema central questionou: de que maneira no território educativo das águas da comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, os saberes que circulam e se articulam na interrelação ribeirinhos-quilombolas se configuram numa epistemologia das águas amazônicas? O objetivo da pesquisa foi compreender, de que modo, o território educativo das águas da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, os saberes que circulam e se articulam na interrelação ribeirinhos-quilombolas, contribuem para uma compreensão de epistemologia das águas sustentadas na r-existência e resistência amazônica. O estudo utilizou como metodologia a pesquisa de campo, na perspectiva da pesquisa do materialismo histórico-dialético. Tendo como resultado, o entendimento que os saberes na dinâmica em que circulam e se articulam no território educativo das águas amazônicas – Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro - se fazem em um processo dialógico e tornam-se ainda formadores com os sujeitos que vivenciam uma relação direta ou indireta com as águas, em que se incluem os Movimentos Sociais. A autora constata que os sujeitos das águas amazônicas se constituem enquanto ser humano-natureza-ancestralidade, o que emergem novas possibilidades de resistência amazônica de uma Educação do Campo, que configura-se numa perspectiva de epistemologia das águas construída com os sujeitos amazônidas e não-amazônidas, incitando o debate das águas como direito.			
AUTORES	ANO	TÍTULO	PROGRAMA
Melo, Arianne Sabádo de	2020	Dissertação: Enquanto uma canoa desce o Rio... Relação entre Saberes Culturais e Práticas Pedagógicas em uma Escola na Comunidade Ribeirinha (Ilha) Do Combu, Belém Do Pará	Programa de Pós - Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da UFPA
RESUMO			
Melo (2020), discorreu em sua dissertação “Relação entre Saberes Culturais e Práticas Pedagógicas em uma Escola na Comunidade Ribeirinha (Ilha) do Combu, Belém Do Pará” sobre o quanto é rica a cultura dos povos amazônicos e quão importante é a inclusão do sentido histórico e cultural e adequação do modelo educativo			

para alcance de significância formativa. O problema da pesquisa era compreender se a escola em suas práticas pedagógicas estabelece diálogo entre os saberes culturais próprios da comunidade e os conhecimentos escolares. Em busca de respostas, a autora realizou levantamento e análise bibliográfico-documental acerca do tema e do objeto de discussão. Como resultados identificou que os saberes culturais da comunidade têm na oralidade seu principal condutor tal como o rio, também foi constatado que na escola investigada se efetiva uma relação dialógica entre os saberes culturais dos povos ribeirinhos e as práticas pedagógicas das educadoras e dos educadores.

AUTORES	ANO	TÍTULO	PROGRAMA
Pereira, Waldileia do Socorro Cardoso	2022	Tese: O Fórum de educação do campo, águas e florestas da Amazônia: realidades, contradições e possibilidades na construção das políticas educacionais no período de 2014-2018	Programa de Pós-graduação em Educação da UFSCar

RESUMO

Pereira (2022), tem como problematização central os fóruns de educação do campo como reatividade diante das políticas públicas educacionais, o objetivo geral do estudo foi compreender a partir da realidade concreta, as mediações, contradições e as possibilidades dos fóruns para repensar a lógica inicial das políticas educacionais nas escolas do campo. Os objetivos específicos propostos foram identificar as contradições presentes no trabalho educacional que contribuíram para forjar a coletivização dos trabalhadores nos fóruns, problematizar as políticas públicas educacionais desenvolvidas por meio de projetos e programas locais e nacionais entre 2014 e 2018, discutir aspectos históricos e conceituais do contexto e os resultantes dos fóruns como antagonicas e factibilidades para elaboração e realização de ações contrahegemônicas dentro do próprio sistema hegemônico. O estudo se ancorou na fundamentação teórica cuja base foi o pensamento materialista histórico que sustenta a própria concepção de Educação do Campo, cuja estrutura é construída a partir das contradições nas lutas sociais. Como resultado aos questionamentos iniciais da autora houve desnaturalização de várias questões opressoras nas relações dirigentes fundadas na lógica conservadora, conclui que a união da classe trabalhadora é a única via capaz de transgredir e avançar nos debates e nas formulações de políticas educacionais pautadas nas demandas reais, a importância dos fóruns se fez no movimento de articulação e nos diálogos abertos sem censura, resultando na proposição e elaboração novas políticas, outros instrumentos pedagógicos de gestão da prática educativa via Fóruns.

Fonte: Organizado pela autora com base no portal da CAPES (2023).

Quadro 5 – Resumo de artigos (SciELO- Brasil)

AUTORES	ANO	TÍTULO	REVISTA
Farias, Magno Nunes; Faleiro, Wender	2020	Artigo: Educação dos Povos do Campo no Brasil: Colonialidade/Mordenidade e Urbanocentrismo	Educação em Revista, Belo Horizonte, v.36, e216229, 2020. Doi: http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698208881

RESUMO

Nesse artigo, Farias e Faleiro (2020), discorrem sobre historicidade da educação escolar no Brasil, na busca de compreender como a colonialidade/modernidade e o urbanocentrismo a estruturou, buscando entender como a educação dos povos camponeses vem se consolidando a partir de um projeto histórico pautado na modernidade/colonialidade e urbanocentrismo. O trabalho fundamenta-se nos estudos decoloniais latino-americanos, que se constituem centralmente a partir da rede de estudos Modernidade/Colonialidade. O artigo tem como objetivo analisar os processos de colonialidade/modernidade e urbanocentrismo como categorias que explicam a subalternização dos povos do campo, destacando a constituição histórica da educação formal brasileira. O texto sugere o debate da Educação do Campo enquanto movimento de resistência a colonialidade histórica, o compreendendo como fenômeno decolonial.

AUTORES	ANO	TÍTULO	REVISTA
Medeiros, Evandro Costa de; Moreno, Glauca de Sousa; Batista, Maria do Socorro Xavier	2020	Artigo: Territorialização Nacional da Educação do Campo: marcos históricos no Sudeste paraense	Educação e Pesquisa, São Paulo, v.46, e24676, 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/s1678-4634202046224676

RESUMO

Os autores desse artigo buscaram compreender a política nacional de expansão e territorialização dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo (LEDoC), refletindo acerca de ações e implementação de programas em Educação do Campo desde o protagonismo dos movimentos sociais e da territorialização nacional dos cursos de LEDoC, destacando-se os efeitos da política nacional de expansão da LEDoC no Sudeste do Pará, onde foi

criada a primeira Faculdade de Educação do Campo do país, vinculada à Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA) e que, nacionalmente, tem o maior número de alunos matriculados no curso. A partir de análise do Censo da Educação Superior (INEP, 2017), os autores constataram a existência de turmas da LEDoC em modalidade de Educação a Distância, o que os levaram a questionamentos sobre suas propostas, atividades e práticas pedagógicas, em especial no que se refere à alternância pedagógica (Tempo Comunidade e Tempo Escola) que acontece nos cursos de LEDoC não enquadrados nesta modalidade. O processo de ampliação massiva da oferta dos Cursos de Licenciatura em Educação do Campo por meio da sua inclusão na estrutura das secretarias de educação de estados e municípios, têm deixado as universidades e os movimentos sociais preocupados em como assegurar e consolidar as conquistas pedagógicas, epistêmicas e acadêmicas já alcançadas sem perder a identidade política original e sem extinguir os protagonismos dos movimentos sociais do campo.

AUTORES	ANO	TÍTULO	REVISTA
Santos, Marilene	2018	Artigo: Educação do Campo no Plano nacional de Educação: Tensões entre a garantia e a negação do direito	Ensaio: avaliação, política pública e educação, Rio de Janeiro, v.26, nº28, p.185-212, jan/mar. 2018. DOI: http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362018002600965

RESUMO

Santos (2018) discute nesse artigo o direito à educação para as populações do campo e analisa a garantia desse direito nos documentos que balizam a política educacional no país nas últimas décadas. A análise concentra-se em refletir sobre o modo de comparecimento do debate da educação do campo nos documentos analisados, explicitando as tensões que emergem do plano vigente, que oscila entre a garantia e a não efetivação do direito à educação. A autora problematiza a concepção de Educação Rural assumindo a perspectiva da Educação do Campo na reflexão dos textos legais. Tendo como referência a análise empreendida nesse estudo, destacou-se a distância ainda existente de consolidação de uma Educação do Campo nos moldes reivindicados pelos movimentos sociais e sindicais do campo. Conclui-se que a proposta de educação defendida por esses movimentos, que congregou força política no final da década de 1990 e na primeira década do século XXI, entra na segunda década deste século no ostracismo, em termos de ações concretas do Estado. As conclusões demonstram avanços no Plano Nacional de Educação (2014) com relação aos Planos anteriores, no entanto, não apresentam conquistas significativas no que concerne à Educação do Campo.

Fonte: Organizado pela autora com base no portal Scielo – Brasil, 2023.

Quadro 6 – Resumo de artigos (Google Acadêmico)

AUTORES	ANO	TÍTULO	REVISTA/PERIÓDICOS
Hage, Salomão Atônio Mufarrej; Corrêa, Sérgio Roberto Moraes	2019	Artigo: Educação Popular e Educação do Campo na Amazônia: análise a partir dos Movimentos Sociais	RTPS – Revista Trabalho, Política e Sociedade, v.4, n. 7, p. 123-142, 30 dez 2019.

RESUMO

Hage e Corrêa discorrem nesse artigo sobre a Educação Popular e a Educação do Campo, focando a Amazônia e as lutas dos movimentos sociais cenário de retrocesso democrático no Brasil. Buscam compreender o que as lutas dos movimentos sociais da Amazônia têm a contribuir para alargar a reflexão teórica e a ação política da Educação Popular e da Educação do Campo no Brasil e na Amazônia. O estudo é bibliográfico, documental e pesquisa de campo junto ao Movimento da Educação do Campo na Amazônia Paraense. Os resultados evidenciaram os movimentos sociais de povos tradicionais e camponeses permanecem resistindo em defesa de outros marcos civilizatórios, quanto a educação do campo e emergem ações de combate ao fechamento de escolas no campo e tensões com relação às formas de oferta do Ensino Médio nos territórios rurais.

AUTORES	ANO	TÍTULO	REVISTA/PERIÓDICOS
Costa, Lucinete Gadelha	2021	Artigo: Educação do campo das águas e das florestas: uma reflexão sobre a formação de professores no contexto amazônico	Brazilian Journal of Development, Curitiba, v.7, n.4, p. 34331-34342 apr 2021, ISSN: 2525-8761

RESUMO

Costa (2021) em seu artigo de título “Educação do campo das águas e das florestas: uma reflexão sobre a formação de professores no contexto amazônico” reflete sobre os processos formativos na Educação do Campo, das águas e das florestas na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). A autora afirma que esses processos, vem se construindo a partir de espaços coletivos e entre esses espaços destaca o Grupo de Estudo e Pesquisa

em Formação de Professores para a Educação em Ciências na Amazônia. A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa em um estudo de caráter bibliográfico com enfoque na formação de professores. Como resultado ressalta-se a importância de processos educacionais serem mediados por coletivos considerando a diversidade do campo em diferentes aspectos, o incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, das águas e das florestas com o desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação e na valorização da escola como pré-requisito fundamental para uma educação escolar nestes diferentes contextos.

Fonte: Organizado pela autora com base em pesquisa do *Google Acadêmico* (2023).

Os temas de discussões da dissertação, teses e artigos aqui selecionado, na área da Educação do Campo, vem se configurando em diferentes aspectos considerando as investigações e análises realizadas por cada autor. As pesquisas deixam contribuições significativas sobre a educação nas últimas décadas, as organizações do movimento camponês que apresentam disposição para resistir contra situações de descaso do poder público e o agravamento na questão social principalmente com a minoria e os diferentes sujeitos do campo, pois entendem que esses sujeitos da Educação do Campo:

[...] possuem história, participam de lutas sociais, sonham, tem nomes e rostos, gêneros, raças e etnias diferenciadas, e que ao lutar pelo direito à terra, à floresta, à água, à soberania alimentar, aos conhecimentos potencializadores de novas matrizes tecnológicas com princípios agroecológicos e estratégias solidárias, vão recriando suas pertencas, reconstruindo sua identidade na relação com a natureza, com o trabalho e a cultura (Silva, 2009, p. 74-75 *apud* Mendes; Wanderley; Souza, 2022).

As diversas temáticas nos estudos realizados com o levantamento bibliográfico, apresentam a sustentação do movimento do campo e a discussão de seus territórios educativos, sejam eles do campo, das águas ou das florestas, desde que estejam interligados com os saberes de suas comunidades. Destacam a Educação do campo na discussão de território e historicidade da Educação Escolar no Brasil, desde a colonialidade, ao modernismo e o urbanocentrismo. Deixando claro a importância da luta camponesa por políticas públicas que busquem garantir o acesso a qualidade e a valorização da educação em áreas rurais, respeitando as especificidades socioculturais e as necessidades das comunidades do campo.

Na sociedade atual, pode-se perceber que já não é possível compreender a educação sem a escola, porque a escola é a forma dominante e principal da educação. Assim, para compreender-se as diferentes modalidades de educação, exige-se a compreensão da escola. Em contrapartida, a escola pode ser compreendida independentemente das demais modalidades de educação (Saviani, 2008, p. 102-103).

Os resultados das pesquisas defendem que os principais aspectos das políticas públicas para a Educação do Campo devem estar voltados em garantir o direito à educação de qualidade para todos. Isso envolve combater a evasão escolar e ao fechamento das escolas do campo, garantindo que essas escolas tenham os mesmos recursos que as escolas urbanas, valorizando vivências e culturas de cada comunidade. Que os currículos voltados para a Educação do campo

reflitam a realidade das comunidades camponesas, defendendo a formação inicial e continuada dos professores do/no campo.

Saviani (2012) tem um olhar crítico e fundamentado no materialismo histórico-dialético sobre a formação de professores. Para ele, na modalidade da Educação do Campo, a formação não deve ser vista apenas como uma adaptação da educação urbana às zonas rurais, mas sim como um processo que leva em conta as peculiaridades e as necessidades das populações do campo. A formação deve ser crítica, voltada para formação integral do sujeito, preparando o professor não apenas tecnicamente, mas para que atue como um agente de transformação social nas comunidades onde trabalha.

Sob esse viés, percebe-se nas pesquisas que a Educação do Campo está em constante movimento de afirmação e reafirmação da importância da valorização da identidade de seus sujeitos através da educação, saberes, memórias e historicidade. Entende-se que a escola do campo é um espaço imprescindível para o movimento de resistência dos seus territórios, sejam eles da terra, das águas ou das florestas.

Observa-se que os estudos analisados na área da Educação do Campo, dialogam como a Educação do campo no Brasil e no Pará relacionando discussões sobre diferentes territórios, saberes culturais, formação docente e currículo. A revisão contribuiu para delinear com mais precisão o foco dessa dissertação sobre o processo de institucionalização das Escolas do Campo de Belém do Pará. Todavia, não foram encontrados trabalhos específicos relacionados ao mesmo tema desse estudo, deixando uma lacuna quanto a constituição e memória das escolas municipais e estaduais do campo.

Ademais, o estudo teve continuidade por meio de levantamento bibliográfico de autores (Arroyo, 2007; 2011; Caldart, 2003; 2009; 2011; Hage, 2005; 2008; 2015; Hage; Cruz, 2017; Molina, 2011; 2015; Saviani, 2004; 2008; 2010; 2021) que vêm contribuindo com seus estudos para uma ampla reflexão a respeito da história da Educação, da educação do Campo e os direitos políticos e sociais que vem se conquistando ao longo do tempo. Gil (2007) recomenda que devemos considerar fonte bibliográfica quando for obtido em bibliotecas ou bases de dados e fonte documental quando o material consultado for interno a uma organização.

Nesse contexto, esse estudo utilizou como organização interna a Secretaria Municipal de Educação de Belém para coletar dados estatísticos e documentos oficiais sobre a educação do município e o surgimento das Escolas de Educação do Campo de Belém, assim como sites e diários oficiais. A pesquisa documental foi dominante para elucidar informações necessárias durante esse estudo como elemento de suporte e contribuição aos processos investigativos da pesquisa. Severino (2013) afirma que a trajetória de construção do conhecimento histórico da

pesquisa fundamenta-se por meio de levantamentos bibliográficos legais. Nessa pesquisa as leis analisadas foram as de instâncias federais e municipais as quais estão listadas no Quadro 7.

Quadro 7 – Documentos Oficiais

LEIS/ RESOLUÇÕES/ PORTARIAS/ DECRETOS	REGULAMENTOS
Constituição Federal de 1988.	Dispõe sobre os princípios políticos, e estabelece a igualdade de gêneros e direitos sociais, como educação, saúde e trabalho a todos os cidadãos.
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.	Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.
Lei nº 9.394, de 23 de dezembro de 1996.	Lei de Diretrizes e Bases (LDB), estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002.	Estabelece Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.
Resolução nº 2, de 28 de abril de 2008.	Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo.
Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010.	Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).
Portaria nº 86, de 1º de fevereiro de 2013.	Institui o Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO), e define suas diretrizes gerais.
Lei Orgânica do Município de Belém, de 30 de março de 1990.	Dispõe sobre a forma de organização do município de Belém.
Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008.	Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá outras providências.
Lei nº 7.722, de 7 de julho de 1994.	Dispõe sobre o Sistema Municipal de Educação.
Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014.	Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação nacional, a consulta aos órgãos normativos e comunidade escolar sobre o fechamento das escolas do campo.
Leis nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003 e nº 11.645, de 10 de março de 2008.	Lei das Relações Étnico Raciais e Educação Escolar Quilombola e Indígena.
Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.	Plano Nacional de Educação com metas a serem cumpridas no período de 2014-2024.

Fonte: Organizado pela autora (2023).

Através das leis, resoluções, decretos e portarias, foi possível construir e compreender a materialização histórica da Educação do Campo no Brasil e em Belém do Pará. Considerando o histórico das escolas localizadas nas ilhas de Belém e a partir dos seus Projetos Políticos Pedagógicos, percebe-se que, em sua maioria, essas escolas começaram a funcionar inicialmente apenas como escolas de leitura e escrita, com origens no início do século XXI. Dessa forma, delimitou-se o período desta pesquisa entre 2005 e 2022

A definição do local para esse estudo se deu a partir do levantamento documental na Secretaria Municipal de Educação de Belém, na qual, constatou-se que no ano de 2022 a referida secretaria possuía um total de 152 instituições educacionais que atendem da Educação Infantil ao Ensino Fundamental (1º ao 9º ano). Essas escolas estão organizadas por 8 Distritos

a partir de suas localizações, ou seja, ao bairro que pertencem sendo organizada em: Unidade de Educação Infantil (UEI), Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI), Escola Municipal de Educação Infantil e Fundamental (EMEIF), Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF), Escola Anexa (EA), Organização da Sociedade Civil (OSC) e Escola Municipal de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (EMECAF). Para compreender melhor observe o Quadro 8:

Quadro 8 – Distritos e número de escolas atendidas no município de Belém-PA

DISTRITOS	EMEI	EMEIF	EMCAF	EA	OSC	UEI	TOTAL
Distrito Administrativo de Belém (DABEL)	1	3	-	4	1	-	8
Distrito Administrativo do Benguí (DABEN)	7	10	-	4	8	6	27
Distrito Administrativo Entroncamento (DAENT)	3	3	-	3	1	5	14
Distrito Administrativo do Guamá (DAGUA)	6	6	-	7	5	7	26
Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO)	7	5	-	-	7	2	14
Distrito Administrativo de Mosqueiro (DAMOS)	2	2	3	-	1	4	12
Distrito Administrativo de Outeiro (DAOUT)	-	3	3	3	-	1	10
Distrito Administrativo da Sacramenta (DASAC)	3	4	-	4	4	3	14
TOTAL	29	36	06	26	27	28	152

Fonte: Núcleo Setorial de Planejamento – NUSP/SEMEC (2022).

Consonante com dados do Núcleo Setorial de Planejamento (NUSP) da SEMEC no ano de 2012 foram atendidos 71.047 (setenta e um mil e quarenta e sete) alunos e desses apenas 64 (sessenta e quatro) estudavam em escolas de educação do campo. Em contrapartida, no ano de 2022 foram matriculados 62.906 (sessenta e dois mil novecentos e seis) alunos e desse total 1.483 (mil quatrocentos e oitenta e três) estudavam nas Escolas do Campo. Percebe-se que o número total de alunos matriculados na RME diminuiu, no entanto, houve aumento no número de alunos atendidos nas escolas de educação do campo. Essas diferenças não aconteceram de repente, levou um período de 10 (dez) anos para que o número de alunos que vivem no campo fossem se consolidando junto com as escolas das ilhas e suas histórias de criação, como mostra o Quadro 9.

Quadro 9 – Total de Matrículas da Educação Básica da RME de Belém (2012-2022)

LOCALIZAÇÃO DA ESCOLA	ANO/ MATRÍCULA						
	2012	2014	2016	2018	2020	2021	2022
Urbana	70.983	69.660	69.437	64.646	67.830	65.477	61.978
Rural	64	710	931	1.040	1.451	1.367	1.407

Total de Matrículas	71.047	70.370	70.368	65.686	69.281	66.844	63.385
----------------------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados fornecido pelo NUSP (2023).

Nessa ótica, é importante esclarecer que a pesquisa irá ater-se apenas a dois distritos específicos: O DAOUT e o DAMOS, pois são neles que estão localizadas as Escolas Municipais de Educação do Campo. Sendo importante evidenciar, ainda, que os DAMOS e DAOUT reúnem diversas escolas, Unidades Pedagógicas, Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental em áreas consideradas urbanas e não estão contabilizadas nesse contexto.

Na busca por refinar o lócus de pesquisa, foi realizada uma imersão junto à COECAF para investigar e obter informações primárias e documentais sobre as EMECs do município de Belém. Dessa forma, ao levantar informações detalhadas na COECAF sobre o objeto da pesquisa, ou seja, as Escolas de Educação do Campo, foi possível mapear as condições reais de acesso a essas escolas. Decidiu-se, então, limitar a pesquisa ao DAMOS, com foco em três escolas específicas: EMEC Ângelus Nascimento, EMEC Maria Clemildes e EMEC Madalena Travassos.

A escolha do local onde a pesquisa será realizada foi necessária, uma vez que a história educacional envolvendo esses distritos é vasta. As investigações realizadas até o momento indicam a necessidade de fixar um local específico como referência para fundamentar as discussões e análises sobre o processo de institucionalização das escolas em contextos do campo, das ilhas e das florestas.

2.2 Refletindo territórios do campo, das águas e das florestas

Caracterizando o contexto investigado, as escolas do campo, das águas e das florestas definem-se por pertencerem ao território que ocupam. Segundo Hage (2024), as escolas públicas do campo, das águas e das florestas não se definem somente por estarem localizadas numa comunidade camponesa, num assentamento, na beira de um rio ou igarapé, numa reserva extrativistas ou em uma aldeia indígena.

As escolas pertencem ao território das águas, as escolas são das águas quando afirmam suas ribeirinidades pluriversas em movimentos contínuo com maresias e seus banzeiros. **As escolas pertencem ao território da floresta**, as escolas são da floresta quando valorizam as lutas, o trabalho e os saberes dos povos da floresta. **As escolas são do campo** quando ensinam os sujeitos a aprender com as matas, com as águas, com os animais e com a gente (Hage, 2024, grifo nosso).

Culturalmente, a cidade de Belém tem uma identidade rica e única influenciada por povos indígenas, colonizadores europeus e africanos. Se destaca por suas manifestações

populares como o Círio de Nazaré, gastronomia local e músicas típicas. Politicamente, como sede do governo estadual, tem relevância na administração pública e na governança da Amazônia, sendo estratégica para debates ambientais, como mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável e econômico na região Norte. Essa convergência de economia, cultura e política faz de Belém um ponto crucial na dinâmica regional da Amazônia e do Brasil.

Conforme o Plano Diretor (2008), a cidade de Belém do Pará pode ser dividida em duas grandes regiões geográficas: a Continental e a Insular. Essa divisão reflete a diversidade geográfica e ambiental do município, que é uma cidade fortemente influenciada pelos rios e pela proximidade com a floresta amazônica. Nesse viés, a parte continental é uma grande massa da terra cercada por água e corresponde a 34,36% da área total do município (IBGE, 2022), onde estão localizados os principais bairros urbanos, como o centro histórico e importantes marcos da cidade como o mercado-do Ver-o-Peso, Teatro da Paz e o Bosque Rodrigues Alves.

A parte insular possui características predominantemente rurais e naturais, integra 39 (trinta e nove) ilhas e equivale a 65,64% de todo o território belenense (IBGE, 2022), sendo a parte menos urbanizada. Entre as ilhas mais conhecidas estão as ilhas de Mosqueiro, Caratateua ou Outeiro, Cotijuba e Combu. Famosas por suas praias de água doce, paisagens de mata amazônica e uma forte presença de turismo ecológico, além de outras ilhas que fazem parte da região, uma área com forte relação com o ecossistema amazônico, onde muitas comunidades ribeirinhas vivem e é onde estão localizadas as Escolas de Educação do Campo que serão estudadas.

As Escolas Municipais das Ilhas, como eram conhecidas e são chamadas até hoje, funcionam de maneira regular desde o final do século XX e foram se constituindo oficialmente através do tempo como Escolas Municipais de Educação do Campo. Nesse sentido, se faz necessário contar um pouco dessa história que ganhou força no início de século XXI mas exatamente no ano de 2005 no governo do então Prefeito Duciomar Costa.

No ano de 2005 a Secretaria Municipal de Educação percebe a importância de incluir as escolas da Região Insular de Belém como uma das principais prioridades daquela época. Considerou, que até aquele momento, as escolas das ilhas eram vistas apenas como objetos de estudos acadêmicos sem retorno as comunidades, que eram vistas apenas pelo seu lado exótico, enfatizado nas pesquisas ao longo do tempo. A nova gestão, à época, propõe a

[...] inversão da ordem desse processo, historicamente construído, definindo-se ações em função das vicissitudes das comunidades humanas e de suas interconexões com a natureza, de sorte venham ser tratadas, efetivamente, como simples elemento acrescido à paisagem (Gueiros, 2011 *apud* Belém, 2011, p.7).

Para que isso ocorresse, foi criado um Grupo Técnico Administrativo e um movimento inicial de visitas a esses espaços escolares. Orientado pela DIED¹¹ o grupo teve como função realizar um diagnóstico inicial e sugerir proposições para o desenvolvimento da Educação nas ilhas de Belém em um período de 4 (quatro) anos. O acompanhamento e assessoramento pedagógico aconteceu causando grande impacto a equipe técnica. Os espaços eram edificações de palafita antigos, construídos em precárias condições estruturais, não tinham água potável, energia elétrica, fossa séptica, entre outros materiais. A partir dessas informações levantadas e constatadas pela equipe de assessoramento percebeu-se a urgência de iniciar a construção e reforma desses prédios escolares nas ilhas.

No período de 2005 a 2012 foram construídas por meio da Gestão Municipal 4 (quatro) Unidades Pedagógicas ribeirinhas: 2 (duas) na Ilha de Cotijuba (Faveira e Flexeira); 1 (uma) na Ilha de Paquetá (Jamaci) e 1 (uma) na Ilha de Jutuba (Jutuba II). Nas Ilhas Sul foram criadas as UPs Nossa Senhora dos Navegantes, Santo Antônio e São Benedito. As UPs mais antigas passaram por reformas, manutenção e troca de móveis (Belém, 2011).

Os espaços das UPs, em sua maioria, possuem 3 salas de aula com peculiaridades infraestruturas em cada espaço, a citar: o laboratório de informática na UP Maria Clemildes e UP Faveira, a biblioteca na UP N^a Sr^a dos Navegantes, a sala de professores na UP Combu. Destaca-se ainda, a construção de mais 1 sala de aula para atender a demanda de alunos de CIII¹², 1 sala de leitura e 1 sala para os professores na UP Faveira (Belém, 2011, p. 27).

Vale destacar que no ano de 2011 com a chegada de energia elétrica para a comunidade da Ilha do Combú, através do programa federal Luz Para Todos e Fontes Alternativas de Energia, as UPs localizadas nessa comunidade puderam receber geladeira e freezer para o armazenamento de alimentos perecíveis, melhorando a qualidade da merenda escolar. A Unidade Escolar do Combu que funcionava apenas pela manhã, devido à falta de energia elétrica, pode aumentar o número de alunos atendidos, uma vez que a escola passou a funcionar no turno matutino e vespertino.

Percebe-se que o processo de transformação de educação nas Ilhas foi desenvolvendo-se a princípio com avanços estruturais e o esforço do repensar a educação campesina respeitando e valorizando as identidades sociais, culturais e econômicas dessas comunidades. Nesse viés, a escola deveria tornar-se parte da valorização dos saberes desses sujeitos

¹¹ A DIED da SEMEC é uma unidade administrativa responsável por gerenciar as Unidades Escolares do município de Belém tendo como finalidade planejar e implementar políticas educacionais, organizando e coordenando programas pedagógicos, formação de professores e a promoção de melhorias no sistema de ensino (Prefeitura Municipal de Belém, 2022).

¹² A Rede Municipal de Ensino de Belém organiza o Ensino Fundamental em ciclos. Que são: Ciclo I (1º, 2º e 3º ano); Ciclo II (4º e 5º ano); Ciclo III (6º e 7º ano) e ao ciclo IV (8º e 9º ano).

considerando o cotidiano escolar, o seu modo de vida e a esperança da população quanto a melhoria da educação tendo como consequência a melhoria em sua qualidade de vida.

Com tantas mudanças, no segundo semestre de 2006 deu-se início uma nova configuração de assessoramento pedagógico. Os técnicos pedagógicos da DIED considerando dificuldades na logística de acesso aos anexos das ilhas mais as demandas das escolas-sede, decidiram transformar as Escolas Anexas¹³ em Unidades Pedagógicas (UP), para atribuir a essas, uma Coordenação Pedagógica própria. Definiram, ainda, que as UPs Combu, São José, Santo Antônio, Mari-Mari, Maria Clemildes e N^a. Sr^a. dos Navegantes ficariam sob a responsabilidade da DIED/SEMEC. Enquanto as UPs Faveira, Flexeira, Jamaci, Jutuba I, Jutuba II e Seringal ficariam sob a responsabilidade da Fundação Escola Bosque (FUNBOSQUE)¹⁴.

A política educacional adotada pela Secretaria Municipal de Educação, no ano de 2012, transformou todos os anexos existentes na rede de ensino em Unidades Pedagógicas (UPs), que são espaços educativos formais, antes denominadas de Anexos, e que apesar de continuarem com vínculo administrativo a uma escola sede, elas têm autonomia pedagógica para implementar o próprio Projeto Político Pedagógico. Além de ser lotado nesses espaços um (a) coordenador (a) pedagógico que garante a organização pedagógica e administrativa, eles contam ainda com um assessoramento direto da Direção de Ensino ou da Escola Bosque (Santos, 2014, p. 20).

Segundo a Prefeitura de Belém (2011) o município de Belém mantinha 14 (quatorze) UPs na região Insular de Belém e foram divididas em 2 (duas) instituições públicas municipais: a DIED pertencente a SEMEC e a Fundação Escola Bosque (FUMBOSQUE) responsáveis respectivamente por 6 (seis) UPs e 8 (oito). O Quadro 10, a seguir, apresenta a localização das Unidades Pedagógicas (UPs) por distrito, vinculadas a diferentes escolas-sede e Instituições Municipais (IM) na região insular de Belém em 2011, totalizando 2 (duas) IM, 5 (cinco) escolas-sede, 14 (quatorze) UPs e 2 (dois) distritos administrativos. Para melhor identificação e localização dessas, observe o Quadro 10:

¹³ A nomenclatura Escola Anexa (EA) passaria a ser Unidade Pedagógica (UP) e receberia um coordenador(a) pedagógico com a função de administrar e acompanhar pedagogicamente alunos e servidores da unidade responsável. Apesar da mudança administrativa o termo “Escola Anexa” é o que permanece oficialmente no NUSP da SEMEC.

¹⁴ FUNBOSQUE ou “Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira”, criada pela Lei nº 7.747, de 2 de janeiro de 1995, e alterada pela Lei Delegada nº 2, de 20 de novembro de 1995, passa integrar o Sistema Municipal de Educação como Fundação Jurídica de direito público, com estatuto próprio, dispondo de autonomia administrativa, financeira, patrimonial e de pessoal. Tornando-se Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental.

Quadro 10 – Localização das UPs na Região Insular de Belém-PA (2011)

INSTITUIÇÕES MUNICIPAIS	ESCOLA-SEDE	UNIDADES PEDAGÓGICAS (UPS)	LOCALIZAÇÃO/ DISTRITO
SEMEC/DIED	EM Silvio Nascimento	UP Combu	Ilha do Combu/DAOUT
		UP são Benedito	
		UP Santo Antônio	
		UP Nazaré	Ilha Grande/DAOUT
		UP São José	
	EM Maroja Neto	UP Mari-Mari	Ilha de Mosqueiro/DAMOS
	EM Remígio Fernandez	UP Maria Clemildes	
	EM Terezinha Souza	UP Nossa Senhora dos Navegantes	Ilha da Várzea/DAOUT
FUNBOSQUE	Escola Bosque	UP Jutuba I	Ilha de Jutuba/DAOUT
		UP Jutuba II	
		UP Seringal	Ilha de Cotijuba/DAOUT
		UP Flexeira	
		UP Faveira	
		UP Jamaci	Ilha de Paquetá/DAOUT

Fonte: Elaborada pela autora com base em Belém (2011).

A partir dessa reconfiguração as escolas das ilhas seguiram caminhos diferentes, pode-se dizer assim, apesar da DIED e a FUNBOSQUE estarem em constantes diálogos, articulando e desenvolvendo momentos formativos com professores, coordenadores dentre outras categorias da educação, a FUNBOSQUE seguiu com seu eixo norteador que é a prática pedagógica da Educação Ambiental e as Escolas das Ilha que ficaram sobre a responsabilidade da DIED, seguiram constituindo-se como Escolas do Campo. Em vista disso, esse estudo será voltado ao processo de institucionalização das escolas das ilhas que ficaram sobre responsabilidade da DIED.

O objetivo principal de criação da FUNBOSQUE foi a oferta de educação, contemplando desde o início da vida escolar, por meio da Educação Infantil, até a Educação Profissional, com a ênfase nos cursos de formação de técnicos em manejo de fauna, flora e ecoturismo, que capacitaria o estudante a gerenciar os bens da Amazônia. Fica evidente a ênfase dada às questões ambientais na lei de criação da Funbosque, por meio não só curricular ou de formação técnica, como também na promoção de debates, pesquisas e intervenções que possibilitassem reflexões sobre o meio ambiente (Mendes, 2020, p. 90).

Segundo o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, sobre a política de educação do campo e o PRONERA:

Art. 1º A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto.

§ 1º Para os efeitos deste Decreto, entende-se por:

I - populações do campo: os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural; e

II - escola do campo: aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo (Brasil, 2010).

Levando em conta Decreto nº 7.352/2010, houve um novo olhar para as Escolas das Ilhas e, com o decorrer do tempo, elas foram se constituindo como Escolas Municipais de Educação do Campo, das águas e das florestas, assim como seus anexos, localizadas nos distritos DAMOS e DAOUT. Pode-se dizer que a educação nas ilhas estava alinhada com a política de Educação do Campo, considerando suas características territoriais. No entanto, ainda estava em desenvolvimento no que diz respeito à adequação do ensino e da aprendizagem voltados para os sujeitos do campo, conforme dispõe o parágrafo único das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo:

[...] a identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no País (Brasil, 2002).

Segundo Santos (2014, p.120), até o ano de 2008, a formação para os professores que atuavam nas Unidades Pedagógicas das Ilhas era comum a todos os educadores da Rede Municipal de Ensino, sem levar em consideração as especificidades e necessidades dos docentes que trabalhavam nas escolas das ilhas. Consciente das particularidades do seu trabalho, os professores buscavam adaptar o que lhes era repassado a realidade dessas comunidades.

Santos (2014, p. 18) ratifica:

[...] a formação do professor aponta para práticas e saberes que não correspondem com o seu cotidiano, com a realidade de sua escola e com a real possibilidade de execução do que foi abordado, pois muitas das escolas públicas apresentam-se sem um espaço físico adequado para práticas pedagógicas de qualidade. Muitas delas além da ausência de recursos didáticos, não têm uma quadra de esportes, um laboratório de informática ou até mesmo um refeitório, o que se agrava mais ainda quando as escolas estão no meio rural.

Ao analisar os relatos da Coordenação das ilhas em Santos (2014), é possível perceber o interesse dessa coordenação em oferecer aos educadores uma formação voltada para a realidade dos educandos com os quais os professores trabalhavam. Isso porque o contexto vivido por eles é distinto daquele urbano, o que demandava uma formação também diferenciada. Não bastava apenas ter experiência como professora de crianças na realidade urbana; era necessária outra postura na ação pedagógica para desenvolver o trabalho na

realidade ribeirinha. Essa realidade é também constatada por Gerone Júnior e Hage (2013, p. 26 *apud* Santos 2014, p. 122):

[...] ora, é inerente à percepção deste professor que a realidade ribeirinha é diferenciada e exige dele, o educador, uma postura também diferenciada. A vivência e a ação pedagógica em comunidades ribeirinhas são desafiadoras; as possibilidades que seriam encontradas de forma mais fácil na realidade urbana se reduzem em um contexto ribeirinho.

Nesse sentido, é fundamental destacar a importância de uma formação específica para os professores que atuam nas Ilhas, que seja capaz de integrar teoria e prática, promovendo a troca de experiências e o conhecimento sobre o local onde cada educador trabalha. A Coordenação entendeu “[...] que eles precisavam de uma formação que os ajudassem a construir uma concepção de educação que levasse em consideração os saberes, a identidade e a realidade das populações ribeirinhas” (Santos, 2014, p. 121).

Na última década, ao longo dos anos, as escolas das ilhas foram oficialmente transformadas em Escolas Municipais de Educação do Campo. As mudanças iniciais foram de caráter estrutural, proporcionando mais dignidade e o mínimo de qualidade ao processo de ensino aprendizagem. Outra mudança, foi o currículo escolar, a princípio era o mesmo das escolas da cidade. No entanto, as coordenações e professores, que conheciam a realidade de cada comunidade, na medida do possível, adaptavam o currículo à realidade que viviam.

Nessa perspectiva, daremos continuidade a esta pesquisa enfatizando a conexão das escolas do campo com seus territórios e culturas locais, assim como sua evolução curricular e estrutural. Para tanto, apresentamos a Figura 1, um mapa intitulado Escolas do Campo, das águas e das florestas do Município de Belém, utilizado para ilustrar a localização de escolas em áreas rurais, ribeirinhas e florestais de Belém, refletindo o contexto geográfico e administrativo desses territórios.

atividades de controle da administração, fiscalização, apoio à promoção e desenvolvimento comunitário, educacional, cultural, desportivo e turístico. Nessa perspectiva apresenta-se um breve relato sobre a realidade e as características próprias desses 2 (dois) Distritos Administrativos e suas relações com as Escolas Municipais do Campo.

O DAMOS é dividido em várias localidades ou vilas, cada uma com sua própria identidade cultural e comunitária. É uma das ilhas mais conhecidas da região, situada no estuário do Rio Pará, a cerca de 70 km do centro de Belém, completou 127 anos em 2022. Destaca-se tanto pelo seu contexto geográfico quanto administrativo. É uma ilha fluvial localizada na costa oriental do rio Pará, no braço sul do rio Amazonas, em frente à baía do Guajará. Com uma área de aproximadamente 212 km², possui 17 km de praias de água doce com movimento de maré, um aspecto peculiar para uma região banhada por rios.

A vegetação predominante é de floresta, com trechos de manguezais e áreas de várzea, típicos da região amazônica. Quanto a economia é fortemente baseada no turismo, sobretudo no turismo sazonal, já que a ilha é um dos destinos mais procurados por moradores de Belém e de cidades vizinhas nos fins de semana e durante as férias. Além disso, a pesca e o comércio local são atividades importantes para a sustentação da população residente. Devido ao seu isolamento relativo do centro urbano de Belém, a ilha enfrenta desafios típicos de regiões insulares, como a necessidade de melhoria em infraestrutura, transporte, saneamento básico e serviços públicos.

No entanto, é um local que preserva uma grande riqueza natural e cultural, atraindo turistas por sua tranquilidade e beleza natural. A via de acesso principal para o distrito de Mosqueiro é a ponte Sebastião Rabelo de Oliveira inaugurada durante o aniversário de Belém em 12 de janeiro de 1976 pelo então Governador do Pará Aloysio da Costa Chaves. A construção dessa ponte diminuiu a distância de Mosqueiro até a capital, deixando-a mais acessível à população e atraindo um número cada vez maior de visitantes. Antes da construção dessa ponte, o deslocamento até a ilha era realizado somente por navios.

Os navios garantiram a travessia para o outro lado do continente por quase meio século. Com a conclusão da ponte, Mosqueiro ganhou ares de cidade grande, belos casarões e prédios. Era o período do ciclo da borracha. Os estrangeiros atraídos pela exuberância da economia da capital, construíram os casarões que ainda hoje podem ser vistos em torno da orla das praias do Farol, Chapéu Virado, Porto Arthur e Murubira. Atualmente a maioria desses casarões e prédios estão deteriorados pelo tempo, pela invasiva especulação imobiliária e as dificuldades financeiras dos proprietários em manter esses casarões.

De acordo com o IBGE 2010¹⁶, Mosqueiro possui uma população de aproximadamente 33 mil habitantes e contém 15 (quinze) praias de água doce, entre elas: Murubira, Farol, Chapéu Virado, Paraíso, Baía do Sol, Porto Artur, Carananduba, Ariramba e São Francisco. A ilha possui também 3 (três) assentamentos rurais: Mártires de Abril, Paulo Fonteles e Elisabete Teixeira. Segundo dados do NUSP (2022), o DAMOS possui 15 (quinze) escolas municipais, dessas apenas 3 (três) são consideradas Escolas do Campo: EMEC Ângelus Nascimento, EMEC Maria Clemildes e EMEC Madalena Travassos (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012).

Na seção 3 desse trabalho será apresentado o processo de institucionalização dessas Escolas de Educação do Campo do Município de Belém, definindo os caminhos que foram trilhados a partir de suas fundações e primeiros anos de funcionamento, desenvolvimento e expansão, bem como, o cenário no qual se constituíram enfrentando desafios, conquistas e suas perspectivas futuras.

O Distrito de Outeiro segundo o IBGE 2010, possui uma população de aproximadamente 39.000 habitantes. Geograficamente é uma ilha fluvial e faz parte do arquipélago de Belém, localizado no rio Pará, inclui 26 (vinte e seis) ilhas que pertencem à sua jurisdição. As principais ilhas desse distrito são: ilha de Outeiro, ilha de Cotijuba e a Ilha do Combú. Essas ilhas formam um conjunto de espaços que equilibram atividades econômicas, como pesca e turismo, com áreas de preservação ambiental (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012).

A Ilha de Caratateua, conhecida como Outeiro é a ilha principal e dá o nome ao distrito. Está localizada aproximadamente 35 km do centro de Belém, considerada a segunda maior do município completou 129 anos em 2022. É onde concentra-se a maior parte das áreas residenciais e turísticas, com infraestrutura urbana e praia. Apesar de seu potencial turístico e proximidade com o centro de Belém, ainda enfrenta desafios em termos de infraestrutura urbana. Os serviços básicos como saneamento, saúde e educação ainda apresentam lacunas, o que reflete uma desigualdade em relação a outras áreas mais desenvolvidas da capital.

Dado o contexto insular e a proximidade de Outeiro com áreas naturais, há também esforços para integrar a educação ambiental ao currículo escolar. Escolas da região promovem atividades ligadas à conscientização sobre a preservação dos ecossistemas locais, como os manguezais e as praias, temas diretamente ligados à vida cotidiana dos alunos. A educação básica também se beneficia de uma forte ligação comunitária.

¹⁶ O Censo Demográfico do Brasil é feito de 10 em 10 anos, o último foi 2010. Em 2020, todo o planejamento para a realização de um novo censo teve que ser adiado por conta da pandemia de Covid-19 (Oliveira, 2022).

A ilha de outeiro conta com a sede da Fundação Escola Bosque “Professor Eidorfe Moreira” que está voltada para a área ambiental. A sede assim como outras escolas são vistas como pontos de referência nas comunidades, servindo não apenas como locais de ensino, mas também como centros de convivência e cultura. Isso fortalece o laço entre a escola e as famílias, o que pode ser um fator positivo para melhorar a adesão à educação.

A Ilha de Cotijuba tem uma história rica e marcada por diversas fases de ocupação. No passado, a ilha abrigou uma colônia penal agrícola, onde prisioneiros eram enviados para trabalhar na agricultura. Esse período deixou vestígios históricos, como ruínas da antiga prisão, que ainda hoje podem ser visitadas. Atualmente a ilha é uma Área de Proteção Ambiental (APA) localizada a 22 km ao norte de Belém, a APA foi criada por meio da Lei Municipal nº 5.621, de 27 de novembro de 1990. Com a Lei nº 9.985, de julho de 2000, instituiu o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC), considerado “um importantíssimo instrumento regulador de manutenção de áreas e um instrumento de relevante interesse da comunidade” (Morais, 2008, p. 16).

A Ilha é umas das mais importantes do arquipélago, possui uma área de cerca de 60 km² e uma costa com 20 km de praias paradisíacas e preservadas de água doce. As praias mais famosas são: Praia do Vai-Quem-Quer, Praia do Farol e Praia do Amor. Cotijuba tem um perfil turístico, com foco no ecoturismo, e preserva uma atmosfera mais rústica, sem trânsito de carros e com maior preservação ambiental. Sua vegetação é composta por uma mistura de floresta tropical e área de mangue, e há várias trilhas que permitem explorar a fauna e flora.

Conforme Gomes, Silva Júnior, Nogueira e Gomes (2013, p. 560), Cotijuba é detentora de “[...] um autêntico potencial turístico caracterizado por suas belezas naturais, pelos hábitos nativos e pela culinária exótica, além de proporcionar um contraditório encontro da tranquilidade com o prazer da aventura”. A ilha também é um local de expressão cultural, com eventos e manifestações típicas da cultura amazônica, incluindo artesanato local realizado com materiais das florestas e festividades tradicionais. O acesso à ilha só é possível através de barcos que partem do trapiche do DAICO, a viagem dura cerca de 45 minutos, dependendo da correnteza dos rios.

A educação na ilha de Cotijuba é um tema importante, principalmente devido aos desafios logísticos e estruturais impostos pela sua localização geográfica. Atualmente, a ilha conta com escolas públicas estaduais¹⁷ e municipais¹⁸ que atendem os alunos da educação

¹⁷ Escola Estadual de EF Pedra Branca, Escola Estadual de EF e Médio Profª. Marta da Conceição (PARÁ, 2023).

¹⁸ Escolas anexas à Fundação Escola Bosque: Unidade Pedagógica Faveira, Unidade Pedagógica Flexeira, Unidade Pedagógica Seringal (Fundação Escola Bosque, 2023).

infantil, do ensino fundamental até o ensino médio. A EMEC Cotijuba faz parte da rede de Educação Pública do Município de Belém, é a única Escola de Educação do Campo voltada apenas para Educação Infantil, atende crianças do berçário até o Jardim II, mas o acesso a recursos educacionais e a qualidade da infraestrutura escolar apresentam particularidades.

Por se tratar de uma comunidade insular, o transporte escolar e o acesso às escolas podem ser complicados para alguns alunos que vivem em áreas mais afastadas. Com praticamente a ausência de veículos motorizados na ilha, a exceção das motorretes¹⁹ e dos ônibus escolares, grande parte dos estudantes vão a pé até os pontos dos ônibus escolares ou de bicicleta para as aulas. Em resumo, a educação em Cotijuba está fortemente ligada ao contexto natural e comunitário da ilha. Embora existam desafios estruturais e logísticos, o foco em uma educação que valorize a sustentabilidade e a cultura local tem sido uma forma de integrar crianças e jovens à realidade da ilha e prepará-los para um futuro em harmonia com o ambiente e com as tradições da comunidade.

A Ilha do Combu, assim como Cotijuba, também é uma APA e faz parte do DAOUT, criada através da Lei Estadual nº 6.083, de 13 de novembro de 1907, sob a gestão do Instituto de Desenvolvimento Florestal e da biodiversidade (IDEFLOR-BIO, 2018). Conforme a Lei Federal nº 9.985, de 2000, garante a proteção das condições de vida da população, a proteção dos recursos naturais e o desenvolvimento da área. Segundo Silva, Urbinati e Lucas (2023) a Ilha do Combu está distante cerca de 1,5 km ao sul da cidade de Belém e apresenta uma área de 15 km² de extensão sendo constituída de quatro comunidades: Beira Rio, Combu, Piriquitaquara e Furo do Benedito.

A população da Ilha do Combu é estimada em aproximadamente 1.500 habitantes (Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade, 2018), sendo uma das diversas ilhas localizadas na região metropolitana de Belém, a margem do Rio Guamá e em frente a orla de Belém. Faz parte de um arquipélago fluvial, apresenta ecossistema típico de várzea com paisagem formada por peculiares espécies florestais e é conhecida pela sua natureza exuberante, manguezais e rios que compõem a região amazônica. O acesso à ilha é possível através de barcos, o principal ponto de partida é o Terminal Hidroviário Ruy Barata, a travessia tem duração média de 15 minutos.

A educação na ilha do Combú está enraizada na realidade local, em meio aos desafios, as escolas tendem a valorizar o saber tradicional da comunidade, integrando conhecimentos

¹⁹ As motorretes são um dos principais meios de transporte na Ilha de Cotijuba e são utilizadas por moradores e visitantes. São motos adaptadas que podem transportar até oito pessoas e o valor da corrida varia de acordo com a praia escolhida.

sobre o meio ambiente, a pesca, a agricultura familiar e as práticas da região. Esse ensino contextualizado é essencial para as crianças da ilha, pois relaciona o conteúdo formal com o cotidiano e a cultura local, tornando a educação mais relevante e acessível.

De acordo com o NUSP/SEMEC, em 2022 haviam 10 (dez) escolas municipais no Distrito de Outeiro, dessas apenas 3 (três) escolas e 3 (três) anexos são considerados Unidades de Educação do Campo, são elas: EMEC Cotijuba, localizada na Ilha de Cotijuba; a EMEC Milton Monte (Anexos: São José e N. Sr^a. dos Navegantes) e a EMEC Sebastião dos Santos Quaresma (Anexo: Santo Antônio) localizadas na Ilha do Combú. Apesar de estar próxima da capital, muitas das comunidades da ilha enfrentam desafios relacionados ao acesso à educação e a outros serviços, o que reflete a realidade de muitas áreas rurais e isoladas no Brasil.

As escolas das ilhas são relativamente pequenas, com infraestrutura limitada e, em sua maioria atendem as crianças e jovens apenas da Educação Infantil ao Ensino Fundamental. O acesso ao Ensino Médio, Ensino Técnico e Superior pode ser difícil, dependendo da logística e da infraestrutura de transporte, como barcos, que são a principal forma de locomoção.

O Plano Diretor do Município de Belém (PDMB) é uma lei responsável por organizar o crescimento e o funcionamento da cidade e garantir a todos os cidadãos do município um lugar adequado para morar, trabalhar e viver com qualidade de vida. A política de desenvolvimento municipal deve ser responsável pela melhoria das condições materiais e objetivas de vida na cidade e no campo, diminuindo o impacto da desigualdade social e garantindo a sustentabilidade ambiental e econômica.

Nesse sentido, há uma necessidade real de que o PDMB seja revisto. É um documento administrativo construído a partir da participação de todos os setores da sociedade, fazendo com que sua implementação ocorra de forma coletiva, permitindo a mudança dos rumos anteriormente traçados. O Plano Diretor precisa ser assumido de fato e como instrumento interferir no processo de desenvolvimento local, a partir da compreensão integradora dos fatores políticos, econômicos, culturais, ambientais, institucionais, sociais e territoriais que condicionem a situação em que o município de Belém se encontra, em especial na área insular.

O Art. 80 do Plano Diretor de Belém afirma que “[...] a Macrozona do Ambiente Urbano (MZAU) corresponde às áreas urbanizadas do território, situando-se predominantemente na porção continental e em parte das ilhas de Caratateua, Mosqueiro e Cotijuba [...]” e no Art. 82: “[...] a Macrozona do Ambiente Natural (MZAN) corresponde às áreas não urbanizadas das ilhas de Caratateua, Mosqueiro e Cotijuba, às demais ilhas do Município em sua totalidade[...]” (Belém, 2008), ou seja, as ilhas de Belém em sua totalidade são consideradas urbanas ou de ambiente natural e área de preservação.

O PDMB não considerou as áreas e características singulares de cada comunidade dessas ilhas que podem e devem ser consideradas comunidades rurais, do campo quanto aos aspectos naturais ao longo dos rios que contornam o município de Belém. As ações de políticas públicas sobre as ilhas de Belém estão representadas através desse instrumento de desenvolvimento territorial, que em seu capítulo IV trata de sua revisão e afirma no art. 216 “[...] o Plano Diretor do Município de Belém deverá ser revisto pelo menos a cada dez anos ou sempre que ocorram mudanças significativas na evolução urbana do Município” (Belém, 2008).

No entanto, não é o que vem acontecendo. O primeiro PDMB aprovado pela Lei nº 7.603, de 13 de janeiro de 1994, só foi revisto depois de mais de 10 (dez) anos, em julho de 2008 no governo do então prefeito Duciomar Gomes da Costa e permanece até o ano de 2022 sem nova revisão, ou seja, mais 10 (dez) se passaram novamente e quem sofre com tal situação é a população, em especial a Belém Ribeirinha. Conforme Quaresma e Szlafsztein (2020, p. 20):

[...] a ilha do Combú mostra um alto grau de isolamento, mesmo sendo a mais próxima geograficamente da sede municipal (Belém-PA). As ilhas de Mosqueiro e Outeiro apresentaram níveis baixos de condições de isolamento, e Cotijuba, moderado. O grau de isolamento classificado na ilha de Combú resulta da precária acessibilidade e conectividade, o que mostra a relação de dependência da sede municipal.

As Escolas do Campo de Belém estão localizadas em área urbana, contudo, devido as suas características territoriais atualmente estão cadastradas como rurais no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). São conquistas como essa que seriam facilitadas se no Plano Diretor da Cidade as áreas e comunidades onde estão localizadas as escolas do campo fossem consideradas como área rural e não como área urbana como consta no PDMB.

Essa divisão administrativa possui uma área extensa e está distribuída de forma desordenada. A exemplo temos as Ilhas ao Sul da capital onde está localizada a Ilha do Combú e as ilhas situadas a oeste de Belém como a ilha de Cotijuba. O DAUT que é o distrito “responsável” por essas ilhas e aparenta ter dificuldade de acompanhar administrativamente as necessidades dessas comunidades, assim como seus desenvolvimentos, resultando em uma relação inconstante com as ilhas próximas (Carataeua e Santa Cruz) e uma relação quase ilusória com as ilhas ao sul e oeste do município.

Segundo Dergan (2006, p. 101):

[...] na primeira reunião da comissão de estudos de regionalização administrativa, do município de Belém, ocorrida em 16 de junho de 1993, no auditório da CODEM, [...]. Estabeleceu-se que a utilização dos serviços públicos básicos como educação e saúde, e a proximidade com a ilha do Combu, indicava o distrito ao qual a mesma deveria pertencer, então “[...] a ilha do Combu, cuja a população utiliza os serviços urbanos

de saúde e educação, através de estruturas localizadas na porção continental, mais especificamente no bairro do Guamá, será agregada ao Distrito do Guamá – DAGUA” (grifo do autor).

No entanto, isso não aconteceu houve uma terceira reunião da referida comissão em 2 de setembro de 1993 e a ilha passou a fazer parte do DAOUT. A justificativa foi que “[...] os Critérios devem fugir ao caráter emergencial, além de que as ilhas ao sul [incluindo a ilha do Combu] são bem diferentes das consolidações urbanas emergenciais utilizadas” (Dergan, 2006, p. 101). Essa justificativa dada na terceira e decisiva reunião vai de encontro com o posicionamento da primeira reunião que é a realidade que acontece até os dias atuais, cuja população continua utilizando os serviços públicos do DAGUA por estarem mais próximos dessa porção continental de Belém.

Considerando que as comunidades das ilhas do Combu e Cotijuba buscam por serviços públicos essenciais no DAGUA e no DAICO respectivamente, devido à proximidade geográfica de suas localizações. Segundo *site* oficial da própria Prefeitura Municipal de Belém (PMB) intitulado Ver – Belém:

[...] uma revisão da distribuição de atendimento para as ilhas nos Distritos Administrativos seria fundamental para obter resultado efetivo dos Objetivos e Diretrizes das Zonas do Ambiente Natural. Neste aspecto, as ilhas do sul seriam atendidas e monitoradas pelo Distrito administrativo do Guamá, em virtude de sua proximidade em relação a este distrito, ou em distrito próprio, a ser criado para estas ilhas. Da mesma forma seria proporcionada a criação do Distrito Administrativo de Cotijuba, permitindo, assim, centralizar a administração das ilhas situadas a oeste de Belém na ilha de Cotijuba (Prefeitura de Belém, 2023).

Percebe-se um intercâmbio entre o “mundo das ilhas” e o “mundo da cidade” ambos compõem a parte metropolitana de Belém e o rio é um dos elementos que dinamizam o ir e vir desses territórios através de uma relação econômica em que seus sujeitos, em sua maioria, não compreendem ou consideram o fazer histórico e político de dependência quanto a organização social, a ocupação e uso desse território para subsistência, além do uso dos recursos naturais como condicionantes para a economia local como um todo.

A cidade de Belém polariza as relações socioeconômicas com as ilhas do seu entorno, tanto as principais (Mosqueiro, Caratateua-Outeiro, Cotijuba e Combu) como as pequenas ilhas (Cabral *et al.*, 2015; Pereira, 2019). De acordo com a Secretaria Municipal de Economia de Belém (SECON, 2017), a economia gerada pelas ilhas se baseia principalmente na produção de alimentos para cidades (70%) e de materiais destinados à construção civil (10%), assim como atividades associadas com o turismo (20%) (Quaresma; Szlafsztein, 2020, p. 52).

Nesse contexto, é importante destacar que o modo de vida do ribeirinho, dos assentados agroextrativistas que habitam as ilhas de Belém diferenciam-se da dinâmica relacionada ao modo de vida do morador das áreas urbanizadas. É possível perceber essas diferenças no modo

de se locomover, obter alimento, relacionar-se com o meio natural e gerar renda. A economia local depende em grande parte do extrativismo vegetal (açaí, bacaba, frutas), da pesca (camarão e peixe), além da agricultura familiar de subsistência e é complementada pelo turismo de verão ou de fim de semana, impactando sua economia e cultura.

Percebe-se a marginalização das populações camponesas que deveriam ter destaque quanto suas características identitárias e culturais tendo em vista que existem dezenas de ilhas distribuídas ao longo do território de Belém acabam por refletirem uma desvalorização histórica. As características predominantemente urbanas de Belém contribuíram decisivamente para que “[...] as populações rurais da cidade ficassem “invisíveis” e à margem das políticas públicas, em particular da socioeducacional, impondo a crianças, jovens e adultos a privação de direitos universais, a exemplo da educação” (Freire, 2002, p. 17).

Nesse sentido, averiguou-se que a identidade das Escolas de Educação do Campo de Belém vem se instituindo a quase duas décadas, que os dez primeiros anos estavam mais voltadas para questões estruturais com a intenção de tirar escolas ribeirinhas esquecidas do anonimato. Enquanto a última década, caracterizou-se pela transformação legal dessas escolas em Escolas do Campo, das águas e das florestas. Essas escolas, na atualidade, estão em constante movimento para que seus projetos pedagógicos estejam inseridos ao cotidiano e realidade de cada comunidade escolar. Constatou-se que no ano de 2022, havia 6 (seis) Escolas de Educação do Campo e 4 (quatro) anexos localizados em Belém e de responsabilidade da DIED, como mostra o Quadro 11.

Quadro 11 – Distritos que atendem Educação do Campo no município de Belém-PA (2022)

INSTITUIÇÃO MUNICIPAL	DISTRITOS	EMECAP - SEDE	ESCOLAS ANEXAS
SEMEC	DAOUT	EMEIF Milton Monte	EA Nossa Senhora dos Navegantes
			EA São José
		EMEIF Sebastião dos Santos Quaresma	EA Santo Antônio
	DAMOS	EMEI Cotijuba ²⁰	-----
		EMEIF Ângelus Nascimento	-----
		EMEIF Madalena Travassos	-----
		EMEIF Maria Clemildes	EA Bacabeira
TOTAL		6	4

Fonte: Elaborada pela autora com base em dados fornecido pela COECAP/SEMEC (2022).

O Quadro 11 apresenta a distribuição de escolas-sede e suas Escolas Anexas ou UPs por Distrito Administrativo na Rede Municipal de Ensino de Belém com foco na Educação do

²⁰ A EMEC Cotijuba está com processo legal, em andamento, para mudança oficial de nomenclatura.

Campo, totalizando 6 (seis) escolas-sede e 4 (quatro) Escolas Anexas em 2022. Em 2021, com a mudança de governo e por consequência a alteração da gestão da Secretaria Municipal de Educação, houveram novos olhares para a educação no município de Belém. A gestão vigente teve como tarefa primordial a reconfiguração das coordenações que compõem a DIED. Dentre essas reconfigurações estava a Coordenação de Educação do Campo (COEC) ou Coordenação das Ilhas que passou a ser denominada COECAF²¹.

A Coordenação das Ilhas era “[...] responsável por coordenar e implementar as atividades administrativas e pedagógicas das UPs e Escolas localizadas nas regiões rurais da Ilhas” (Santos, 2014, p. 117). Com nova nomenclatura, a coordenação passa ter como objetivo²² o fortalecimento de uma educação integral e transformadora a partir dos sujeitos de direitos do campo do município de Belém, protagonistas de saberes, que reconheçam a terra, as águas, as florestas e os territórios étnico-raciais como fundamentais para a proteção e dignidade da vida amazônica a fim de proporcionar ações educativas de formação na sua totalidade.

A coordenação passa a ficar sobre a gestão de uma nova professora com ampla atuação na área da Educação do Campo, especialmente no contexto amazônico. Ela vem do MST, mestranda em Educação na linha de saberes culturais e educação na Amazônia pela UEPA, formada em Licenciatura de educação do Campo, membro do Fórum Paraense de Educação do Campo e com experiência na área de Educação Popular, atuando junto aos movimentos sociais do campo com formação de Educadores e práticas educativas. Dessa forma, trazendo consigo um novo olhar para essas unidades escolares da Educação do Campo.

Nos primeiros meses de atuação a nova coordenação e equipe técnica-pedagógica buscou conhecer a realidade da Educação do Campo da Rede Municipal de Ensino de Belém. Realizou levantamento de documentos e escolas que atendem os sujeitos da Educação do Campo, a demanda de servidores, a infraestruturas de escolas e o transporte escolar fluvial nas unidades de ensino das ilhas Sul, Norte e Várzea. Assim como, a realização do I Webinário do Campo, das Águas e das Florestas tendo como tema gerador “Identidade e Currículo: O diálogo entre territórios e saberes da Educação do Campo de Belém”.

O levantamento de documentos feito no espaço que funcionava a COEC, poucos documentos foram encontrados, a maioria estava relacionado com o transporte escolar, o que requereu da equipe e nova coordenação o desdobramento de maior empenho para responder às demandas voltadas para esse setor. Houve também o levantamento do número de escolas nas

²¹ A COECAF foi criada oficialmente por meio da Portaria nº 541/2021. Publicado no Diário Oficial do Município de Belém de 11 de julho de 2023.

²² Informações obtidas por meio de relatórios (SEMEC – DIED – COECAF, 2022).

ilhas, foram 6 (seis) escolas e 4 (quatro) anexos visitados. Nessas visitas organizadas pela coordenadora, observou-se as necessidades reais de novas rotas escolares e demandas do contingente funcional para melhor desenvolver os trabalhos pedagógicos da coordenação de educação do campo, das águas e das florestas.

Diante do cenário de pandemia, as rotas fluviais feitas em 2021 correspondiam a busca ativa dos alunos, entrega de atividades impressas, transporte de funcionários e vigilantes e outros. Quanto às estruturas físicas das Escolas de Educação do Campo das Ilhas, devido às ausências de manutenção nos prédios, levando em consideração que os pequenos reparos são planejados pela gestão escolar, com a utilização do recurso de suprimento de fundos e parte dessas escolas serem de madeira, todas as escolas necessitavam de acompanhamento específicos para análises estruturais, principalmente nos trapiches.

O I Webinar do Campo, das Águas e das Florestas²³ foi uma iniciativa da SEMEC/DIED, através da COECAAF, teve como objetivo diálogos e reflexões acerca da concepção de Educação do Campo na Amazônia Paraense e das atividades pedagógicas desenvolvidas pelos professores com os diversos sujeitos do campo com o intuito de promover a qualidade da Educação do Campo na Rede Municipal de Ensino de Belém.

O Webinar aconteceu no período de setembro a dezembro de 2021 a partir do tema gerador “Identidade e Currículo: O diálogo entre territórios e saberes da educação do Campo de Belém”. As temáticas contemplaram diálogos sobre: Identidades das Escolas do Campo; Pedagogia da Alternância – Tempos e Espaços Educativos; Currículo e Projeto Político Pedagógico (PPP) das Escolas do Campo; Práticas Pedagógicas em Educação do Campo; Educação do campo e a Infância Amazônica. O evento teve como público-alvo diretores, coordenadores pedagógicos e professores da Rede Municipal de Educação de Belém.

Pode-se dizer que o Webinar com seus diálogos, com diferentes temáticas e olhares dos palestrantes foi o início da integração entre as escolas de Educação do Campo, assim como uma melhor compreensão pelos diretores, coordenadores e professores do que é, para quem é e como perceber a Educação do campo, das águas e das florestas na RME de Belém. No ano de 2022, aconteceram eventos importantes que mobilizaram a comunidade educacional para discutir políticas públicas, desafios e propostas para a melhoria da educação no município e no estado. Um evento que teve destaque foi a Conferência Municipal de Educação de Belém e a Conferência Estadual Popular de Educação do Pará.

²³ Informações obtidas por meio de relatórios (SEMEC – DIED – COECAAF, 2022) e via *YouTube* pelo Canal do Centro de Formação Paulo Freire (CFPF), espaço de comunicação e ações formativas desenvolvidas pela RME de Belém. Disponível em: www.youtube.com/@centrodeformacaodeeducador4146. Acesso em: 18 out. 2023.

A conferência municipal teve como principal objetivo reunir educadores, gestores, estudantes, e representantes da sociedade civil para discutir as diretrizes da política educacional de Belém, levando em consideração o contexto local, tendo como foco o diálogo e a revisão do Plano Municipal de Educação (PME), que norteia as ações para o desenvolvimento da educação no município. O evento também teve como prioridade resgatar a concepção de Educação democrática e popular. Nesse sentido,

[...] a política educacional do município de Belém tem como princípios a Defesa da Vida e do Meio Ambiente; a Educação como Direito de Todos/as e Dever do Estado; a Inclusão Social e a Participação Popular. Tais princípios dialogam com as seguintes diretrizes de alinhamento por uma educação libertadora e dialógica na Rede Municipal de Ensino de Belém que são: Acesso, Permanência e Conclusão com Sucesso; Gestão Democrática; Qualidade Socialmente Referenciada e Valorização de Trabalhadores e Trabalhadoras da Educação (Belém, 2022b).

A Conferência Estadual Popular de Educação ocorreu no âmbito estadual, com a participação de diversos setores educacionais do Pará. O foco foi a defesa de uma educação pública de qualidade, gratuita e inclusiva, alinhada às metas do Plano Nacional de Educação (PNE). A conferência popular contou com ampla participação de movimentos sociais, sindicatos, e organizações da sociedade civil que discutiram temas como financiamento da educação, valorização dos profissionais, acesso à educação e a importância da participação democrática na construção das políticas educacionais.

Ambos os eventos serviram para fortalecer a voz da comunidade educacional e influenciar diretamente a formulação de políticas que buscam melhorias na educação pública local e estadual. Uma dessas melhorias foi a criação, inclusão e Propostas do Grupo de Trabalho (GT) 13 voltado para a Educação do Campo, das Águas e das Florestas.

[...] considerado como uma conquista de luta para a educação do campo, além de evidenciar e (re)afirmar o compromisso com a educação do campo nos territórios belenenses. O GT 13 formado por profissionais da educação, nas diversas esferas municipal, estadual e federal, movimentos sociais, comunidade ribeirinha da região das ilhas de Belém imbuídos na luta dos movimentos sociais da Educação do Campo, das Águas e das Florestas, trabalhadores do transporte fluvial da Educação, representantes do Fórum Metropolitano de Educação do Campo, do Fórum Paraense de Educação do Campo e representante do Fórum da Educação Infantil do Campo, além de pesquisadores/as da educação e de outras áreas das ciências humanas e sociais dedicados à investigação da temática da Educação do Campo, das Águas e da Floresta (Belém, 2022a, p. 85).

A aprovação desse GT contribuiu para que fosse incluído nas Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino de Belém objetivos de aprendizagens e as orientações para a organização do trabalho pedagógico especificamente para a Educação do Campo, das águas e das florestas, o que contribui para o processo de construção de um currículo voltado para a educação do campo.

3 PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DE BELÉM: escolas das ilhas ou escolas do campo?

Nesta seção, apresentamos o processo de Institucionalização de 3 (três) Escolas de Educação do Campo no Distrito de Mosqueiro em Belém do Pará: A Escola Municipal de Educação do Campo (EMEC) Ângelus Nascimento, a EMEC Maria Clemildes e a EMEC Madalena Travassos. Os caminhos trilhados desde suas fundações e primeiros anos de funcionamento, desenvolvimento e expansão, assim como o cenário em que se constituíram como Escolas de Educação do Campo, refletem o compromisso com uma educação contextualizada e de qualidade para suas comunidades, diante de desafios e conquistas.

3.1 EMEC Professor Ângelus Nascimento

Figura 2 – Frente da EMEC Ângelus Nascimento



Fonte: Acervo pessoal da autora (2022).

A origem da Escola Prof. Ângelus Nascimento²⁴ deu-se na chamada “Antiga Casa Grande” próximo ao Rio Jacarequara, Ilha de Mosqueiro em Belém-Pará na propriedade da Sra. Arlinda Vale. Tempos depois, Sra. Arlinda Vale doou outra área para a construção da escola, localizada na Praça Nossa Senhora da Conceição, no bairro do Sucurijuquara. Em 12 de janeiro de 1964, a escola foi inaugurada com o nome “Escola Nossa Senhora da Conceição”.

²⁴ Informações a partir do Projeto Político Pedagógico EMEC “Prof. Ângelus Nascimento” 2017 e 2023.

No ano de 1966, a unidade escolar passou a ser nomeada Escola Municipal Professor Ângelus Nascimento em homenagem ao professor Antônio Ângelus Nascimento, um artista, pintor, desenhista e caricaturista da época. A princípio, a escola atendia apenas alunos de 1ª e 2ª série, tendo como primeira diretora a Professora Laurice Amador da Silva Brito. Em 1979, a comunidade escolar conseguiu junto a Prefeitura de Belém a construção de um novo prédio que passou a atender 80 (oitenta) alunos de 1ª a 4ª série. Nesse período, a professora Amélia Lagóia Farias assumiu a Direção Escolar.

Em março de 2000, o Conselho Municipal de Educação (CME) autorizou o funcionamento em caráter definitivo do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série e/ou ciclos na Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental “Prof. Ângelus Nascimento” (Conforme descrito nos Anexos A). Em 2007, autorizou em caráter provisório o funcionamento da Educação Infantil e do Ensino Fundamental para os Ciclos de formação III e IV. Somente em outubro de 2012 o CME autoriza definitivamente o funcionamento do Ensino Fundamental, ciclos de formação III e IV na EMEIF “Prof. Ângelus Nascimento” (Conforme descrito no Anexo B).

No ano de 2020, o prefeito municipal de Belém do Pará, no uso das atribuições legais altera a nomenclatura da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Ângelus Nascimento para Escola Municipal de Educação do Campo Ângelus Nascimento. Com essa mudança a Coordenação de educação do Campo passou a ficar responsável por acompanhar e atualizar os registros documentais dos alunos e o acervo da dessa unidade escolar (Conforme descrito no Anexo C).

A EMEIF de Educação do Campo Professor Ângelus Nascimento é uma instituição de ensino localizada na Rodovia BL 13, S/N, Bairro Sucurijuquara Mosqueiro – Cep: 66933-030, zona rural, Belém-PA. Tendo como mantenedora a Secretaria Municipal de Educação com amparo legal pela Resolução nº 17 do CME, 18 de novembro de 2020. Código do INEP: 15043398. As Etapas de Ensino da Educação Básica oferecidas as crianças e adolescentes da região são: Educação Infantil e Ensino Fundamental. A escola funciona pela manhã (7h30 às 11h30) e tarde (13h30 às 17h30).

Desde 2021 a Secretaria Municipal de Educação por meio da Coordenação de Educação do Campo e a Coordenação de Educação para Relações Étnico-Raciais (CODERER) iniciou o processo de escuta e orientação na comunidade escolar de Sucurijuquara com diálogos sobre a Educação Escolar Quilombola e a efetivação da Resolução CNE/CEB nº 8/2012 que rege as

Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola. Nesse contexto, em setembro de 2022 deu-se início a reuniões coletivas²⁵ para a construção de um novo PPP.

Nessa dinâmica, houveram 6 (seis) reuniões voltadas para diferentes públicos da comunidade escolar, como: corpo diretivo e professores/as, estudantes, comunidade (pais e membros da Associação), Agentes de Serviço Geral (ASG). As duas últimas estiveram presentes representantes de cada categoria. A última reunião ocorreu em dezembro de 2022 a comunidade teve a oportunidade de pensar coletivamente aquilo que almejavam alcançar a finalização do texto do Projeto Político Pedagógico Quilombola (PPPQ).

Com a finalização do PPPQ e consulta à comunidade de Sucuriçuquara referente à mudança de nome da Escola Municipal de EIEF do campo Prof. Ângelus Nascimento, os documentos exigidos pelo Conselho Municipal de Educação foram sendo providenciados e a escola deu entrada ao processo de regulamentação para que a escola se torne a primeira Escola Quilombola do Município de Belém.

Na contemporaneidade, um dos documentos que norteiam as ações educativas dessa instituição é o PPPQ, refletindo suas diretrizes pedagógicas, filosóficas e organizacionais. Ele envolve a participação da comunidade escolar, incluindo professores, alunos, pais e funcionários e busca promover uma educação democrática e de qualidade, representando a “[...] efetivação da gestão democrática da escola com a participação da comunidade quilombola e sua liderança” (Brasil, 2012).

O PPPQ da Escola Professor Angelus Nascimento está orientado pelas concepções do que regulamenta o artigo 26-A da LDB, com redação dada pela Lei nº 10.639/2003, modificada pela Lei nº 11.645/2008, que tratam do ensino da história e da cultura africana, afro-brasileira e indígena. Também pelo Decreto nº 4.887/2003 que regulamenta o procedimento para identificação, delimitação e titularização das terras ocupadas por comunidades quilombolas. Além do Parecer CNE/CEB nº 16/2012 que instituiu as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Quilombola e a Resolução CNE/CEB nº 8/2012 (PPP EMEC Angelus Nascimento, 2023, p. 2).

A Escola Municipal de Educação do Campo Professor Ângelus Nascimento está em processo de transformação para se tornar de fato uma escola quilombola por estar firmada em território quilombola e para que isso ocorra está recebendo orientação e apoio por meio da CODERER com iniciativa conjunta entre a instituição escolar e a Associação Remanescentes de Quilombo de Sucuriçuquara (AREQUIS), com o apoio técnico-pedagógico da Secretaria Municipal de Educação por meio da COECAF.

Em março de 2022 por meio do ofício 12/2022 de 07 a EMEC Prof. Angelus Nascimento solicita a Associação de Remanescentes de Quilombolas de Sucuriçuquara (AREQUIS) junto a Secretaria Municipal de Educação a mudança de

²⁵ Informações a partir de relatórios (SEMEC/DIED/CODERER, 2023).

nomenclatura da Escola Municipal de educação do Campo Professor Angelus Nascimento, para Escola Municipal de Educação Quilombola Professor Angelus Nascimento, justificando que a escola está inserida em território quilombola (PPP EMEC Angelus Nascimento, 2020, p. 9).

No momento presente a Escola Municipal do Campo Prof. Ângelus Nascimento²⁶ tem como diretora a Professora Ivete do Socorro Gomes Vale Barbosa, servidora pública efetiva da Secretaria Municipal de Educação, faz parte da comunidade quilombola de Jucurijuquara e é descendente de Arlinda Gomes Vale que tornou-se pioneira da Educação na Comunidade e também era uma pessoa influente politicamente que zelava pelo bem comum de sua Comunidade.

3.2 EMEC Professora Maria Clemildes

Figura 3 – Frente da EMEC Maria Clemildes



Fonte: Acervo pessoal da autora (2022).

A Escola Municipal do Campo Maria Clemildes originou-se a partir de uma reunião entre a comunidade do Caruaru, o Prefeito de Belém Ajax de Oliveira Carvalho e o Agente Distrital Jacy Igreja (à época). Nessa reunião definiu-se a construção de uma escola que pudesse atender as necessidades educacionais básicas de crianças, jovens e adultos da comunidade do Caruaru, DAMOS. Conforme descrito no Anexo E, os Croquis de alinhamentos da escola

²⁶ No dia 22 de maio de 2024, a Secretária Municipal de Educação de Belém no uso de suas atribuições legais, resolve que fica extinta a Escola Municipal de Educação do Campo Prof. Ângelus Nascimento, INEP: 15043398. Considerando a criação da Escola Municipal de Educação Quilombola do Sucurijuquara Arlinda Gomes, conforme os termos do processo nº 15973/2023 (Conforme descrito no Anexo D).

realizados pela Divisão de levantamentos Técnicos da Prefeitura Municipal de Belém, datam o ano de 1989 e descrevem a arquitetura predial, no entanto, não fica claro do que se trata. Se seria apenas uma visita técnica ou tratava-se de um relatório para construção ou reforma. Considerando que o PPP (EMEC Maria Clemildes, 2020) diz que em janeiro de 1978 deu-se início a construção da Escola Municipal Maria Clemildes.

Nesse contexto, a escola começou a funcionar e tornou-se Escola Anexa vinculada a Escola Municipal Prof. Remígio Fernandez, da qual permaneceu anexa por 39 anos. Antes da sua fundação, as aulas eram ministradas na casa de uma moradora da comunidade, a Agência Distrital de Mosqueiro responsabilizava-se pelo pagamento do aluguel do imóvel, enquanto o Estado era responsável pelo pagamento dos professores.

O nome da escola foi em homenagem a professora Maria Clemildes dos Santos, por ter se dedicado a educação e ter falecido muito jovem. A Escola Anexa Maria Clemildes dos Santos passou a fazer parte do Sistema Municipal de Educação de Belém com 108 (cento e oito) alunos, sendo administrada pela professora Maria Lúcia Ferreira de Araújo. No entanto, a diretora da unidade escolar era a professora Maria Anunciação Azevedo, também diretora da Escola Municipal Remígio Fernandez.

No ano de 2011, o Conselho Municipal de Educação autoriza o funcionamento da Educação Infantil, em caráter provisório, na Unidade Pedagógica “Maria Clemildes dos Santos”, ainda anexa a EMEF “Prof. Remígio Fernandez”. No ano de 2015, a Associação dos Moradores, Agricultores, Pescadores e Artesões da Comunidade do Caruarú (AMAPACC) doaram legalmente o lote onde fica localizada a escola (Conforme descrito no Anexos F e G).

Em novembro de 2016 o Prefeito Municipal de Belém, no uso de suas atribuições legais, decretou a criação da Escola Municipal de Educação do Campo “Maria Clemildes”. Nesse mesmo decreto determinou, “as antigas Unidades Pedagógicas “Mari Mari”²⁷ e “Bacabeira”²⁸ passam a funcionar como escolas anexas à Escola Municipal de Educação do Campo “Maria Clemildes” (Conforme descrito no Anexo H). Anteriormente, a UP “Mari Mari” funcionava como UP anexa da Escola Municipal Desembargador Maroja Neto e a UP Bacabeira era anexa da Escola Municipal Prof. Abel Martins”²⁹.

²⁷ No dia 19 de janeiro de 2018, com autoriza da DIED/SEMEC/COEC registrado em Ata (Ata não encontrada) a unidade teve seu funcionamento interrompido tendo como justificativa o número de alunos considerado insuficiente (PPP EMEC Maria Clemildes, 2021, p. 30).

²⁸ No final de 2022, por problemas estruturais no prédio da Unidade Escolar e a DIED/SEMEC não conseguir um novo acordo com a dona do prédio (cedido por uma Senhora da Comunidade em sistema de comodato), que agradasse ambas as partes, a unidade foi extinta (COECA/ DIED/SEMEC, Relatórios, 2022).

²⁹ As Escolas Municipais “Abel Martins” e “Maroja Neto” são escolas localizadas em áreas urbanas do Distrito de Mosqueiro enquanto seus respectivos anexos estavam localizados em área rural.

Um dos documentos que norteiam as ações educativas dessa instituição é o PPP. O PPP das Escolas do Campo, das Águas e das Florestas “[...] deve ser construído na unidade escolar envolvendo todos os sujeitos da escola, inclusive, os pais e responsáveis e a própria comunidade onde a escola está inserida” (Albarado; Russo; Hage, 2022, p. 133). Refletindo suas diretrizes pedagógicas, definindo os objetivos educacionais e metas a serem alcançadas junto com a comunidade escolar, estabelecendo princípios éticos e valores socioculturais que guiam o processo educativo.

Segundo Veiga (2002, p. 14),

[...] projeto político pedagógico (PPP) tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: como organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão da totalidade.

A EMEIF de Educação do Campo Maria Clemildes está localizada na Comunidade do Caruaru, ramal da Fazenda Boa Esperança, área rural, Mosqueiro, Belém do Pará. Tendo como mantenedora a Secretaria Municipal de Educação com amparo legal pela Resolução nº 23 do Conselho Municipal de Educação em 22 de novembro de 2023. Código do INEP: 15043410. As Etapas de Ensino da Educação Básica oferecidas as crianças e adolescentes da região são: Educação Infantil e Ensino Fundamental Menor (1ª ao 5º ano). A escola funciona pela manhã (7h30 às 11h30) e tarde (13h30 às 17h30).

A comunidade do Caruaru tem como principais atividades econômicas a agricultura e a pesca, fica distante à cerca de dez quilômetros da parte urbanizada da Ilha de Mosqueiro. O acesso a comunidade pode ser feito pelos rios e igarapés através de barco a motor, saindo do porto do Pelé no bairro do Maracajá e por uma estrada de terra localizada na PA 391 que liga o município de Belém ao Distrito de Mosqueiro. Chegar nessa comunidade é encarar uma pequena parte da floresta amazônica.

3.3 EMEC Madalena Travassos

A Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Madalena Travassos está localizada no bairro do Paraíso, em Mosqueiro, criada pelo Decreto nº 68.679/2011 em 21 de dezembro de 2011, efetivamente inaugurada em dezembro de 2012, recebeu esse nome em homenagem a professora Maria Madalena Travassos³⁰, que no final do século XIX alfabetizava os filhos dos escravos que vinham nos navios negreiros e ancoravam na praia do Paraíso, as

³⁰ Informações a partir do PPP EMEC Madalena Travassos, 2018. Decreto de criação anexo H.

aulas eram ministradas em uma Senzala onde atualmente está situado o Hotel Fazenda Paraíso³¹ que preserva as ruínas desse passado.

Figura 4 – Frente da EMEC Madalena Travassos



Fonte: Acervo pessoal da autora (2022).

A Prefeitura Municipal de Belém por intermédio da Secretaria Municipal de Educação se ancorou nos marcos regulatórios legais da educação nacional (Brasil, 1996; 2007; 2010) para criação da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental (EMEIEF) “Professora Maria Madalena Travassos”. A proposta dessa criação esteve imersa em irracionalidades e improvisos, deixando a realidade educacional escolar dependente da boa vontade de professores e gestores que pouco sabiam sobre a funcionalidade das escolas de tempo integral. Segundo Gomes (2016):

[...] inicialmente o projeto da professora Terezinha Gueiros, que era a secretária de educação da SEMEC na época, era de construir uma ecoescola neste local [...]. Mas a escola foi inaugurada em 2012 como escola do campo de tempo integral, isso porque não tinha aluno suficiente pra ela funcionar. Na verdade, a escola também não tinha pessoal de apoio, professores e corpo técnico-administrativo pra fazer uma escola funcionar. Ela foi inaugurada como de tempo integral pra resolver a questão da demanda. Assim foi que nós fizemos a escola funcionar ainda de maneira precária com alunos de outros bairros da ilha do Mosqueiro e assim resolvemos o problema da exigência legal. O que realmente se tinha era um grande e bonito prédio escolar sem gente dentro. Sofremos muitas críticas, inclusive chamaram a escola de “elefante branco”, ou seja, um grande espaço construído, mas sem nenhuma utilidade. Na verdade essa situação toda aconteceu porque não houve nenhuma pesquisa pra que a prefeitura tivesse uma real visão dessa área aqui do Mosqueiro. A prefeitura trabalhou assim: eu tenho o dinheiro, tenho o local e onde eu vou fazer uma escola? (Gomes, 2016 *apud* Silva; Silva; Oliveira, 2018).

Percebe-se que a administração municipal de Belém não fez um estudo de demanda e real necessidade da comunidade do bairro do Paraíso, local onde a escola foi construída. Somente após a conclusão da obra, percebeu que não tinha alunos suficientes para a escola

³¹Informações sobre o Sítio Paraíso e a família Travassos (Brandão, 2015).

iniciar suas atividades. A EMEIF Madalena Travassos estava recém-construída e inviabilizada de funcionar. Então a Secretaria Municipal de Educação cadastrou a escola ao Programa Eco-escola³² em caráter de experiência.

No entanto, com os resultados das eleições 2012 e um novo prefeito, a nova gestão da Secretaria Municipal de Educação resolveu interromper a experiência com o programa Eco-escola e aderiu ao programa do Governo Federal “Caminho da Escola”³³ transformando a EMEIF Madalena Travassos em escola de tempo integral. Com esse novo programa foi possível atender alunos das comunidades entorno do bairro Paraíso como: Carananduba, Sucurijuquara e os assentamentos Mártires de Abril, Paulo Fonteles, Doroty Stang.

Algumas dessas localidades ficam distantes cerca de 25 quilômetros da escola. Ainda assim, pela oferta de ensino da Educação Infantil ao 3º ano (Ciclo I) do Ensino Fundamental em tempo integral e do novo programa federal que possibilitou transporte escolar para os educandos, incentivou as famílias dessas comunidades a matricularem seus filhos, contribuindo assim, para a EMEIF Madalena Travassos tivesse demanda de alunos e pudesse funcionar.

Neste sentido, observa-se que o planejamento do governo municipal se amparou em teorias, leis e muito pouco se sabia sobre o local onde a escola seria construída, sobre a comunidade do entorno e demanda de alunos do bairro do Paraíso. Para além desses aspectos, não se tinha claro como ela iria funcionar administrativa e pedagogicamente. A escola foi se efetivando em meio as incertezas e esperanças por parte dos sujeitos envolvidos nesse processo de institucionalização.

Como se constituiu a história de criação a EMEC Madalena Travassos, no distrito de Mosqueiro, evidencia as lutas travadas entre estado e as comunidades escolares quilombolas, ribeirinhas, caçaras que resistem na tentativa de conquistar uma educação de qualidade e de direito. Professores, gestão escolar, e comunidade em geral se uniram para debater e promover uma educação de forma integral de qualidade respeitando a autonomia e a individualidade de cada aluno, tornando-os sujeitos no processo de ensino aprendizagem e transformadores da própria realidade social e cultural.

³² O Programa Eco-Escolas foi desenvolvido pela Foundation for Environmental Education (FEE), uma organização europeia formada por uma rede de instituições ao redor do mundo, cada uma operando em seu país de origem. No Brasil o Eco-Escolas iniciou em 2008 através do operador nacional Instituto Ambientes em Rede (IAR) (Programa Eco-Escolas, 2014).

³³ O Programa Caminho da Escola, objetiva garantir, prioritariamente, o acesso e a permanência de estudantes residentes em áreas rurais e ribeirinhas nas escolas públicas de educação básica. O programa oferece ônibus, embarcações e bicicletas fabricados especialmente para o tráfego nessas regiões, onde normalmente há dificuldades para se chegar às unidades de ensino, sempre visando à segurança e à qualidade do transporte escolar (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2023).

No ano de 2020, a Prefeitura Municipal de Belém por meio do Decreto nº 95.304 altera a nomenclatura da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Madalena Travassos para Escola Municipal do Campo Madalena Travassos ficando a Coordenação de Educação do Campo responsável por acompanhar e atualizar os registros documentais dos alunos e acervos da EMEC (Conforme Anexo I).

Nesse contexto, faz sentido responder ao questionamento no título dessa seção: Escolas das Ilhas ou Escolas do Campo?

As Escolas das Ilhas constituíram-se em Escolas de Educação do Campo do Município de Belém. No entanto, estão situadas em área insular com localização geográfica em ilhas ou arquipélagos no interior de rios, em áreas rurais afastadas do centro urbano e em áreas agrícolas e de floresta. Sendo assim, permanecem sendo conhecidas como Escolas das Ilhas por suas localizações, mas com enfoque pedagógico voltado para a realidade do campo.

4 PERSPECTIVA SOBRE O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DO MUNICÍPIO DE BELÉM

Nesta quarta seção, serão realizadas reflexões e ponderações sobre o processo de institucionalização das escolas de educação do campo no município de Belém, considerando a realidade e a diversidade sociocultural dos povos das terras, das águas e das florestas. Esta seção tem uma subseção que abordará a discussão e resultados da pesquisa, evidenciando suas contribuições para as comunidades campestres. Seguida da quinta e última seção que traz as considerações finais, nas quais responderei aos questionamentos apresentados no início da pesquisa, com o objetivo de embasar novos estudos e conhecimentos na área, buscando elencar o que realmente foi implementado nas comunidades e estabelecendo uma relação entre a teoria e a prática do que foi apresentado.

4.1 Discussão e resultados da pesquisa

A análise e a interpretação da pesquisa é o momento de observar atentamente os significados presentes em seus dados. Relacionar as conclusões que surgem nos dados concretos com conhecimentos mais amplos articulando a fundamentação teórica com a prática da pesquisa. Segundo Gil (2007, p. 175) “[...] a análise dos dados na pesquisa qualitativa passa a depender muito da capacidade e do estilo do pesquisador”. Nesse sentido, esse estudo buscou observar diferentes perspectivas, considerando as contradições e mudanças que ocorrem ao longo do tempo, em uma proposta dialética.

Essa pesquisa nos induziu a compreender a materialização da educação do campo e as legislações que foram se constituindo ao longo dos anos até sua consolidação nas primeiras décadas do século XXI, destacando sua origem histórica no Brasil e seu vínculo com a mobilização social das populações rurais. Embora reconhecida como uma modalidade de ensino formal, sua dinâmica transcende essa estrutura, refletindo as lutas políticas, sociais e identitárias das comunidades rurais.

A evolução da Educação do Campo, se destaca na década de 1990 através da mobilização de movimentos sociais e organizações da sociedade civil. A Lei nº 9.394 de 1996, que estabelece diretrizes para a educação nacional, é um marco importante, pois confirma o direito à educação com adequação as peculiaridades regionais e de vida. Embora a LDB tenha sido um avanço em muitos aspectos, muitas vezes permanece aquém das expectativas,

principalmente em relação à educação do campo, que ainda enfrenta questões de acessibilidade, qualidade e adequação curricular.

A partir de 1998, a luta por uma Educação do Campo se intensificou, culminando na I Conferência Nacional por Uma Educação Básica do Campo, que oficializou o termo e promoveu a autonomia das comunidades. O PRONERA foi criado para atender essas demandas, assim como outros programas que buscam formar educadores para valorizar saberes locais enfatizando a importância de políticas educacionais.

Em suas trajetórias, os programas voltados para a educação do campo apresentaram diversos desafios. Em 2020, durante o governo de Jair Bolsonaro, o PRONERA foi extinto, o que gerou preocupações sobre a continuidade das políticas educacionais externas para o campo. No entanto, em 2023, sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o programa foi reestabelecido, evidenciando a importância da educação na promoção de direitos e na valorização da vida no campo.

A educação do campo é vista como uma ferramenta para a transformação social, refletindo a diversidade cultural e as suas especificidades. Movimentos como o Movimento Paraense por uma Educação do Campo e o Fórum Paraense de Educação do Campo têm iniciativas promovidas para desenvolver políticas educacionais específicas às realidades locais e para reforçar a importância da participação da comunidade nas decisões sobre o fechamento de escolas rurais. O Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia (GEPERUAZ), vinculado a UFPA, tem sido essencial na pesquisa e na formulação de estratégias para garantir os direitos educacionais, com colaboração entre movimentos sociais e entidades civis.

O Fórum Paraense de Educação do Campo e diferentes movimentos visam garantir os direitos sociais e promover uma educação que valorize saberes locais, além de mobilizar a sociedade para uma gestão democrática das políticas educacionais. Recentemente, a FPEC expandiu sua atuação com a criação de fóruns regionais, fortalecendo a mobilização no estado do Pará. Em parceria com o FONEC, o FPEC tem participado de eventos relevantes para discutir melhorias na educação do campo, reafirmando seu compromisso com a diversidade e os desafios enfrentados pelos sujeitos do campo.

Conforme análises de Molina (2015), Caldart (2009) e Arroyo (2007) a pesquisa discute a importância da Educação do Campo. Molina (2015) destaca que essa educação é um movimento enraizado na luta pela terra e nas relações de classe, sendo as escolas do campo essenciais para a formação e emancipação de seus estudantes. Caldart (2009) enfatiza a

necessidade de compreender a Educação do Campo em sua historicidade, alertando para o risco de fortalecimento de posições conservadoras se não houver uma análise crítica sobre o tema.

Nesse sentido, o estudo explora o processo pelo qual se deu a origem, o surgimento das escolas de educação do campo da RME de Belém no período de 2005 a 2022. Assume uma abordagem qualitativa, visando explorar as dinâmicas sociais e os processos de institucionalização das escolas de Educação do Campo.

A pesquisa exploratória, inclui uma revisão bibliográfica que busca identificar dissertações e artigos recentes sobre Educação do Campo entre 2018 e 2022. Assim como, levantamento bibliográfico de diversos autores para refletir sobre a história da Educação do Campo e os direitos sociais associados. Também se baseou em dados da Secretaria Municipal de Educação de Belém, utilizando pesquisa documental para coletar informações relevantes sobre a Educação do Campo na região. As análises incluíram leis federais e municipais relacionadas à educação.

Foi realizada uma investigação exploratória junto à Coordenação de Educação do Campo, mapeando as características e o contexto das EMECs, conforme sugerido por Severino (2007) sobre o objetivo da pesquisa exploratória. Delimitando-a a três escolas do Distrito de Mosqueiro: EMEC Ângelus Nascimento, EMEC Maria Clemildes e EMEC Madalena Travassos. A escolha desses locais baseia-se na distância e condições de acesso a essas escolas e a relevância histórica e educacional dos distritos.

A pesquisa realizada, em 2022, identificou 152 (cento e cinquenta e duas) instituições educacionais, organizadas em 8 (oito) distritos, abrangendo desde a Educação Infantil até o Ensino Fundamental. As escolas são classificadas em diferentes categorias, incluindo as EMECAF.

A partir de 2005, a Secretaria Municipal de Educação implementou um plano de melhorias nas escolas, que incluíram a construção de novas unidades e a reforma das existentes, proporcionando melhores condições de ensino. As escolas das ilhas que eram anexos de Escolas Municipais da área urbana, passaram a ser conhecidas como Unidades Pedagógicas (UPs), foram criadas na perspectiva de dar autonomia pedagógica às escolas e garantir uma educação que respeite as identidades sociais, culturais e econômicas das comunidades.

Em 2006 houve uma reconfiguração das escolas das ilhas em Belém, que, apesar do diálogo constante entre a DIED e a FUNBOSQUE, seguiram direções distintas. A FUNBOSQUE focou na Educação Ambiental, enquanto as escolas das ilhas, sob a responsabilidade da DIED, se tornaram Escolas do Campo. O estudo se concentra na

institucionalização dessas escolas, que buscam atender às necessidades educacionais das populações rurais, conforme definido pela política de educação do campo.

O estudo analisou que as escolas das ilhas passaram por um processo de institucionalização até essas escolas se tornarem oficialmente reconhecidas como Escolas Municipais de Educação do Campo, com melhorias estruturais que visam proporcionar um ensino de qualidade, adaptando o currículo à realidade das comunidades rurais. Como mostra o Quadro 12.

Quadro 12 – Processo de Regularização das Escolas Municipais de Educação do Campo de Belém

SEMEC/DIED/COEC	SEMEC/DIED/COEC (até 2020) - COECAP (desde 2021)	
PERÍODO 2006-2012	PERÍODO 2013-2022	
UP Combu	EMEC Sebastião dos Santos Quaresma	-----
UP São Benedito	EMEC Milton Monte	-----
UP Santo Antônio UP Nazaré	Escola Anexa a EMEC Sebastião Quaresma	-----
UP Nazaré	Escola Anexa a EMEC Milton Monte	Extinta
UP São José	Escola Anexa a EMEC Milton Monte	-----
UP Várzea	UP Navegantes	Escola Anexa a EMEC Milton Monte
-----	EMEC Cotijuba	-----
UP Maria Clemildes –	EMEC Maria Clemildes	-----
UP Mari-Mari	Escola Anexa a EMEC Maria Clemildes	Extinta
UP Bacabeira	Escola Anexa a EMEC Maria Clemildes	Extinta
-----	EMEC Madalena Travassos	-----
-----	EMEC Ângelus Nascimento	Escola Municipal de Educação Quilombola do Sucuriçuquara Arlinda Gomes (2024)
9 (nove)	9 (nove)	

Fonte: Organizado pela autora (2024).

O quadro mostra, que em 2006, a DIED ficou responsável por 8 (oito) espaços educacionais na área insular de Belém; em 2022, eram 10 (dez) espaços. Nesse período, de 2006 a 2022, 3 (três) Unidades Pedagógicas se tornaram EMECs, 3 (três) foram extintas e uma coordenação de Educação do Campo foi criada, através de portaria, para debater e defender esses espaços em diferentes territórios, sejam eles das terra, das águas ou das florestas – ao menos é isso que se espera.

Esta análise ajuda a entender como certos fenômenos coexistem se relacionam de maneiras interdependentes, muitas vezes gerando mudanças ou transformações. Por exemplo, as escolas das ilhas do município de Belém vieram a luz em meados de 2005, quando a Secretaria Municipal de Educação entendeu que as mesmas deveriam ser melhores aproveitadas

e valorizadas. Naquela época não se pensava em Educação do Campo, Currículo ou diretrizes voltadas para a realidade campestre. No entanto, foi a partir desse olhar que essas escolas negligenciadas das ilhas se tornaram legalmente Escolas Municipais de Educação do Campo de Belém.

Com base em Minayo (1992), podemos apontar três finalidades pra essa etapa: estabelecer uma compreensão dos dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder às questões formuladas, e ampliar o conhecimento sobre o assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural da qual faz parte. Essas finalidades são complementares, em termos de pesquisa social (Minayo; Deslandes; Gomes, 2002, p. 69).

Essas finalidades implicam em entender as interconexões entre as questões analisadas. Nenhum dado ou fator deve ser analisado isoladamente, pois cada parte contribui para o todo. A abordagem dialética busca a compreensão integrada, capturando a complexidade do tema estudado. Esclarecer que o caminho percorrido por professores, alunos, comunidades campestres para a conquista das Escolas de Educação do Campo do município de Belém é necessário. O caminho foi e é árduo, foram anos de lutas e conquistas que são constantes, pois além de conquistar é necessário resistir para manter as Escolas Campestres em seus territórios.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de institucionalização das escolas de Educação do campo da Rede Municipal de Ensino de Belém do Pará representa uma tentativa de integrar formalmente o sistema educacional as diversas realidades dos povos que habitam áreas do campo, ribeirinhas e florestais, buscando respeitar e valorizar a riqueza sociocultural dessas comunidades. Esse processo implica considerar os modos de vida, saberes e práticas tradicionais das populações que vivem em contato direto com a terra, as águas e as florestas, como indígenas, quilombolas, ribeirinhos e agricultores familiares.

À vista disso, para elucidar as considerações finais deste trabalho, resgatou-se os questionamentos iniciais dessa pesquisa, que são:

- a) Como ocorreu o processo de institucionalização das Escolas de Educação do Campo da Rede Municipal de Ensino de Belém do Pará, esse processo dialoga com a realidade e diversidade sociocultural dos povos do campo, das águas e das florestas?

Esse diálogo começa com enfrentamento de desafios como a falta de recursos, a distância entre as escolas e as comunidades e a dificuldade de adaptar as políticas públicas às necessidades específicas dessas populações. A estrutura deficitária, muitas vezes centralizada e urbana voltada a políticas educacionais que não correspondiam completamente à realidade e à diversidade cultural das populações do campo. Quando o ideal seria uma educação diferenciada, respeitando os modos de vida e as necessidades dos povos das terras, das águas e das florestas, fortalecendo suas identidades e contribuindo para o desenvolvimento sustentável da região.

Esse diálogo continua com reformas estruturais (infraestrutura, falta de energia elétrica, água potável e saneamento básico) das Escolas de Educação do Campo do Município, currículos a princípio adaptados (pelos professores, coordenadores) a realidade e as necessidades das comunidades rurais, até a construção de novos Projetos Políticos Pedagógicos que contemplam as especificidades culturais e sustentáveis da região amazônica e com a formação continuada de professores que antes era limitada e com o passar dos anos vem impactando a qualidade do ensino com formação específica voltada para a Educação do Campo.

As Escolas Municipais de Educação do Campo de Belém passam a abordar temas como sustentabilidade, preservação ambiental, cultura local e saberes ancestrais, reforçando o pertencimento e a identidade dos alunos com seus territórios. Começam a adotar metodologias

de ensino participativo, que envolvem a comunidade escolar, reforçando o vínculo entre a educação e as práticas de vida das populações locais, estando sempre em movimento.

b) Quais evidências legais contribuíram para o processo de criação das Escolas de Educação do Campo desse município?

A criação das Escolas de Educação do Campo da Rede Municipal de Belém foi influenciada por diversas normativas legais, políticas públicas e reivindicações sociais que visavam garantir uma educação adequada e contextualizada para a população rural. As evidências legais e normativas que mais contribuíram para esse processo incluem:

- a Constituição Federal de 1988 que em seu art. 205 estabelece a educação como um direito de todos e dever do estado, além de enfatizar a igualdade de acesso e permanência na escola. Esse marco abriu espaço para políticas que contemplassem populações de áreas rurais;
- a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/1996 em seu art. 28 estabelece a necessidade de adaptar os currículos das Escolas do Campo às realidades da vida rural e de cada região. Essa lei estabeleceu uma base para que políticas educacionais específicas para a zona rural fossem implementadas em municípios como Belém;
- as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo (Brasil, 2002) são normativas fundamentais para impulsionar o desenvolvimento de currículos e metodologias pedagógicas voltadas para o contexto rural. Ela orienta estados e municípios sobre como organizar a educação do campo de forma a respeitar e valorizar as especificidades culturais e socioeconômicas dessas populações;
- PNE por ser um documento que estabelece metas, diretrizes e estratégias para a política educacional do Brasil. Instituído pela Lei nº 13.005/2014, vigente de 2014 a 2024, esse plano determina que estados e municípios devem criar seus próprios planos, são chamados de Planos Subnacionais de Educação. Com a promulgação do PNE e suas metas sete e oito, voltadas para a educação do campo, muitos municípios criaram planos municipais que incluíam estratégias

para expandir o acesso à educação nas áreas rurais, adequando-se às diretrizes nacionais.

O PME de Belém foi aprovado em novembro de 2015 pela Lei nº 9.129, no entanto, em suas diretrizes não há nada específico voltado para a Educação do Campo. Apenas em 2022 com a Conferência Municipal de Educação de Belém o PME é revisado. A partir dessa revisão é criada as Diretrizes Municipais de Educação e com ela uma linha de pesquisa voltada especificamente para a Educação do Campo, das águas e das florestas.

Os Decretos municipais de Criação e Mudança de Nomenclatura das Escolas de Educação do Campo são documentos fundamentais e necessários para o processo de Institucionalização e comprovação legal de existência e resistência dessas unidades escolares. Da mesma forma seus registros no INEP como escolas localizadas em área rural, mesmo o PDMB (Belém, 2008) considerando essas áreas como área ambiental.

Essas leis, decretos e diretrizes, junto às reivindicações sociais com apoio dos educadores e organizações da sociedade civil organizada criaram as condições legais e políticas para a implementação das escolas voltadas à Educação do Campo do Município de Belém. Com base nesses fundamentos, foi possível criar escolas em constante movimento que respeitam as especificidades da vida rural do campo, das águas e das florestas, contribuindo para a valorização das práticas culturais, sociais e econômicas dessas comunidades.

- c) Quais experiências os movimentos sociais, sindicais, organizações populares e instituições públicas manifestaram sobre a Educação do Campo no Município de Belém do Pará?

A educação do campo em Belém do Pará reflete as experiências e lutas de movimentos sociais, sindicatos, organizações populares e instituições públicas que buscam consolidar o direito à educação para populações rurais e comunidades tradicionais. Esses agentes têm se mobilizado por uma educação que respeite as especificidades culturais e econômicas do campo e que fortaleça a agricultura familiar, a sustentabilidade ambiental e a justiça social.

O FPEC é a expressão mais significativa de organização e mobilização para o desenvolvimento da educação do campo em Belém do Pará. Ao lado do Movimento Paraense por uma Educação do Campo agrupam movimentos sociais, entidades da sociedade civil, universidades e instituições governamentais da sociedade paraense que, buscam implementar,

apoiar e fortalecer políticas públicas para a educação do campo e desenvolvimento rural para as populações do campo.

O FPEC, desde o ano de 1998, em conjunto com os fóruns regionais e municipais de Educação do Campo vem realizando Seminários de Combate ao fechamento de escolas no campo e desde 2021 combatem também, o fechamento de escolas nos territórios quilombolas e indígenas no Estado do Pará, com a intenção de denunciar as arbitrariedades que têm sido cometidas com a cumplicidade do conselho estadual e municipais de Educação (FPEC, 2023).

O MST e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (FETAGRI) vem atuado para garantir o direito à educação do campo e por uma proposta pedagógica que valorize o conhecimento e a cultura rural, reivindicando um novo olhar a cultura, a educação e a relação com a natureza. O MST, por exemplo, estabelece escolas dentro de assentamentos e áreas de ocupação, formando parcerias para a criação de currículos alinhados às vivências das comunidades.

As instituições públicas como a UFPA e Instituto Federal do Pará (IFPA) têm programas de formação para educadores do campo e cursos que visam capacitar profissionais para atuar em comunidades rurais. Além disso, há cursos voltados à agroecologia e ao desenvolvimento rural sustentável, importantes para a valorização das atividades produtivas locais. A UFPA e a SEMEC trabalham em conjunto em ações relacionadas à educação do campo, como a realização de formações e o planejamento de eventos.

O Conselho Municipal de Educação de Belém vem articulando com o Fórum Metropolitano de Educação do Campo, das Águas e das Florestas³⁴ e a Secretaria Municipal de Educação por meio da DIED/COECAAF a construção e aprovação das Diretrizes da Educação do Campo, das águas e das florestas. A aprovação dessas diretrizes seria de suma importância para a concretização e valorização à cultura e a vivência das comunidades amazônicas, onde as escolas campesinas de Belém do Pará estão localizadas.

Em síntese, a educação do campo em Belém do Pará, enfatiza a importância da atuação de movimentos sociais e sindicatos que lutam pelo direito à educação para comunidades rurais. O FPEC é central nessa mobilização, combatendo o fechamento de escolas em áreas campesinas e quilombolas, promovendo debates sobre currículos que valorizam a cultura das comunidades

³⁴ Esse fórum é um ponto de encontro para a troca de experiências, informações e construção de conhecimento. Aborda temas como a valorização das culturas locais, acesso à educação de qualidade nas áreas rurais, formação continuada de professores e o apoio e desenvolvimento de currículos que atendam às necessidades das comunidades do campo, das águas e das florestas.

do campo, das águas e das florestas. Contando com o apoio das instituições federais, estaduais, municipais e entidades civis.

Considerando a elucidação dos questionamentos iniciais, portanto, a conclusão que o Processo de Institucionalização das Escolas de Educação do Campo da Rede Municipal de Belém dialoga com o protagonismo dos sujeitos do campo, destacamos melhorias e direcionamentos para pesquisas futuras:

- avanços de estudos e de discussões sobre as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo no Município de Belém;
- discussões sobre as identidades dos povos do campo de Belém do Pará e suas relações com as territorialidades das águas, do campo e das florestas;
- reflexões sobre a formação continuada de professores do campo, que tenha como referência a Pedagogia do Movimento, a Pedagogia da Autonomia e a Educação Popular, que são comprometidas com a totalidade da formação humana no sentido ético, crítico, político, técnico e do pensamento como condição humana;
- diálogos sobre o processo de criação de cada Escola de Educação do Campo, produzindo conhecimentos e registros históricos, que se materializam em experiências sociais da comunidade escolar, seja do campo, das águas e/ou das florestas;
- reflexões sobre a Educação do Campo como política pública, como movimento pedagógico, comprometida com a população campesina e com os processos educativos de humanização.

Assim, para que a Educação do Campo no Município de Belém continue avançando, é necessário a permanência da valorização das formas de vida e saberes locais, garantindo que a formação docente não se limite a uma mera extensão da educação urbana, mas que continue reconhecendo a singularidade e a riqueza das trajetórias dos educadores e comunidades do campo. Essa abordagem integrada e contextualizada é crucial para a efetivação de uma educação verdadeiramente inclusiva e representativa.

REFERÊNCIAS

- ALBARADO, E. da C.; RUSSO, D. V. S. de S.; HAGE, S. A. M. Currículo e projeto político pedagógico das escolas do campo, das águas e das florestas: reflexões com as territorialidades das Amazônias Paraense e Amazonense. **Revista Com Censo: Estudos Educacionais do Distrito Federal**, v. 9, n. 2, p. 131-136, maio 2022. Disponível em: <https://periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso/article/view/1386>. Acesso em: 5 out. 2023.
- ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. 1. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- ARROYO, M. G. **Educandos e educadores: seus direitos e o currículo**. Brasília, DF: MEC, 2007.
- ARTICULAÇÃO Nacional “Por uma Educação do Campo”: declaração 2002. (anexos). *In*: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.). **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 207-214.
- BELÉM. **Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Educação de Belém**. Belém: SEMEC, 2022a. Disponível em: <https://www.cmebelem.com.br/resolucoes/diretrizes-curriculares>. Acesso: 21 out 2023.
- BELÉM. **Documento Base da Conferência Municipal de Educação de Belém**. Belém: SEMEC, 2022b.
- BELÉM. **Educação nas ilhas de Belém: travessias e desafios curriculares por entre culturas e aprendizagens**. Belém: SEMEC, 2011.
- BELÉM. Fórum Paraense de Educação do Campo e Desenvolvimento da Amazônia - FPECDA. **Carta de Belém**, 2004.
- BELÉM. Lei nº 7.684, de 12 de janeiro de 1994. Plano Diretor das ilhas de Caratateua e Mosqueiro. **Jus Brasil**, jan. 1994. Disponível em: <https://cm-belem.jusbrasil.com.br/legislacao/847404/lei-7684-94>. Acesso em: 28 dez. 2023.
- BELÉM. Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. Plano Diretor do Município de Belém. **Jus Brasil**, jul. 2008. Disponível em: <http://planodiretor.belem.pa.gov.br>. Acesso em: 28 dez. 2023.
- BORGES, H. da S.; SILVA, H. B. A educação do campo e a organização do trabalho pedagógico. *In*: GHEDIN, E. (org.). **Educação do campo: epistemologia e práticas**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 207-236.
- BORGES, H. S. Educação do campo como processo de luta por uma sociedade justa. *In*: GHEDIN, E. (org.). **Educação do campo: epistemologia e práticas**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012. p. 77-116.
- BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o global e o local**. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

BRANDÃO, E. O Sítio Paraíso. **Mosqueiro Pará Brasil**, 6 abr. 2015. Disponível: <http://mosqueirosustentavel.blogspot.com/2015/04/o-sitio-paraiso.html>. Acesso em: 19 dez. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. **Diário Oficial da União**, 9 abr. 2002. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 28 de abril de 2008. Estabelece Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento da Educação Básica do Campo. **Diário Oficial da União**, 2008. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_2.pdf. Acesso em: 20 abr. 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm Acesso em: 18 jun. 2023.

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, 8 fev. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm. Acesso em: 10 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. **Diário Oficial da União**, 5 nov. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 5 nov. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 jun. 2014a. Disponível em: <https://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso: 30 out. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.960, de 27 de março de 2014. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para fazer constar a exigência de manifestação de órgão normativo do sistema de ensino para o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas. **Diário Oficial da União**, 28 mar. 2014b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12960.htm. Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm Acesso em: 20 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Educação do Campo**: marcos normativos. Brasília, DF: SECADI, 2012.

- BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Nacional de Educação do Campo: PRONACAMPO**. Brasília, DF: MEC, 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13214-documento-orientador-do-pronacampo-pdf&Itemid=30192#:~:text=Saberes%20da%20Terra-,Objetivo%3A,qualifica%C3%A7%C3%A3o%20profissional%20e%20ensino%20m%C3%A9dio. Acesso em: 5 jan. 2024.
- CALDART, R. S. A escola do campo em movimento. **Currículo sem fronteiras**, v. 3, n. 1, p. 60- 81, jan./jun. 2003.
- CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 35-64, mar./jun. 2009.
- CALDART, R. S. Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.). **Por uma Educação do Campo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 147-158.
- CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELÉM. Belém, 2023. Disponível em: <https://www.cmebelem.com.br/>. Acesso em: 13 nov. 2023.
- DERGAN, J. M. B. **História memória e natureza**: as comunidades da Ilha do Combu – Belém – PA. 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.
- FERNANDES, B. M. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.). **Por uma educação do campo**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 133-145.
- FORTUNA, V. A relação teoria e prática na educação em Freire. **Rev. Brasileira de Ensino Superior**, v. 1, n. 2, p. 64-72, out./dez. 2015.
- FREIRE, J. C. da S. **Juventude Ribeirinha**: identidade e cotidiano. 2002. 269.f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento – Plades), Universidade Federal do Pará, Belém, 2002.
- FREIRE, P. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez; 1991.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 67. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2021.
- FUNDAÇÃO ESCOLA BOSQUE. Onde estamos. **Fundobosque**, 2023. Disponível em: <https://funbosque.belem.pa.gov.br/gestao-pedagogica/onde-estamos>. Acesso em: 30 set. 2023.
- FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Caminho da Escola. **MEC**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/caminho-da-escola>. Acesso: 27 jan. 2023.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e educação**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

GOMES, E. C. B.; SILVA JUNIOR, B. C.; NOGUEIRA, K. M.; GOMES, E. L. S. O papel do Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém (MMIB) na busca por um turismo responsável (ecoturismo) para a Ilha de Cotijuba, Belém (PA). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 554-571, maio/jul. 2013.

HAGE, S. M. A Escola Pública do Campo, das Águas e das Florestas não é (multi)seriada, seriada, ciclada, multi-etapa... é uma escola em movimento que possui o jeito do campo, das águas e das florestas das amazônias (Palestra). **Cine Educampo GEPERUAZ**, 7 abr. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=akDT_JqVLi0. Acesso em: 30 jun. 2024.

HAGE, S. M. A multissérie em pauta: para transgredir o Paradigma seriado nas escolas do campo. In: ENCONTRO DE PROFISSIONAIS DE CLASSES MULTISSERIADAS DAS ESCOLAS DO CAMPO DA BAHIA, 1., 2008, Salvador. **Anais [...]** Salvador: FAGED, 2008. Disponível em: https://faced.ufba.br/sites/faced.ufba.br/files/multisserie_pauta_salomao_hage.pdf. Acesso em: 22 set. 2023.

HAGE, S. M. **Educação do campo na Amazônia**: retratos de realidade das escolas multisseriadas no Pará. Belém: Gráfica e Editora Gutemberg Ltda, 2005.

HAGE, S. M. Movimento de educação do campo na Amazônia Paraense: ações e reflexões que articulam protagonismo, precarização e regulação. In: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: UFSC, 2015.

HAGE, S. M. Por uma escola do campo de qualidade social: transgredindo o paradigma (multi)seriado de ensino. **Em Aberto**, v. 24, n. 85, p. 97-113, abr. 2011.

HAGE, S. M. Transgressão do Paradigma da (multi)Seriado como referência para a construção da Escola Pública do Campo. **Educ. Soc.**, v. 35, n. 129, oct./dec. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wRdr8Zb3jCBdnLYD3sFrWCn/#>. Acesso em: 24 dez. 2023.

HAGE, S. M.; CRUZ, R. Protagonismo, precarização e regulação como referências para análise das políticas e práticas em educação do campo. **Revista da Agricultura Familiar**: pesquisa, formação e desenvolvimento, v. 11, n. 1, p. 201-205, jan./jun. 2017.

HAGE, S. M.; CRUZ, R.; SILVA, H. S. de A. **Movimento paraense por uma educação do campo e seus impactos na escola pública**: relatório de pesquisa referente ao período 01/03/2012 a 28/02/2015, projeto com apoio do CNPq, aprovado na chamada Produtividade em Pesquisa – PQ – 201. Belém: [S.n.], 2015.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL E DA BIODIVERSIDADE. Área de Proteção Ambiental da Ilha do Combu. **IDEFLORBIO**, 2018. Disponível em: <https://ideflorbio.pa.gov.br/unidades-de-conservacao/regiao-administrativa-de-belem/areadeprotecao-ambiental-da-ilha-do-combu/>. Acesso em: 14 mar. 2022.

KOLLING, E. J.; NERY, I. J.; MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Brasília, DF: Ed. UnB, 1999. v. 1.

MENDES, D. C. de B; **Carreira e remuneração dos professores da Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira em Belém-PA**. 2020. 219 f. Tese (Doutorado em Educação) – Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

MENDES, D. M.; WANDERLEY, K. K. dos S.; SOUZA, K. F. de. Práticas comunitárias e currículo: educação do campo, das águas e florestas na Região Norte e Nordeste. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 279-301, jan./mar. 2022. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum>. Acesso em: 23 set. 2023.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOLINA, M. C. A educação do campo e o enfrentamento das tendências das atuais políticas públicas. **Educação em perspectiva**, Viçosa, v. 6, n. 2, 2015. DOI: 10.22294/eduper/ppge/ufv.v6i2.665. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoemperspectiva/article/view/6809>. Acesso em: 8 jan. 2024.

MOLINA, M. C. Legislação educacional do campo. In: CALDART, R. S. *et al.* (org.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: IESJV; Fiocruz; Expressão Popular, 2011.

MORAIS, J. P. D. de. **Ecoturismo, políticas públicas e desigualdade social**. 2008. 48 f. Monografia (Especialização em Turismo e Desenvolvimento Econômico) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2008.

NOAL, M. L. Saberes da educação básica do campo em MS: pontes entre roças, escolas, palavras. In: ARAUJO, A. P. C.; VARGAS, I. A. (org.). **Dinâmicas do rural contemporâneo**. Campo Grande: UFMS, 2014. p. 295-328.

OLIVEIRA, M. IBGE Apresenta resultados do teste de Homologação do Censo 2022. **FAPESPA**, 17 mar. 2022. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/2022/03/17/ibge-apresenta-resultados-do-teste-de-homologacao-do-censo-2022/>. Acesso em: 10 dez. 2023.

PARÁ. Legislação e atos normativos. **SEDUC**, 2023. Disponível em: <https://www.seduc.pa.gov.br/pagina/13043-legislacao>. Acesso em: 28 ago. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Caratateua. **Ver-Belém**, 2023. Disponível em: <http://www.belem.pa.gov.br/ver-belem/detalhe.php?p=190&i=1>. Acesso em: 4 jun. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM. Diretoria de Educação (Died). **SEMEC**, 2022. Disponível em: <https://semec.belem.pa.gov.br/diretorias/diretoria-de-educacao-died/>. Acesso em: 19 ago. 2023.

PROGRAMA ECO-ESCOLAS. Sobre o Programa Eco-Escolas. **Eco-Escolas**, 2014. Disponível em: <https://www.ecoescolas.org.br/sobre-o-programa-eco-escolas/>. Acesso em: 27 jan. 2023.

QUARESMA, A. M.; ZLAFSZTEIN, C. F. Análise Multicritério para Determinação do Isolamento Geográfico em Ilhas do Município de Belém-Pa. **Revista GeoAmazônia**, Belém, v. 8, n. 15-16, p. 50-78, 2020.

ROSSI, R. **Educação do Campo**: questões de luta e pesquisa. 1. ed. Curitiba: CVR, 2014.

SANTOS, J. dos. **Populações ribeirinhas e educação do campo**: análise das diretrizes educacionais do município de Belém-PA, no período de 2005-2012. 2014. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Ciências da Educação, Belém, 2014.

SANTOS, R. B. dos; SILVA, M. A. da. Políticas públicas em educação do campo: Pronera, Procampo e Pronacampo. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 10, n. 2, p. 135-144, 2016. Disponível em: <https://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/1549/493>. Acesso em: 5 nov. 2023.

SANTOS, R. B. Histórico da Educação do Campo no Brasil. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: desafios teóricos e práticos, 2., 2011, São Carlos. **Anais eletrônicos [...]**. São Carlos: UFSCAR, 2011. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes>. Acesso em: 5 dez. 2023.

SAVIANI, D. **Da nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação**: por uma outra política educacional. 5. ed. São Paulo: Autores Associados, 2004.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 42. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 6. ed. Campinas: Autores Associados, 2021. (Coleção memória da educação).

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações. 10. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2008. (Educação contemporânea).

SAVIANI, D. Sistema Nacional de Educação articulado ao Plano Nacional de Educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, p. 380-412, maio/ago. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/KdGRyTzTrq88q5HyY3j9pbz/>. Acesso em: 28 set. 2023.

SEVERINO, A. J. A busca do sentido na formação humana: tarefa da filosofia da educação. **Educação e pesquisa**, v. 32, n. 3, 2006.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, A. S.; BARROS, A. A.; GARBELINI NETO, G. Educação do Campo: limites e possibilidades das práticas educativas. In: ENCONTRO DE POLÍTICAS E PRÁTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES. 6.; SEMINÁRIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE POLÍTICA E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO DE MS, 2., 2015, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: Ed. UEMS, 2015. p. 567-580.

SILVA, J. B. da; SILVA, M. C. de P.; OLIVEIRA, N. C. M. de. Aspectos históricos e institucionais do processo de criação de escola pública de tempo integral no Distrito de Mosqueiro: um estudo de caso na escola professora Maria Madalena Travassos. **Revista Cocar**, v. 11, n. 22, p. 303–326, 2018. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/1610>. Acesso em: 25 out. 2023.

SILVIA, A. C. de N. G. da; URBINATI, C. V.; LUCAS, A. F. C. A. Ilha do Combu, Belém-Pa: espaço em constante transformação. **Nova Revista Amazônica**, v. 9, n. 1, p. 8-15, jul. 2023.

SILVA, D. N. Governo Juscelino Kubitschek. **História do Mundo**. Ano, 2023a. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/governo-juscelino-kubitschek.htm>. Acesso 20 de dez de 2023.

SILVA, D. N. Primeira fase do Governo de João Goulart. **História do Mundo**. Ano, 2023b. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/primeira-fase-governo-joao-goulart.htm>. Acesso 20 dez 2023.

VEIGA, I. P. A. (org.). **Projeto Político Pedagógico na escola: uma construção possível**. 14. ed. Campinas: Ed. Papirus, 2002.

VENDRAMINI, C. R. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cad. Cedes.**, Campinas, v. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007.

ANEXOS

**ANEXO A – AUTORIZAÇÃO DEFINITIVA DE FUNCIONAMENTO 1ª A 4ª
SÉRIE/CICLOS (2000)**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 008/00 - CME

Belém, 20 de março de 2000

Ementa: Autoriza o funcionamento em **caráter definitivo**, do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª. séries e/ou Ciclos da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental “Prof. Angelus Nascimento”.

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO usando de suas atribuições legais e, de acordo com a deliberação do Plenário, em Sessão Ordinária realizada no dia 15 de março de 2000 (Processo nº 053/99).

RESOLVE PROMULGAR A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Conceder Autorização em caráter definitivo para o funcionamento do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª. Séries e/ou Ciclos - da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental “Prof. Angelus Nascimento”.

Art. 2º - São considerados válidos os estudos dos alunos, realizados no ano de 1998, constantes das relações nominais devidamente autenticadas, que integram o processo.

Parágrafo Único - Ficam validados ainda, os atos escolares praticados pela Unidade Educacional, anteriores a esta Resolução.

Art. 3º - A presente Resolução entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELÉM, 20 de março de 2000

GLÓRIA MARIA FARIAS DA ROCHA
Presidente

**ANEXO B – AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DEFINITIVO DO EF,
CICLOS DE FORMAÇÃO III E IV (2012)**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

RESOLUÇÃO Nº. 17 – CME, de 31 de outubro de 2012*

Autoriza **definitivamente** o funcionamento do **Ensino Fundamental, Ciclos de Formação III e IV** na **Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental “Prof. Ângelus Nascimento”** Distrito de Mosqueiro – Belém/PA.

A **Presidente do Conselho Municipal de Educação de Belém**, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições contidas no Art. 39 da Resolução n.º 38/08-CME, e de acordo com a decisão do Plenário sobre o Proc. n.º. 009/12-CME, em sessão ordinária realizada no dia 31 de outubro de 2012, resolve:

Art. 1º Autorizar, em caráter definitivo, o funcionamento do **Ensino Fundamental, Ciclos de Formação III e IV** na **Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental “Prof. Ângelus Nascimento”** situada na Rua BL-13, s/n, Bairro Sucurijuquara, Distrito de Mosqueiro - Belém/PA.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.


Maria Lucia Silva Verstappen
Presidente do CME

(*) Publicada no Diário Oficial do Município de Belém, nº 12.231, de 11 de dezembro de 2012, pág. 07.

**ANEXO C – ALTERAÇÃO DE NOMENCLATURA PARA EMEC ÂNGELUS
NASCIMENTO (01/2020)**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 95.305/2020 - PMB, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

Dispõe sobre a alteração de
Nomenclatura das Instituições
Escolares.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM**, do Estado do Pará, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Belém.

Considerando a reconstrução do prédio escolar e o aumento da demanda para abrigar os alunos matriculados no exercício de 2020.

DECRETA:

Art. 1º - Altera a Nomenclatura da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Angelus Nascimento para Escola Municipal de Educação do Campo Angelus Nascimento, localizada na Estrada do Sucurijuquara, s/nº, Bairro: Sucurijuquara; Ilha Norte, no Distrito de Mosqueiro.

Art. 2º - A Coordenação da Educação do Campo fica responsável por acompanhar e atualizar os registros documentais dos alunos e o acervo da Escola Municipal de Educação do Campo Angelus Nascimento;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação; e

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO ANTÔNIO LEMOS, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.


ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JÚNIOR
Prefeito Municipal de Belém



Palácio Antônio Lemos – Praça D. Pedro
66.020-240.Cidade Velha – Belém, Pará, Brasil
Tel. 3283-4710 – Fax. 3241-2928

ANEXO D – EXTINÇÃO DA EMEC PROF. ÂNGELUS NASCIMENTO E CRIAÇÃO DA 1ª ESCOLA DE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA DO SUCURIJUQUARA “ARLINDA GOMES” (22/05/2024)

Ano LXV - Nº 14.956

Art. 21. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

JURANDIR SANTOS DE NOVAES
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.791/2024 – SEMAD/PMB - BELÉM, 22 DE MAIO DE 2024.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE BELÉM, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a implementação da política de gestão e governança das contratações públicas, conforme o Decreto Municipal nº 108.266/2023-PMB, de 20 de setembro de 2023;

Considerando o disposto na legislação Municipal sobre a implantação da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como a necessidade de instituir a Equipe de Planejamento e de Contratações, com intuito de promover as contratações institucionais no âmbito da Secretaria Municipal de Administração – SEMAD.

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir a Equipe de Planejamento da Contratação, no âmbito da Secretaria Municipal de Administração de Belém-SEMAD, com atuação em todas as fases da licitação.

Art. 2º. Ficam designados, os servidores do quadro da SEMAD, para constituir a Equipe de Planejamento da Contratação:

- I - Lana Patricia de Lemos Alves – matrícula nº 0148750-028 – NUSP.
- II - Ivan Costa Rodrigues – matrícula nº 0430625-022 – NUSP.
- III - Adriana Quaresma Gonçalves – matrícula nº 1871285-019 – DARM.
- IV - Ana Cláudia Almeida de Lima – matrícula nº 382345-010 – DAFA.
- V - Cecília Maria Sodré Silva – matrícula nº 2004453-014 – DARH.
- VI - Marcio Alessandro Farias Gomes – matrícula nº 520829-042-DAFA.
- VII - Catarina de Nazaré Moreira Saunier – matrícula nº 0604593-015 – EGP.

Art. 3º. Ficam designados, os servidores do quadro da SEMAD, para atuarem como Agentes de Contratação Direta:

- I - Afonso Trindade Fidalgino – matrícula nº 2006219-019 – DARM.
- II - Naise Santos Amorim – matrícula nº 1954768-025 – DARM.
- III - Luiz Wagner de Andrade Monteiro – matrícula nº 0540714-011 -DARM.

Art. 4º. Os servidores designados para compor a Equipe de Planejamento da Contratação e de Contratação Direta, deverão observar o disposto na Lei nº 14.133/2021, bem como na legislação municipal.

Art. 5º. A Secretária Municipal de Administração, designará os servidores para atuarem nas respectivas fases do processo de licitação, considerando a área de suas respectivas especialidades.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

JURANDIR SANTOS DE NOVAES
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 1.763/2024 – SEMAD/PMB, DE 20 DE MAIO DE 2024.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e, considerando a competência que lhe é outorgada, como gestora do quadro administrativo do Município de Belém, e o disposto no Decreto Municipal nº 86.684/2016-PMB, de 17 de outubro de 2016, publicado no DOM nº 13.162, de 09 de novembro de 2016;

Considerando o disposto no art. 14, e o § 1º, do art. 17 da Lei nº 7.502, de 20 de dezembro de 1990;

Considerando a realização do Concurso Público nº 001/2020 – PMB/SEMAD, cujo resultado foi homologado e publicado no Diário Oficial do Município – DOM nº 14.480, de 16 de maio de 2022;

Considerando o Edital de Convocação nº 011/2024 – PMB/SEMAD, publicado no Diário Oficial do Município nº 14.933, de 19 de abril de 2024;

Considerando o Decreto nº 110.301/2024 - PMB, de 17 de abril de 2024, que nomeou a candidata Deise da Silva Santos dos Passos, aprovada em 16º (décimo sexto) lugar para exercer o cargo de Auxiliar de Administração - AUX. 19, e;

Considerando o Parecer Jurídico nº 923/2024-NSEAJ/SEMAD, nos autos do Processo GDOC nº 1879/2024-SEMAD, no qual a candidata requereu a prorrogação do prazo para posse por 120 (cento e vinte) dias.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar o prazo para posse da candidata DEISE DA SILVA SANTOS DOS PASSOS, nos termos do §1º, do art. 17, da Lei nº 7.502/90, pelo período de 120 (cento e vinte) dias corridos, iniciando em 09/05/2024 e encerrando-se no dia 06/09/2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, 20 de maio de 2024.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE.

JURANDIR SANTOS DE NOVAES
Secretária Municipal de Administração

DIÁRIO OFICIAL
DO MUNICÍPIO DE BELÉM **11**
QUINTA-FEIRA, 23 DE MAIO DE 2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SEMEC

PORTARIA Nº 1.076/2024 – GABS/SEMEC

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, nomeada pelo Decreto Nº 106.414/2023 – PMB, de 1º de março de 2023, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Belém, de 30 de março de 1990, e pelo Decreto Nº 29.107/96-PMB, de 20 de agosto de 1996 e,

Considerando a criação da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Maria da Conceição de Souza, conforme os termos do Processo nº. 2667/2024,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica EXTINTA a UEI AURÁ, INEP 15166805, localizada na Rua Osvaldo Cruz, nº 147, Bairro: Águas Lindas, Cep: 66690-395, Distrito do DAENT.

Art. 2º. Fica EXTINTO o ANEXO UP BOLONHA (PARQUE BOLONHA), INEP 15161560, localizado na Rua da Mata, s/n, Bairro: Águas Lindas, Cep: 66690-790, Distrito do DAENT.

Art. 3º. A Diretoria de Educação da Secretaria Municipal de Educação, fica responsável por acompanhar e encaminhar o acervo das Unidades extintas para a NOVA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL MARIA DA CONCEIÇÃO DE SOUZA.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se. Publique-se e Cumpra-se.
Belém, 22 de maio de 2024.

Araceli Maria Pereira Lemos
Secretária de Educação do Município de Belém

PORTARIA Nº 1.077/2024 – GABS/SEMEC

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, nomeada pelo Decreto Nº 106.414/2023 – PMB, de 1º de março de 2023, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Belém, de 30 de março de 1990, e pelo Decreto Nº 29.107/96-PMB, de 20 de agosto de 1996 e,

Considerando a criação da Escola Municipal de Educação Quilombola do Sucurijuara Arlinda Gomes, conforme os termos do Processo nº. 15973/2023.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica EXTINTA a ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL DO CAMPO PROFESSOR ANGELUS NASCIMENTO, INEP 15043398, localizada na Rua Rodovia BL 13, S/N, Bairro Sucurijuara, Mosquito, Cep 66933-030, Belém – PA, Distrito do DAMOS.

Art. 2º. A Diretoria de Educação da Secretaria Municipal de Educação, fica responsável por acompanhar e encaminhar o acervo da Unidade extinta para a NOVA ESCOLA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO QUILOMBOLA DO SUCURIJUQUARA ARLINDA GOMES.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se. Publique-se e Cumpra-se.
Belém, 22 de maio de 2024.

Araceli Maria Pereira Lemos
Secretária de Educação do Município de Belém

PORTARIA Nº 724/2024 – GABS/SEMEC

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 106.414/2023 – GAB. Prefeito/PMB, de 01 de março de 2023.

RESOLVE:

DESIGNAR o Servidor Emerson de Jesus da Costa Miranda, matrícula nº 0509850-022, para fiscalizar os Contratos nº 050/2024, 051/2024, 052/2024, 053/2024, 054/2024, 055/2024, 056/2024 e 057/2024-SEMEC, bem como a comissão para recebimento do objeto, composta pelos servidores Rômulo Marques Pinto Pereira, matrícula nº 0545759-013, Osvaldo Rodrigues da Silva Junior, matrícula nº 0390267-015 e Elder Melo de Neves, matrícula nº 0394289-013.

Os referidos Contratos são procedentes do Processo Administrativo nº 346/2024 – SEMEC, que tem como objeto a “AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL DE TELEFONIA E INFORMÁTICA”, pelo período de 12 (doze) meses, objetivando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC/PMB, cuja despesa será atendida com Dotação Orçamentária consignada no orçamento desta SEMEC.

Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua Publicação.
Revoguem-se as disposições em contrário.
Belém/PA, 22 de maio de 2024.

ARACELI MARIA PEREIRA LEMOS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 725/2024 – GABS/SEMEC

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto nº 106.414/2023 – GAB. Prefeito/PMB, de 01 de março de 2023.

**ANEXO F – AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DA UNIDADE
PEDAGÓGICA MARIA CLEMILDES DOS SANTOS E ESCOLA SEDE EMEIEF
PROF. REMÍGIO FERNANDEZ (02/2011)**



PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº. 001/2011 – CME, de 23 de fevereiro de 2011*

Autoriza o funcionamento da **Educação Infantil**,
na **E.M.E.I.E.F. “Prof. Remígio Fernandez”** e na
**Unidade Pedagógica “Maria Clemildes dos
Santos”** – Belém/PA.

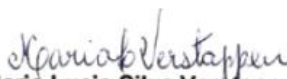
A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE BELÉM, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista as disposições contidas no Art. 30 da Resolução n.º 015/03-CME, e de acordo com a decisão do Plenário sobre o Proc. n.º 088/07-CME, em sessão ordinária realizada no dia 23 de fevereiro de 2011, resolve:

Art. 1º Autorizar, em caráter provisório, pelo período de quatro anos, o funcionamento da **Educação Infantil – Pré-Escolar**, na **E.M.E.I.E.F. “Prof. Remígio Fernandez”**, situada na Travessa Maracajá, s/n, Bairro Maracajá, e na **Unidade Pedagógica “Maria Clemildes dos Santos”**, localizada na Comunidade do Caruaru, Distrito de Mosqueiro – município de Belém/PA.

§ 1º. As Unidades Educativas serão submetidas, nesse período, à avaliação contínua e supervisão periódica, que determinarão as condições para a renovação da autorização de funcionamento.

§ 2º. No prazo de até cento e vinte (120) dias antes do vencimento deste ato, a direção da escola deverá encaminhar pedido de renovação da autorização de funcionamento da Educação Infantil.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.


Maria Lucia Silva Verstappen
Presidente do CME

(*) Publicada no Diário Oficial do Município de Belém, nº 11.833, 12 de abril de 2011, pág. 07.

ANEXO G – DOCUMENTO DE DOAÇÃO DO TERRENO DA EMEC MARIA CLEMILDES (2015)

Associação dos moradores, agricultores, pescadores e artesões da comunidade de Caruarú (Amapacc) Ilha de Caruarú – Distrito de Mosqueiro – Belém /Pará. Rua do Trapiche nº 05 CNPJ: 08.045.641/0001-74 Fundação: 30/04/2006 <u>Declaração de Doação</u> A direção desta entidade vem a público declarar que em virtude de pedido feito pela atual coordenação da escola, Andreia de Sousa pinheiro de Araújo Azevedo, (Maria Clemildes dos Santos) para aprovação de projetos visando o bem-estar das crianças e jovens, repassa ao município de Belém área de 80 metros de frente e 33 de fundos para que se torne reconhecido em cartório municipal, haja visto que embora tenha sido doado em 1976, na gestão do então agente distrital Jaci Igreja, esta dita área nunca foi desmembrada da documentação de Manoel Bartolomeu Frões e outros. A doação embora feita pelos líderes locais à época como Antenor Frões(Falecido) Marcelina de Araújo Froes e Humberto Carvalho Araújo, como reter-se nunca houve uma documentação que comprovasse ser do Municípios. Criada há pouco mais de nove anos com o intuito de regularizar documentos, lutar por desenvolvimento e progresso da comunidade em geral, surgiu a Amapacc, que gerencia todo e qualquer tipo de situação que possa existir. Em 1978, teve a inauguração da Escola, sendo escolhido o nome da Professora Maria Clemildes dos Santos, como homenagem às visitas que ela sempre realizou na comunidade e também pela sua dedicação ao magistério. A primeira Professora foi Maria Lúcia Ferreira Nascimento, que começou também a parte de coordenação. Desde de sua fundação até hoje a escola sempre foi anexa à escola Remigio Fernandez e nesses mais de trinta e cinco anos de existência ela constitui um verdadeiro patrimônio para o povo local. A direção da entidade volta a repetir que está feito o acordo sobre a tal área e pede que seja feito reconhecimento em cartório para que o mesmo seja valido.	Sem mais, a declaração datamos a assinamo-nos responsáveis: Mosqueiro, 11 de maio de 2015.  CARTÓRIO LAKEIRA _____ Marcos Antônio Frões Pinheiro Presidente  CARTÓRIO LAKEIRA _____ Rubens Pinheiro Frões 1º Secretário  
--	---

ANEXO H – DECRETO DE CRIAÇÃO DA EMEC MARIA CLEMILDES

2 DIÁRIO OFICIAL 2º caderno
DO MUNICÍPIO DE BELÉM
TERÇA-FEIRA, 08 DE NOVEMBRO DE 2016



Diário Oficial

do Município de Belém

Criado em 09 de Agosto de 1958

Editado pela Secretaria Municipal de Administração – SEMAD

Av. Nazaré, 361 – CEP- 66.000.00 - Tel.: 3075-1816

www.belem.pa.gov.br/semad – email: semadom@gmail.com

Impressão: SEMAD

MATÉRIA PARA PUBLICAÇÃO: Deve ser entregue à Editoria do DOM até às 10:00 horas do dia anterior ao da publicação.

“O presente exemplar poderá ter caderno suplementar”.

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 86.757-PMB, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2016.

Dispõe sobre a criação da Escola Municipal de Educação do Campo “Maria Clemildes”, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a competência que lhe é outorgada pelo art. 94, inc. VII, da Lei Orgânica do Município de Belém, para dispor sobre a estrutura, organização e funcionamento da administração municipal; e

Considerando que também incumbe ao Prefeito baixar atos próprios da atividade administrativa, a teor do art. 94, inc. XX, da LOMB;

Considerando os termos do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que trata sobre a política de educação do campo e a Política Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA, que em seu art. 1º, § 1º, incisos I, e II, estabelece os conceitos de populações do campo e escola do campo, respectivamente; e

Considerando, ainda, a Resolução nº 4, de 13 de julho de 2010, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Escola Municipal de Educação do Campo “Maria Clemildes”, localizada na Comunidade de Caruaru, Distrito Administrativo de Mosqueiro - DAMOS, Município de Belém, Estado do Pará.

Art. 2º As antigas Unidades Pedagógicas “Mari Mari” e “Bacabeira” passam a funcionar como escolas anexas à Escola Municipal de Educação do Campo “Maria Clemildes”.

Art. 3º A Escola Municipal de Educação do Campo “Maria Clemildes” deverá elaborar o seu Regimento Escolar, devidamente compatibilizado com as disposições da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e da legislação municipal atinente à matéria, bem como às normas instituídas pelo Conselho Nacional de Educação e Conselho Municipal de Educação.

Art. 4º As despesas com o funcionamento e manutenção da Escola Municipal do Campo “Maria Clemildes” correrão à conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação - SEMEC.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio Antônio Lemos, 04 de novembro de 2016.

ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JÚNIOR
Prefeito Municipal de Belém

ANEXO I – ALTERAÇÃO DE NOMENCLATURA PARA EMEC (08/01/2020)

2 DIÁRIO OFICIAL
DO MUNICÍPIO DE BELÉM
TERÇA-FEIRA, 14 DE JANEIRO DE 2020



Diário Oficial

do Município de Belém

Criado em 04 de Agosto de 1958

Editado pela Secretaria Municipal de Administração – SEMAD

Av. Alm. Barros, 1312 - Marco, Belém - PA, 66093-020 - Tel. 3019-7639

www.belem.pa.gov.br/semad – e-mail: http://diario.belem.pa.gov.br/diario-captacao

Impressão: SEMAD

MATERIA PARA PUBLICAÇÃO: Deve ser prestada em http://diario.belem.pa.gov.br/diario-captacao ate as 15:00 horas do dia anterior da publicação.

“O presente exemplar poderá ter caderno suplementar”.

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 95.334/2020 – PMB, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 94, inciso XX, da Lei Orgânica do Município de Belém,

Considerando os termos do Art. 4º do Decreto nº 28.179/95 – PMB, de 07 de novembro de 1995,

Considerando os termos do Decreto nº 95.068/2019 – PMB, de 21 de novembro de 2019, que dispõe sobre a constituição do Conselho Municipal de Educação para o biênio de 2019 a 2021, e

Considerando, ainda, decisão do Conselho Municipal de Educação em Ata de Posse, datada de 09 de dezembro de 2019

DECRETA

Art. 1º - NOMEAR MARIA BEATRIZ MANDELERT PADOVANI como Presidente do Conselho Municipal de Educação, para o biênio 2019 a 2021.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação; e

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO ANTÔNIO LEMOS, 08 de janeiro de 2020.

ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JÚNIOR
Prefeito Municipal de Belém.

DECRETO Nº 95.304/2020 – PMB, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

Dispõe sobre a alteração de Nomenclatura das Instituições Escolares.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM, do Estado do Pará, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Belém

Considerando a reconstrução do prédio escolar e o aumento da demanda para abrigar os alunos matriculados no exercício de 2020.

DECRETA

Art. 1º - Altera a Nomenclatura da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Madalena Travassos para Escola Municipal de Educação do Campo Madalena Travassos, localizada na Rua Santana, Alameda Bacuri, s/nº, Bairro: Paraisópolis, Ilha Norte, no Distrito de Mosqueiro.

Art. 2º - A Coordenação da Educação do Campo fica responsável por acompanhar e atualizar os registros documentais dos alunos e o acervo da Escola Municipal de Educação do Campo Madalena Travassos.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação; e

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO ANTÔNIO LEMOS, DE 08 DE JANEIRO DE 2020

ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JÚNIOR
Prefeito Municipal de Belém

DECRETO Nº 95.305/2020 – PMB, DE 08 DE JANEIRO DE 2020.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM, do Estado do Pará, no uso das atribuições legais que lhe confere o artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Belém

Considerando a reconstrução do prédio escolar e o aumento da demanda para abrigar os alunos matriculados no exercício de 2020

DECRETA

Art. 1º - Altera a Nomenclatura da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Angelus Nascimento para Escola Municipal de Educação do Campo Angelus Nascimento, localizada na Estrada do Sucuriçuquara, s/nº, Bairro: Sucuriçuquara, Ilha Norte, no Distrito de Mosqueiro

Art. 2º - A Coordenação da Educação do Campo fica responsável por acompanhar e atualizar os registros documentais dos alunos e o acervo da Escola Municipal de Educação do Campo Angelus Nascimento.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação; e

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO ANTÔNIO LEMOS, DE 08 DE JANEIRO DE 2020

ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JÚNIOR
Prefeito Municipal de Belém

DECRETO Nº 95.345/2020 – PMB, DE 09 DE JANEIRO DE 2020.

Dispõe sobre a criação da Escola Municipal de Educação Infantil Nazare Tuloza dos Santos.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 94 da Lei Orgânica do Município de Belém

DECRETA

Art. 1º - Fica criada a Escola Municipal de Educação Infantil Nazare Tuloza dos Santos, localizada na Rua 04, Residencial Quinta do Bairro do Maracacura, Distrito Administrativo de Icoaraci.

Art. 2º - As despesas com o funcionamento e manutenção da Escola Municipal de Educação Infantil Nazare Tuloza dos Santos, de acordo com o Decreto nº 95.345/2020, correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO ANTÔNIO LEMOS, DE 09 DE JANEIRO DE 2020

ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JÚNIOR
Prefeito Municipal de Belém.

PORTARIA Nº 742/2019 – PMB, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM, no uso de suas atribuições legais, no uso do art. 94, inciso XX da Lei Orgânica do Município de Belém

Considerando o disposto no art. 19 da Lei Municipal nº 1.990, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 72.736/2013 e demais informações que constam do Processo nº 8409

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar, pelo período de 01 de Janeiro de 2020, a cessão da servidora ALINE FURTADO MILEO GOMES (matriculada no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde) para o exercício junto ao Tribunal de Contas do Estado do Pará – TCE.

Art. 2º - A servidora é cedida na forma do art. 1º, inciso II, da Lei nº 72.736/2013, com ônus para o órgão cedente, porém com remuneração.

Art. 3º - A servidora deverá apresentar-se imediatamente para a cessão.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 01 de Janeiro de 2020.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JÚNIOR
Prefeito Municipal de Belém.

EVANILDE GOMES FRANCO
Secretaria Municipal de Administração

PORTARIA Nº 741/2019 – PMB, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM, no uso de suas atribuições legais, no uso do art. 94, inciso XX da Lei Orgânica do Município de Belém

Considerando o disposto no art. 19 da Lei Municipal nº 1.990, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 72.736/2013 e demais informações que constam do Processo nº 901

RESOLVE

Art. 1º - Prorrogar, pelo período de 01 de Janeiro de 2020, a cessão da servidora REGINA ODETE COLARES MONTENEGRO (matriculada no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Saúde) para o exercício junto à Secretaria Municipal de Finanças – SEF.

Art. 2º - A servidora é cedida na forma do art. 1º, inciso II, da Lei nº 72.736/2013, sem ônus para o órgão cedente.

Art. 3º - A servidora deverá apresentar-se imediatamente para a cessão.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, 01 de Janeiro de 2020.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

ZENALDO RODRIGUES COUTINHO JÚNIOR
Prefeito Municipal de Belém.

EVANILDE GOMES FRANCO
Secretaria Municipal de Administração

PORTARIA Nº 739/2019 – PMB, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELÉM, no uso de suas atribuições legais, no uso do art. 94, inciso XX da Lei Orgânica do Município de Belém

Considerando o disposto no art. 19 da Lei Municipal nº 1.990, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 72.736/2013 e demais informações que constam do Processo nº 901